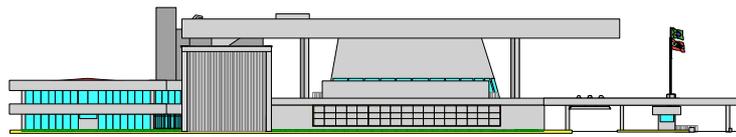


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LIV

FLORIANÓPOLIS, 19 DE FEVEREIRO DE 2005

NÚMERO 5.383

15ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa

MESA

Julio Cesar Garcia
PRESIDENTE

Herneus de Nadal
1º VICE-PRESIDENTE

Djalma Berger
2º VICE-PRESIDENTE

Lício Mauro da Silveira
1º SECRETÁRIO

Pedro Baldissera
2º SECRETÁRIO

Valmir Comin
3º SECRETÁRIO

José Paulo Serafim
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
João Henrique Blasi

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Joares Ponticelli

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Manoel Mota

**PARTIDO DA FRENTE
LIBERAL**
Líder: Antônio Ceron

**PARTIDO DOS
TRABALHADORES**
Líder: Paulo Eccel

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Jorginho Mello

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO LIBERAL
Líder: Odete de Jesus

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**

Jorginho Mello
Antônio Ceron
Celestino Secco
Odete de Jesus
Dionei Walter da Silva
Joares Ponticelli
Pedro Baldissera
Paulo Eccel
João Henrique Blasi

Terças-feiras, às 9:00 horas

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E
DESENVOLVIMENTO URBANO**

Reno Caramori – Presidente
Wilson Vieira – Dentinho – Vice Presidente
Julio Garcia
Antônio Carlos Vieira
José Paulo Serafim
Manoel Mota
Djalma Berger

Terças-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

Dionei Walter da Silva – Presidente
Rogério Mendonça – Vice Presidente
Joares Ponticelli
Antônio Carlos Vieira
Paulo Eccel
Antônio Ceron
Jorginho Mello

Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE AGRICULTURA,
E POLÍTICA RURAL**

Mauro Mariani – Presidente
Valmir Comin – Vice Presidente
Pedro Baldissera
Dionei Walter da Silva
Nelson Goetten de Lima
Francisco Küster
Sérgio Goldinho

Quartas-feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TRABALHO, DE
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**

Rogério Mendonça – Presidente
Celestino Secco – Vice Presidente
Afrânio Boppré
Paulo Eccel
Francisco Küster
Narcizo Parisotto
Antônio Ceron

Terças-feiras, às 10:00 horas

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**

Afrânio Boppré – Presidente
Reno Caramori
Gelson Merísio
Antônio Carlos Vieira
Wilson Vieira – Dentinho
Rogério Mendonça
Manoel Mota
Francisco Küster
Sérgio Goldinho

Quartas-feiras, às 9:00 horas

**COMISSÃO DE SEGURANÇA
PÚBLICA**

– Presidente
Wilson Vieira – Dentinho – Vice Presidente
Jorginho Mello
João Henrique Blasi
José Paulo Serafim
Lício Mauro da Silveira
Gelson Merísio

Quartas-feiras às 11:00 horas

**COMISSÃO DE ECONOMIA,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA,
MINAS E ENERGIA**

Afrânio Boppré – Presidente
Valmir Comin – Vice Presidente
Mauro Mariani
Paulo Eccel
Herneus de Nadal
Clésio Salvaro
Antônio Aguiar

Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TURISMO E
MEIO AMBIENTE**

Djalma Berger – Presidente
Joares Ponticelli – Vice Presidente
Antônio Ceron
Ana Paula Lima
Narcizo Parisotto
Wilson Vieira – Dentinho

Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Clésio Salvaro – Presidente
Odete de Jesus – Vice Presidente
Reno Caramori
Antônio Aguiar
Ana Paula Lima
José Paulo Serafim

Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS,
DE AMPARO À FAMÍLIA E À
MULHER**

Odete de Jesus – Presidente
Dionei Walter da Silva – Vice Presidente
Mauro Mariani
Ana Paula Lima
Lício Mauro da Silveira
Nelson Goetten de Lima
Clésio Salvaro

Quartas-feiras às 10:00 horas

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO**

Paulo Eccel – Presidente
Djalma Berger – Vice Presidente
Lício Mauro da Silveira
Pedro Baldissera
Odete de Jesus
Gelson Merísio

Quartas-feiras às 10:00 horas

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO
MERCOSUL**

Celestino Secco – Presidente
Rogério Mendonça – Vice Presidente
Cesar Souza
Odete de Jesus
José Paulo Serafim
Ana Paula Lima
Francisco Küster

Terças-Feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE ÉTICA E
DECORO PARLAMENTAR**

Joares Ponticelli – Presidente
Rogério Mendonça – Vice Presidente
Antônio Ceron
Antônio Carlos Vieira
Cesar Souza
Herneus de Nadal
Jorginho Mello
Pedro Baldissera
Dionei Walter da Silva

**DEPARTAMENTO
PARLAMENTAR****Divisão de Anais:**

responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Diretor: Eder de Quadra Salgado

Divisão de Taquigrafia:

responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Diretora: Lenita Wendhausen
Cavallazzi

Divisão de Divulgação e**Serviços Gráficos:**

responsável pela impressão.
Diretor: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XII - NÚMERO 1616
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 40 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 001ª Sessão Ordinária da
15ª realizada em 16/02/2005.....2
Ata da 002ª Sessão Ordinária da
15ª realizada em 17/02/2005...18

Atos da Mesa

Atos da Mesa26

Publicações Diversas

Audiência Pública.....29
Portarias39
Redação Final39

PLENÁRIO

ATA DA 001ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA REALIZADA EM 16 DE FEVEREIRO DE 2005 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às quatorze horas, achavam-se presentes os seguintes Srs. Deputados: Afrânio Boppré - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Antônio Carlos Vieira - Antônio Aguiar - Celestino Secco - Clésio Salvaro - Dionei Walter da Silva - Djalma Berger - Francisco de Assis - Francisco Küster - Genésio Goulart - Gilmar Knaesel - Herneus de Nadal - João Henrique Blasi - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - Julio Garcia - Manoel Mota - Mauro Mariani - Nilson Gonçalves - Nilson Machado - Odete de Jesus - Paulo Eccel - Pedro Baldissera - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Valmir Comin - Wilson Vieira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos Srs. Deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

O Sr. Deputado Afrânio Boppré - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Afrânio Boppré.

O SR. DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ - Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a V.Exa. que encaminhasse, como um gesto da Assembléia Legislativa de reprovação, um minuto de silêncio em função do assassinato,

que ocorreu dias atrás, no Pará (cujo sepultamento ocorreu ontem), da Irmã Dorothy, criminosamente alvejada por seis balas do latifúndio, quando fazia um trabalho de organização dos trabalhadores rurais, um trabalho exemplar, de alcance internacional, inclusive com relação à preservação ambiental da Amazônia.

Gostaria, pois, que V.Exa. encaminhasse, como um gesto de repúdio da Assembléia Legislativa, um minuto de silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Nobre Deputado, esta Presidência consulta os Srs. Líderes se concordam com a presente proposição.

(Os Líderes aquiescem.)

Faremos, então, um minuto de silêncio, a pedido do Deputado Afrânio Boppré, em homenagem à retrorreferida há instantes.

(Procede-se a um minuto de silêncio.)

Com a palavra a Sra. Deputada Odete de Jesus, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos que nos assistem, imprensa escrita, falada, televisionada, funcionários desta Casa, eu desejo parabenizar o brilhante Deputado Afrânio Boppré, pelo nobre gesto de lembrança à tão amada religiosa que foi assassinada.

Este é o assunto que trago hoje à tribuna, nesta tarde, Deputado Afrânio Boppré. Essa missionária foi morta com nove tiros, e a polícia suspeita de alguém. Parece-me que já houve a prisão de uma pessoa suspeita.

O corpo da missionária americana Dorothy Stang, assassinada no sábado em Anapu, próximo de Altamira, a 777 quilômetros de Belém, Capital do Pará, seguiu em avião para Belém. O corpo deve passar por uma autópsia no Instituto Médico Legal de Belém. Ontem, exames preliminares do Instituto de Polícia Científica do Pará, no Necrotério de Anapu, revelaram que a freira teria sido assassinada com nove tiros disparados a curta distância, que atingiram a cabeça, o tórax, o abdome, o braço e a mão esquerda.

Senhores Deputados, essa missionária naturalista sempre fez um trabalho voluntário, um trabalho de se doar ao próximo, um trabalho de preservação do meio ambiente, orientando as pessoas quanto ao valioso e precioso ambiente natural, ou seja, as plantas e as ervas medicinais. Essa pessoa, Srs. Deputados, estava ali resgatando vidas, dando um pouquinho mais de auto-estima àquelas pessoas e valorizando a família.

Então, Srs. Deputados, acontece um assassinato bárbaro! E essa não será a primeira nem a última pessoa! Mas o Governo Federal já está tomando medidas enérgicas para que essa vergonha acabe, porque é muito triste e trágico para nós sabermos que uma pessoa que está fazendo o bem ao próximo possa estar sendo tratada como verdadeiro animal, e nem animal nós tratamos dessa maneira! Isso nos revolta.

E, falando nisso, hoje estou bem revoltada devido a um telefonema que recebi, há pouco tempo. V.Exas. acham engraçada a minha maneira de agir, mas é uma maneira de expressar a minha revolta, Srs. Deputados. Mas não adianta nós só nos revoltarmos. Nós temos que agir.

Eu recebi um telefonema de um grande grupo de pastores voluntários evangélicos, dizendo que a Igreja Renascer em Cristo foi interditada. Srs. Deputados, uma igreja que faz um bom trabalho é a igreja do nosso vice-Prefeito Bitá Pereira! Alguns podem perguntar: será que eles pagavam o aluguel? Eles pagavam aluguel, luz, água, conta de telefone e tudo rigorosamente em dia. Havia um contrato. Mas sabem por quê? Porque ali também é feito um trabalho de resgate de vida, de auto-estima. As pessoas que estão na sarjeta, no vício e na marginalidade são recuperadas.

Srs. Deputados, existe uma Constituição que deve ser respeitada e que se refere à livre expressão religiosa. Por isso assomo à tribuna, de cabeça erguida, para defender o povo que faz trabalho voluntário, para defender aquelas pessoas que fazem um trabalho de resgate à dignidade do cidadão. Esta Deputada também foi resgatada, estava na sarjeta e agora vive esta fé.

Tive que ligar para o Sr. Governador, porque a Polícia Federal interditou aquela igreja que faz um trabalho belíssimo. Sua Excelência perguntou se eu conhecia o trabalho dessa igreja e eu respondi que sim, que já estive lá, que já participei das reuniões e disse que o povo de Deus está todo unido.

Não usarei a tribuna no horário do meu Partido, que é o primeiro Partido inscrito, peço licença aos meus Colegas, porque estarei acompanhando o Governador Luiz Henrique da Silveira. Aliás, quero dizer a V.Exas. que quando precisei de socorro, com um simples telefonema fui atendida pelo Sr. Governador, que não me fez esperar, cancelando compromissos. E ele me disse que vai fazer uma visita àquela igreja, porque também olha, com bons olhos, o seu trabalho tão abençoado e conceituado.

V.Exas. podem pensar que eu sou muito calma, mas há momentos que não dá para se ter calma. Os senhores já viram um vaga-lume no escuro? Claro, Deputada, que já vimos um vaga-lume no escuro! Ele fica acendendo uma luzinha. Às vezes essa luzinha incomoda, é a tal da Lei do Silêncio, para calar a nossa boca. Tem tanta coisa para se cortar, olhar, incomodar, extinguir, como o barulho que acontece, às vezes, de madrugada, incomodando o nosso sono, que são as farras e as bebedeiras.

Mas quando é uma igreja de Deus, abençoada, que faz um bom trabalho, é interditada! Eu não condeno a Polícia Federal, parabeno-a, mas condeno os mandantes. Houve alguém que não quis dar chance para pregarmos a palavra de Deus, houve alguém que não quis dar esta oportunidade para nós e aí houve...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Afrânio Boppré, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, em razão da visita do excelentíssimo Governador Luiz Henrique da Silveira, ontem, à Assembléia Legislativa, tendo em vista a nossa Constituição Estadual, creio que, necessariamente, devo me manifestar, porque no discurso proferido e lido da tribuna pelo Sr. Governador, eu destaco uma passagem onde eu diria que resolvo, por livre e espontânea vontade, vestir o chapéu. Foi quando o Governador, num trecho, disse que toda e qualquer mudança gerava resistências e que não via qualquer novidade naquilo.

Em verdade, há dezenas de exemplos de como essas reações, decorridos alguns anos, revelam-se erradas, quando não cômicas, e buscou um exemplo para mostrar que algumas reações a mudanças, tempos mais tarde comprovam-se cômicas. Em 14 de fevereiro de 1887, por exemplo, Sr. Presidente, 380 intelectuais e artistas assinaram um manifesto exigindo a demolição da ridicula, inútil e horrenda monstruosidade que estava sendo construída em Paris. Referia-se o Governador, no dia de ontem, à Torre Eiffel.

Aqui há que se fazer uma reflexão, porque considero o Governador um apologista das mudanças.

Por que será que todo Governante entende, no seu modo de pensar, à sua maneira de ver o mundo, que as suas ações são as verdadeiras mudanças? E será que todos aqueles que reagem ao pressuposto do governante, invariavelmente, vão cometer o mesmo erro dos intelectuais que subscreveram o desejo de não ver edificada a Torre Eiffel?

Será que todos que divergem do governante ora de plantão invariavelmente caem no ridículo, transformam-se numa comédia, como disse o Governador Luiz Henrique da Silveira aqui? E vou repetir: "(...) essas reações revelam-se erradas quando não cômicas". Será que todo mundo que diverge de um governante de plantão está errado? Será que todo mundo inevitavelmente vai produzir uma sessão pastelão porque diverge do Governador, aqui, no caso, especificamente, Luiz Henrique da Silveira?

Não acredito nisso! Não acredito, Sr. Governador, porque Vossa Excelência diz que, em verdade, há dezenas de exemplos em que, decorridos alguns anos, essas reações transformam-se em erradas ou quem sabe cômicas.

Srs. Deputados, mas eu poderia, não com dezenas de exemplos, mas com centenas, com milhares de exemplos, dizer que as verdadeiras mudanças vêm pelas mãos do povo, contrárias às opiniões daqueles que estão alojados no centro decisório do poder. Eu poderia dar exemplo de como há opiniões diversas, como existiam e eram salutares, para usar um exemplo bem extremado, como também o Governador fez aqui de maneira simplória.

O exemplo do Governador é simplório. Tenta usar o fato histórico da Torre Eiffel para dizer o seguinte: quem reage às minhas proposições vai incorrer em erro, a exemplo do caso da Torre Eiffel. Essa é uma forma simplória para tentar legitimar, é uma técnica discursiva mal constituída.

Como pegou pesado no exemplo, forçou a barra no exemplo, também vou forçar: será que todos aqueles que discordaram de Adolf Hitler caíram em erro e transformaram em comédia as suas reações? Acredito que não. Será que todos aqueles que reagiram às políticas de Fernando Collor de Mello, no

Brasil, estavam errados? Será que todos aqueles que reagiram ao Governo de Fernando Henrique Cardoso inevitavelmente erraram? Será que aqueles que estão discordando, hoje, em alguns casos, sejam topicamente ou na totalidade, do Governo Lula estão também completamente errados?

Pergunto ao Governador Luiz Henrique da Silveira: será que todos aqueles estão errados ou quem sabe o Collor de Mello não veio para fazer mudanças? Ou o Fernando Henrique não veio para fazer mudanças? Ou o Lula não veio para fazer mudanças?

O que eu quero trazer ao debate é que o Governador foge, é qual o verdadeiro sentido das mudanças, que mudanças são essas, o que é fazer mudanças. Esse é o debate que precisa ser feito. Porque finge o Governador Luiz Henrique que está fazendo mudanças, mas simplesmente é uma nova roupagem, com um discurso inclusive no meu modo de entender muito frágil.

As políticas que estão sendo implementadas gradativamente pelo Governo do Sr. Luiz Henrique da Silveira estão marcadas, cravadas por aquilo que há de mais atrasado, conservador, reacionário, que não aponta nenhuma perspectiva de mudança no sentido de superar as desigualdades sociais profundas que essa sociedade produz, do ponto de vista econômico de que temos, de um lado, cada vez mais uma minoria de privilegiados e, de outro, uma massa crescente de miseráveis.

Não são reformas estruturais, são reformas apenas de uma nova roupagem. Por isso que eu digo que estão marcadas, cicatrizadas por aquilo de mais atrasado, conservador, que são as chamadas doutrinas do ideário neoliberal. E o neoliberalismo não é mudança nenhuma.

Sua Excelência, o Sr. Governador, não está promovendo mudanças, ele está reforçando a reprodução do *status quo*, das relações sociais dominantes, vigentes na ordem social que nós vivemos, simplesmente ajeitando, buscando adotar medidas para vitaminar a máquina administrativa do Estado, na lógica da acumulação dos interesses privados, que estão relacionados com a situação parasitária no Estado das empresas, dos grupos econômicos, dos nichos políticos regionais que estão vinculados, relacionados com a lógica da reprodução do poder político e na busca de usufruir vantagens do ponto de vista da dinâmica econômica da sociedade.

Por isso faço questão de dizer ao Governador Luiz Henrique que eu irei reagir a essas supostas mudanças, que são mudanças discursivas, mas que praticam aquilo que as elites historicamente sempre praticaram. Não há mudanças, as mudanças verdadeiras precisam vir para Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Concluída a manifestação do Sr. Deputado Afrânio Boppré, concedo a palavra, pelo tempo de dez minutos, ao Sr. Deputado Francisco de Assis.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS - Sr. Presidente, colegas Deputados, funcionários desta Casa, pessoas que acompanham esta sessão, olhando as manchetes dos jornais desta quarta-feira o maior comentário e o maior tema, sem dúvida alguma, é a eleição de Severino Cavalcanti para Presidente da Câmara dos Deputados. E as manchetes variam de jornal para jornal, cada qual falando do seu modo.

Outras manchetes que ocuparam os jornais: o conflito pela terra, onde a irmã foi morta, lá no Pará, e uma outra que também lemos, assistimos e ouvimos e que talvez seja importante demais para o Brasil é o maior crescimento da indústria brasileira no ano de 2004, com destaque para o nosso Estado.

Enfim, levantei esses assuntos porque estão na pauta do dia, mas vim hoje à tribuna para falar de um assunto que é a questão do voto aberto que esta Casa teve a coragem de implementar a partir da eleição de Presidente da Mesa Diretora, no início deste ano.

Eu falava naquela oportunidade que quem sabe a Assembléia Legislativa pudesse dar exemplo para o Congresso Nacional por conta das eleições que estavam bastante adiantadas, com comentários, com propaganda, com campanha na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Escolhi esse tema para abordar aqui hoje, porque o que nós vimos lá em Brasília foi que por mais que os jornais coloquem que a eleição foi uma derrota do Governo, ou que outros digam que a eleição do Severino foi uma derrota do PT, ou que outros ainda digam que foi do Governo e do PT, acredito que muitos têm razão, independentemente da afirmação que faça ou da tese que defenda.

Agora, uma coisa é verdade, Severino Cavalcanti é hoje Presidente da Câmara dos Deputados porque teve o tal do voto secreto. Se não tivesse voto secreto, Companheiro Afrânio Bopp, não teria eleição da forma como teve nem seria eleito da forma como foi o Sr. Severino Cavalcanti, que tem a sua principal bandeira de campanha e o seu principal compromisso o aumento do salário dos Deputados Federais.

É a principal bandeira de campanha. E muitos, infelizmente, escondem-se atrás do voto secreto para votar no candidato que tenha proposta para resolver o problema da vida deles.

Então, que sistema é esse que algumas Casas Legislativas ainda fazem questão de manter? Não podemos esquecer que o Parlamentar é eleito por voto democrático, popular, e as pessoas gostariam de saber em quem cada um de nós está votando.

Por isso, ressalto a importância, a sabedoria, a inteligência desta Casa, quando no final do ano aprovou o voto aberto, porque o voto secreto é a forma que muitos encontram para defender os seus interesses.

Quanto à eleição da Câmara dos Deputados, não tenho dúvida nenhuma, foi por causa do voto secreto que o Sr. Severino Cavalcanti é hoje o seu Presidente. Não que não tenha mérito, não que não soube articular. Falando bem a verdade achei até que foi bom, para acabar com a arrogância, com a petulância e com muitas outras coisas. Mas só foi possível por causa do voto secreto.

Uma outra questão que quero ainda falar sobre a Câmara dos Deputados e a ação dos Srs. Deputados Federais é que está tudo muito ligado, ou seja, nós já paramos para observar, para perceber de que forma está posicionado na urna de votação, quando das eleições quase gerais do País, o voto para Deputado Federal? Já pararam para pensar sobre isso, já refletiram? É o primeiro da lista. Por que será? Coincidência que nós eleitores votamos primeiro para o cargo de Deputado Federal. Não é segundo, terceiro, quarto, não, é o primeiro.

Na minha avaliação o primeiro voto deveria ser para Presidente da República ou então começar de baixo para cima, para Deputado Estadual. Mas não, o primeiro é para Deputado Federal. Ou seja, é uma Casa de leis que quando se trata de fazer leis para mexer no Poder vêm em primeiro os meus interesses. Primeiro, o espaço que atuo, depois, o dos demais. E aí entra uma outra questão que quero abordar, que é a reforma política.

Quanto à reforma política proposta, acho que agora fica mais difícil, porque o PP, o Partido do Severino Cavalcanti, tem uma posição contrária em alguns pontos dessa reforma política.

Então, eu acho que fica mais difícil. Mas da forma como está pensada, Deputado Celestino Secco, novamente, os que têm mandato, ou seja, os Deputados Federais, e aí entram os Deputados Estaduais também, porque são eles que estão fazendo as leis, colocam-se na condição de serem os primeiros dessa lista pré-ordenada, que é o que está sendo discutido na reforma política, para mais uma vez terem o benefício em prol do seu próprio nome, da sua própria candidatura, uma vez que não precisariam estar disputando nos seus Partidos qualquer outro lugar da lista, senão, os primeiros, conforme a última eleição.

Então, é lamentável que nós ainda tenhamos nos dias de hoje Casas Legislativas, Parlamento Nacional, Federal, com essas prerrogativas de legislar em causa própria.

Quero, a partir desse humilde pronunciamento, fazer com que alguém ouça e leve esse recado para o Congresso Nacional, para a Câmara dos Deputados, para que eles possam, também, de uma vez por todas, acabar com o voto secreto naquelas duas Casas de leis e implantar uma Assembléia Legislativa como Santa Catarina está implantando, porque é um processo gradativo, eis que mantemos ainda alguns votos secretos por conta da Constituição Federal.

Quem sabe nós possamos viver no País, em pouco tempo, o voto aberto em todas as Casas Legislativas, seja no Senado, na Câmara dos Deputados, em todas as Assembléias Legislativas e por que não nas Câmaras de Vereadores.

Então, esse é o sentimento. O sentimento não de ter perdido a Presidência da Câmara, com o Companheiro do PT, não, até porque o nosso Partido foi incompetente para administrar os problemas internos, eis que quando teve dois candidatos faltou competência para nós resolvermos o nosso problema.

Eu acho que foi mérito do Deputado que foi eleito Presidente. Foi mérito, porque sempre foi falado que era um Deputado do baixo clero, que por outras vezes já tinha sido candidato e que sempre retirava a candidatura, que ninguém acreditava. Alguns jornais, inclusive, quando mostravam as fotos dos pré-candidatos, em algumas delas nem aparecia o Sr. Severino Cavalcanti.

Esse é um coitado, é do baixo clero, não tem chance. Mas esqueceram de analisar este detalhe, que é fundamental naquele espaço: o interesse do próprio Parlamentar em ter um Presidente que governe aquele Poder para o interesse do Parlamentar.

E quando aparece um candidato a Presidente que diz que a principal proposta é aumentar o salário dos Deputados, recebe 300 votos escondidinhos, com o votinho secreto. Então, é muito fácil!

Dai fico imaginando esta Casa Legislativa, que pela primeira vez na história teve votação aberta - e foram 40 votos no Deputado Julio Garcia -, e questiono o seguinte: se o voto fosse secreto, será que o resultado seria o mesmo? Deputado Antônio Carlos Vieira, V.Exa. que me ouve, nós teríamos 40 votos para o Deputado Julio Garcia?

Então, isso é para mostrar a importância do voto aberto, Sr. Presidente, Deputado Herneus de Nadal, para a transparência do Poder, para que a sociedade possa acompanhar de que forma os seus Deputados votam. E só assim nós vamos ter decência na política brasileira - e a sociedade cobra, a todo o instante, de quem tem um mandato, a transparência, a coerência e a ética, e é isso o que falta, muitas vezes, para quem faz política neste Brasil.

Se nós tivéssemos, em Brasília, pessoas comprometidas, sérias e responsáveis, com certeza o resultado não seria esse. Sem tirar o mérito, digo mais uma vez, do Deputado Severino Cavalcanti, que teve lá as suas habilidades, os seus conchavos e a sua forma de articulação, com certeza o resultado seria outro, se não fosse o voto secreto, que esconde a vontade, os desejos pessoais de muitos que se dizem representantes do povo e que estão em Brasília para nos representar com dignidade e não o fazem.

Era isto o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Com a palavra a próxima oradora inscrita, Sra. Deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - (Passa a ler)

"Sr. Presidente, Srs. Deputados, nesta tarde, quero prestar um tributo ao povo de Santa Catarina e também comemorar os 25 anos de fundação da maior agremiação de esquerda da América Latina: o Partido dos Trabalhadores, ao qual, com muito orgulho, eu pertencerei.

Venho também defender os princípios do meu Partido, Sr. Presidente, do PT, que se consolidou na ética socialista, na esperança de uma sociedade justa e fraterna. Do PT, construído na luta do homem do campo, do trabalhador da fábrica, dos sem-terra, dos desempregados, dos marginalizados e dos famintos. Do PT, nascido do sonho de milhares de brasileiros, daqueles que vagueiam pelas ruas à procura da vida. Dos que ainda não acreditam na política (os analfabetos de Bertold Brecht). E do PT construído através das conquistas da democracia e defesa de instituições como esta Casa.

E aí, Sr. Presidente e Srs. Deputados, em nome do povo de Santa Catarina, das mulheres catarinenses e de tudo aquilo que eu represento, sobretudo o ideário do meu Partido, venho, mais uma vez, prestar o meu tributo, como já fiz no ano passado, ao devolver a esta Casa os valores da convocação extraordinária. Para cada um de nós, por 27 sessões, oferecemos-nos a generosidade de quase R\$ 25 mil por apenas 30 dias de trabalho.

Enquanto isso o povo humilde, aquele da sorte do emprego, recebe um salário mensal de R\$ 320,00, para inveja dos sem-teto, dos miseráveis, de todos aqueles que convivem com a fome de seus filhos.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, meu gesto traduz um inconformismo que não é somente meu. Retrata o motivo do descrédito do Parlamento perante a sociedade, diante de atitudes como a de Severino Cavalcanti, Presidente eleito da Câmara dos Deputados, que cabalou votos prometendo 70% de aumento ao salário dos Parlamentares. Isso é uma vergonha, Srs. Deputados, para o Brasil, uma vergonha para o povo brasileiro e uma vergonha para nós, Parlamentares.

E corre, agora, Srs. Deputados, que o PT está em crise de identidade. Não, o PT não está em crise de identidade. Somos um Partido sólido, maduro, que está governando o País de forma exemplar, irreprovável, levando este gigante, que é o Brasil, a um porto seguro. Somos um Partido presente nas lutas populares e sindicais, contribuindo com o valor universal, que é a democracia.

E é em nome da democracia, da ética, da seriedade na política e da transparência que conclamo os Srs. Deputados desta Casa a apoiarem a nossa luta em favor da aprovação da PEC para a redução do período de recesso de 90 para 45 dias, apresentado em março de 2004 nesta Casa por proposição da Bancada do PT.

Temos a obrigação, como detentores de mandatos eleitorais, de dar uma resposta ao clamor da sociedade. Não temos o direito de decepcionar aqueles que deram para cada um de nós votos de confiança. É nosso dever defender a moralidade pública.

Em nome desse compromisso que juramos honrar em nossa diplomação, conclamo, mais uma vez, os Deputados desta Casa a se unirem na decisão política de acelerar a tramitação do projeto de redução do recesso parlamentar, que está sendo gestado desde março de 2004 na Comissão de Constituição e Justiça, portanto prestes a completar 12 meses."

Sr. Presidente e Srs. Deputados, demos o exemplo aqui nesta Casa, como bem mencionou o Deputado Francisco de Assis, ao fazer a votação aberta. Podemos dar o exemplo para o Brasil ao reduzir o recesso parlamentar.

(Continua lendo)

"Como representante do povo de Santa Catarina da minha querida Blumenau e do Vale do Itajaí, serei incansável na defesa da redução do recesso parlamentar, cujo Parlamento do Rio de Janeiro ensina-nos há mais de um ano e também é matéria de debate em Estados e Municípios de todo País.

Santa Catarina tem como pioneiro na redução do recesso, Deputado Pedro Baldissera, o Município de Guaraciaba e, mais recentemente, também o Município de Gaspar, no Vale de Itajaí. Outras cidades catarinenses, Deputado Dionei Walter da Silva, como Jaraguá do Sul, estão estudando esse projeto. Os novos eleitos também anunciam como meta a moralização, através da redução do recesso.

Por isso, lanço hoje o desafio aos Deputados e Deputadas desta Casa para que possamos, juntos, demonstrar ao povo de Santa Catarina a seriedade do nosso trabalho. Lanço a campanha da redução do recesso, que sabemos ter integral respaldo da opinião pública. E assumo o compromisso com o povo de Santa Catarina de defender a redução do recesso em todas as minhas manifestações daqui por diante, em todos os dias do meu mandato que recebi do povo. E isso para tentar evitar que as convocações extraordinárias sejam remuneradas. Defenderei a redução do recesso Parlamentar para que meu gesto, ao devolver a remuneração, não seja confundido com retórica.

Por fim, Sr. Presidente e Srs. Deputados desta Casa, convido a todos para se unirem a mim neste gesto. Em nome das mulheres, em nome dos catarinenses, em nome da ética, em nome da transparência e em nome da moralização do serviço público devolvo, sim, os R\$ 25 mil nos 25 anos de fundação do Partido dos Trabalhadores!

Muito obrigada!"

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Concluída a manifestação da Deputada Ana Paula Lima, indago ao Deputado Joares Ponticelli se quer fazer uso da palavra.

(O Deputado manifesta-se no sentido de que não deseja ocupar a tribuna.)

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PL.

Como a Deputada Odete de Jesus já registrou a sua desistência, os próximos minutos são destinados ao Partido Trabalhista Brasileiro.

(Pausa)

Não havendo Deputados do PTB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o Deputado Francisco Küster, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados e telespectadores da TVAL que nos assistem nesta oportunidade, antes de adentrar ao propósito da minha vinda à tribuna nesta tarde, quero dizer, alto e bom som, que faço coro com a proposição da Deputada Ana Paula Lima, pois já é chegada a hora de se reduzir esse generoso e desavergonhado recesso de 90 dias para 45 dias - e é bom que esta Casa tome essas providências. Creio que essa medida vai propiciar um avanço extraordinário no campo da credibilidade do Parlamento catarinense perante a gente do nosso Estado. Penso que a redução do recesso de 90 para 45 dias é uma necessidade absoluta.

Ato contínuo, Sr. Presidente, permito-me, nesta oportunidade, reportar-me a esse ato de força, à famigerada Medida Provisória nº 232, do Governo Federal, que é draconiana em todos os sentidos, recessiva e provoca a ira do monstro da inflação. Por ser recessiva e inflacionária e por penalizar atividades de pequeno porte é que nós anunciamos uma oposição frontal a essa medida. E também porque ela não revela o destino dos recursos que são alavancados com essa medida, é um ato de força impositivo e também cerceou o Parlamento e a Nação brasileira em torno do de um debate sobre a necessidade, ou não, de uma medida dessa natureza.

Passo, Sr. Presidente, a fazer a leitura de um requerimento que vou endereçar à Comissão de Finanças e Tributação da Casa, para que todos os Srs. Parlamentares tomem conhecimento dele:

(Passa a ler)

"O Deputado subscritor, nos termos do Regimento, art. 39, requer à Presidência da Comissão de Finanças e Tributação, após a oitiva de seus membros, a instituição de Subcomissão para estudo da relevante e permanente matéria de que trata a Medida Provisória Federal nº 232, de 30 de dezembro de 2004, que dispõe acerca de alteração da legislação tributária nacional, envolvendo, dentre outros tópicos, o aumento da carga tributária incidente sobre as pessoas jurídicas prestadoras de serviços.

Justificativa

A matéria envolvida tem causado intensa repercussão pública e política, nesse primeiro momento de deliberação no plano do Congresso Nacional. A partir da sua edição, porém, como toda medida provisória, passou a vigorar imediatamente, na forma constitucionalmente prevista, repercutindo, então, diretamente no custo de produção das empresas brasileiras prestadoras de serviços: 1) de manutenção de bens móveis e imóveis; 2) de transporte; 3) de medicina, prestados por ambulatório, banco de sangue, casa e clínica de saúde, casa de recuperação e repouso sob orientação médica, hospital e pronto-socorro; e 4) de engenharia, relativos à construção de estradas, pontes, prédios e obras assemelhadas.

As empresas, por sua vez, como é notório, haverão de repassá-lo ao já tributariamente penalizado consumidor brasileiro, dando início a um verdadeiro 'tsunami' inflacionário que, por certo, afrontará o esforço de equilíbrio fiscal que, a duras penas, a nação brasileira tem despendido almejando alcançar a viabilização de sua capacidade de investimentos em ações e serviços voltados a melhorar as condições de vida do nosso carente povo.

Proponho, desde já, e com a urgência que a situação enseja, a realização de audiência pública com os setores empresariais diretamente envolvidos e com os diversos segmentos da sociedade civil organizada que, indiretamente, haverão de sofrer as consequências da elevação do custo de produção empresarial.

Ao mesmo tempo, para que a Assembléia Legislativa não se omita em assunto de relevante interesse para a comunidade catarinense, proponho a realização de convite ao Fórum Parlamentar Catarinense, constituído pelos Deputados Federais e Senadores catarinenses, com assento no Congresso Nacional, foro deliberativo da matéria, para o comparecimento à reunião com os Parlamentares estaduais, nesta Casa, em data próxima, para permitir-lhes transmitir os anseios da comunidade catarinense, colhidos na audiência pública então havida."

É este, Sr. Presidente, o requerimento que passarei à Mesa para que tome o destino, que é a Comissão de Finanças e Tributação.

Já, de imediato, peço que se instale essa subcomissão, porque urge o tempo e a medida provisória tem um ritual draconiano e surte seus efeitos imediatamente. E é por isso que precisamos exercer, de forma legítima, pressão sobre os nossos representantes no Congresso Nacional para que freiem essa sanha, essa coisa tresloucada do Governo Federal, esse desejo de arrecadar, arrecadar e arrecadar. E o fruto da arrecadação sabe Deus o destino, fica contingenciado. Para o inferno esses contingenciamentos! É hora de freiar essa escalada maluca de arrecadação de impostos! Se não para outra coisa, para forçar que se deflagre uma verdadeira reforma tributária neste País, que seja uma coisa séria e consistente, que faça com que o fruto da tributação seja arrecadado e bem entrado nos cofres públicos para a destinação social que se propõe, que é o objetivo da arrecadação e o objetivo dos impostos.

Temos um elenco de impostos, tributos, taxas e outras coisas mais que penalizam as pessoas - já chega quase a seis dezenas, Sr. Presidente! É preciso fazer uma limpeza nesse cipoal de medidas que visam sangrar a já combalida economia popular. Quem vive de contracheque é quem vai pagar essa conta! O empresário vai repassar.

Portanto, é chegada a hora de uma reação nos moldes de outras tantas reações. Vamos usar um pouco do combustível de pessoas que gostam de combater pessoas! Vamos combater essas medidas draconianas do Governo Federal! Vamos organizar aqui, chamar a sociedade para esta Casa para que, através de audiência pública, possamos ouvir os envolvidos, os atingidos mais diretamente, porque na ponta estão os atingidos - os consumidores, em linhas gerais, o assalariado brasileiro, quem vive de contracheque.

O Sr. Deputado Wilson Vieira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER - Pois não!

O Sr. Deputado Wilson Vieira - Sr. Deputado, pedi este aparte para dizer que devemos prestigiar a Comissão que já temos na Casa. Ao invés de propor a criação de uma subcomissão, propor essa questão para que a Comissão de Finanças e Tributação discuta, no seu interior, a medida provisória dos servidores.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER - Sr. Presidente, é regimental a subcomissão e ela é afeta à sua Comissão, porque ela vai tratar especificamente desse caso no âmbito da Comissão de Finanças. É só para contribuir com a boa intenção e a vontade de V.Exa. em atuar nesse caso.

O Sr. Deputado Wilson Vieira - Sei, mas de igual forma a Comissão pode discutir sem criar uma subcomissão!

O SR. DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER - Mas eu quero a subcomissão...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PFL.

Com a palavra o Deputado Antônio Aguiar.

(Pausa)

Na ausência do Deputado Antônio Aguiar e não havendo Deputados do PFL que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o Deputado João Henrique Blasi, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sr. Presidente e Srs. Deputados, seguindo à esteira de alguns pronunciamentos anteriores, eu quero me deter, nesta oportunidade, em fazer um contraponto entre o processo eleitoral havido há quinze dias nesta Casa e o processo eleitoral de semelhante teor havido anteontem na Câmara dos Deputados.

Enquanto aqui prevaleceu o bom senso, acima de tudo, enquanto aqui conseguimos, certamente num procedimento de vanguarda, estabelecer o voto aberto como procedimento usual para esse tipo de eleição, enquanto aqui conseguimos quase que o inimaginável - a unanimidade -, que nesse caso não foi burra, mas foi inteligente, o que se presenciou no Congresso Nacional foi um processo às avessas. A começar pelo arcaísmo do procedimento, da parte operacional, com votos ainda escritos, o que fez com que o processo avançasse madrugada adentro.

Não questiono e não emitirei uma única palavra a respeito do resultado em si, porque, antes e acima de tudo, representa a vitória da democracia. Ganhou quem fez mais votos. Mas é preciso exaltar, é preciso escrever com letras garrafais a diferença de procedimentos e o estágio considerável que estamos à frente do Congresso Nacional ou, especificamente, da Câmara dos Deputados, no que diz respeito à eleição da Mesa desta Casa e daquele Parlamento.

Que isso fique muito claro, porque o Parlamento, por ser uma instância democrática, aberta e transparente, é assolado, via de regra, por críticas dos mais variados matizes, e muito raramente se lhe reconhecem os méritos, como aconteceu nesse episódio, e que aí também, há que se dizer, a imprensa registrou com fidelidade.

Então, estão de parabéns os 40 Deputados que compõem esta Casa pela condução do processo, aberta e visando ao interesse superior do Parlamento, de tal modo que se pôde contemplar, sem favores, sem esconder o que quer que seja de quem quer que seja, todos os Partidos na justa medida da sua representatividade, tanto no âmbito da Mesa quanto no passo seguinte, que estamos entrando agora, por esses dias, que é a composição das Comissões desta Casa.

Por isso, Deputado Herneus de Nadal, V.Exa. que preside esta sessão e que teve também um papel destacado nesse contexto, fica aqui um registro público desse reconhecimento, sobretudo como contraponto à forma procedimental da eleição na Câmara dos Deputados.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Quero cumprimentar V.Exa., Deputado João Henrique Blasi, Líder do Governo nesta Casa, o Deputado Herneus de Nadal, que neste momento preside a sessão, e todos os demais Parlamentares.

Quero dizer que estava ouvindo atentamente o pronunciamento feito há pouco pelo Deputado Afrânio Boppré de que não está reconhecendo nenhuma reforma feita em Santa Catarina.

Penso que este é o momento em que as pessoas precisam fazer muita reflexão porque foi mudada a cultura, a história, quando se governava apenas dentro de quatro paredes. A descentralização vai fazer com que o Governo seja por toda Santa Catarina. E se isso não é reforma, posso dizer que "cego não é quem não enxerga; cego é quem não quer enxergar".

Lamento profundamente o encaminhamento em não aceitar a democracia. Democracia é força da maioria! Construímos isso com muito trabalho para que a minoria não mandasse neste País, como mandaram muito tempo. Nós construímos a democracia. E quem tem organização, quem busca a maioria é fruto da democracia e tem que ser respeitado.

O Governador ontem teceu elogios a esta Casa, aos Parlamentares, pelo alto nível de discussão e de encaminhamento. Não podemos aceitar a tentativa de desviar o caminho do Governador, que é um homem que busca, pelo caminho da democracia, profundas reformas em nome do povo de Santa Catarina.

Quero cumprimentar V.Exa. e dizer que a Bancada do Governo sentiu-se muito honrada em tê-lo como comandante no momento da reforma, na sexta-feira, com um trabalho sério, comprometido, capaz, cedendo e aceitando melhorias dentro da reforma.

Parabéns, Deputado João Henrique Blasi! E falo em nome de toda a Bancada!

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Agradeço ao Deputado Manoel Mota, pela intervenção, sempre combatível, que, aliás, antecipou-se ao que é a segunda parte da minha manifestação no dia de hoje, que também vai se reportar ao que disse há pouco aqui o Deputado Afrânio Boppré.

Respeito e admiro de longa data o Deputado Afrânio Boppré, mas não posso, em momento algum, aceitar que o Deputado deslegitime o Governador do Estado de Santa Catarina ao utilizar aqui da tribuna um velho chavão, aplicado aos tempos da ditadura, em que não se sabia qual o General do Exército que era o Presidente, e aí se falava: "governante de plantão".

É inaceitável que o Deputado Afrânio Boppré transponha aquela circunstância para o momento de hoje para dizer que o Governador de Santa Catarina, eleito legitimamente pelo povo neste Estado, em renhido pleito eleitoral, seja um "governante de plantão" entre aspas.

Não é de plantão, Deputado Afrânio Boppré. É Governador pela vontade da maioria do povo de Santa Catarina, quicá com o voto de V.Exa! E alguém que chega legitimado pelo voto popular não pode receber alcunha de ser um "governante de plantão". É o Governador dos catarinenses pela vontade da soberania popular. E nunca, em tempo algum, um "governante de plantão", como foram aqueles do regime militar, em que hoje era um general, quem sabe um marechal, amanhã era outro. Por isso, lá cabia dizer-se; aqui não cabe afirmar-se "governante de plantão".

O Sr. Deputado Afrânio Boppré - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Pois não!

O Sr. Deputado Afrânio Boppré - Deputado João Henrique Blasi, agradeço pelo aparte, mas V.Exa. interpretou como quis. Usei o termo "governante de plantão" no sentido de ser passageiro e não no sentido de associá-lo à ditadura militar. Não fiz essa associação. Sei que a tradição do Governador foi lutar pelas liberdades democráticas. V.Exa. interpretou do jeito que quis; não era a minha pretensão. É apenas um reparo, uma correção.

O objetivo de minha fala era dizer que o governante é que está de passagem na direção do Executivo do Estado de Santa Catarina. Este foi o sentido da aplicação da palavra.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Agradeço a V.Exa. pela intervenção, mas quero dizer que fui fidedigno à literalidade da expressão utilizada por V.Exa., que cheguei a anotar no papel: governante de plantão.

E, por falar e interpretar como quer, cada um interpreta o que quer como quer. A interpretação de um texto é mais ou menos como a visão de um caleidoscópio: cada qual olha e vê com ângulo que os seus olhos permitam que sejam visualizados. Por isso que V.Exa., ao pinçar do texto da mensagem do Governador um pequeno detalhe, interpretou-o como quis para dizer que o Governador entende que aqueles que se opõem a mudanças podem ser considerados como pessoas que no futuro merecerão uma atitude risível, como aconteceu naquela figura de linguagem de retórica por ele utilizada a respeito da construção da Torre Eiffel.

Deputado Afrânio Boppré, cada um vê, cada um examina, cada um analisa um texto como quer, da forma que mais lhe apraz, com axiologia que lhe é inerente, com valores que lhes dizem respeito, e por isso V.Exa. pinçou do contexto um texto e em cima dele construiu algo que não vem ao encontro daquilo que o Governador quis dizer e muito menos da sua prática como um homem democrático, com dez mandatos conseguidos pela via do voto popular, ao longo de uma trajetória retilínea.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Pela ordem, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Gilmar Knaesel.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. Presidente, gostaria de consultar V.Exa. no sentido de saber se houve solicitação de algum Partido Político para que fosse feito algum evento comemorativo durante a sessão solene. Chegou alguma solicitação?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Que esta Mesa tenha conhecimento, Sr. Deputado, não.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Na verdade, eu só queria fazer uma manifestação, porque em outras épocas era praxe muito aqui, em datas e em momentos especiais, fazer uma comemoração, algum evento marcante, trazendo um bolo, alguma coisa significativa, para que pudéssemos chamar a atenção da sociedade e, principalmente, da imprensa.

Mas quero também fazer o registro de que está fazendo um ano do caso "Waldomirogate", que até hoje não foi esclarecido à Nação. Talvez pudéssemos marcar aqui um bolo comemorativo para este ano e esperamos não passar o segundo ano sem a solução desse caso tão importante para o País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Partido dos Trabalhadores.

Com a palavra o Deputado Paulo Eccel, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PAULO ECCEL - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, quero lembrar ao Deputado Gilmar Knaesel que talvez não exista bolo nem torta aqui hoje, porque a comemoração já foi feita na sexta-feira com a pizza que os servidores trouxeram para comemorar a forma truculenta como o Governo conduziu o processo de reforma administrativa nesta Casa.

Então, como todos os Deputados, especialmente os Deputados da base do Governo, já estão alimentados com a pizza, a torta fica para uma outra ocasião.

Ao mesmo tempo, Srs. Deputados, quero lembrar que, nos últimos tempos, as coisas estão muito esquecidas na Assembléia. O PSDB vem para a tribuna para fazer de conta, para dar a impressão de que nunca governou este País, para dar a impressão de que todas as mazelas que se verificam no País são de responsabilidade do atual Governo Federal. O PSDB esqueceu que durante os oito anos que governou este País nós tivemos o maior aumento da carga tributária da história brasileira; nós tivemos o sucateamento da máquina pública; nós tivemos o maior volume de privatizações da história da República e do País.

A política neoliberal, o estado mínimo se aprofundou no Governo Fernando Henrique Cardoso, tanto é que entregaram para nós, no final do mandato, um Governo falido, as instituições públicas sucateadas. Basta lembrar o exemplo do INSS; as filas que os segurados ainda hoje têm de enfrentar para conseguir a sua aposentadoria, porque nem computador novo o Governo anterior comprou para o INSS. E assim ele fez com todas as empresas públicas, pois o seu objetivo era vendê-las, privatizá-las.

Então, é bom que de vez em quando o pessoal do PSDB tome um fosfol ou tome algum outro tipo de remédio para oxigenar a sua memória, para oxigenar as lembranças do tempo em que governou este País. É muito cômodo, hoje, assomarmos à tribuna e fazermos de conta que não temos responsabilidade nenhuma com aquilo que herdamos do Governo Federal.

Feitas essas breves considerações, quero, neste momento, tornar pública a minha gratidão aos companheiros da Bancada do PT, do meu Partido, pela indicação do meu nome para a Liderança da Bancada neste ano de 2005.

Foi com muita alegria e satisfação que recebi esta missão da minha Bancada. Com certeza, vou utilizar toda a minha energia e disponibilidade para bem representar a Bancada do Partido dos Trabalhadores na Assembléia de Santa Catarina, num ano extremamente importante para o PT, num ano em que comemoramos duas décadas e meia de atuação neste País; um Partido que certamente foi o primeiro da história brasileira que nasceu de baixo para cima, que nasceu efetivamente das bases e não dos gabinetes acarpentados e com uísques importados de Brasília. O PT nasceu do desejo e da necessidade dos trabalhadores terem a sua representatividade no espaço institucional.

A partir do instante em que o PT começou a ocupar os espaços institucionais, a governar as cidades e os Estados, a legislar nas Câmaras de Vereadores e nas Assembléias Legislativas, a população percebeu uma forma diferenciada de legislar e um modo todo diferente de governar, onde a participação popular passou a ser a coluna vertebral das administrações, onde os principais aspectos passaram a ser decididos entre a administração e entre a população.

Nós criamos o Orçamento Participativo que outros Partidos passaram a utilizar percebendo a importância dessa experiência também para toda população. Hoje, logicamente, governamos o País numa coalizão de outros Partidos, em que cada um é sócio na administração, cada um impõe as suas metas, as suas linhas.

Então, o que se verifica no conjunto deste Governo é um pouco daquilo que cada um dos Partidos que integram a base do Governo pensa, reflete e têm como projeto de sociedade e projeto político-partidário em si.

Certamente tivemos, nesse período de dois anos de governo, muitos avanços, sim! Em todas as áreas tivemos avanços. Mas eu seria hipócrita se dissesse que nenhum de nossos Parlamentares nunca assomou à tribuna até hoje para tampar o sol com a peneira.

Existem dificuldades, sim, normais a qualquer Governo, especialmente para um Governo que teve de enfrentar toda uma estrutura. E pela primeira vez um Partido como o PT teve de enfrentar uma estrutura que não foi criada por ele, pois ela já estava posta na sociedade. Mas quando ele chegou sabia dos riscos, sabia daquilo que teria de seguir, do sistema jurídico, do sistema legal que ele teria que sair.

Então, liderar a Bancada deste Partido é a minha responsabilidade, e vou procurar envidar todos os esforços para bem representá-la. Bancada esta, Deputado Afrânio Boppré, que durante o período de convocação extraordinária teve também o reconhecimento da sociedade, em função da forma ética, da forma madura e da forma combativa que atuou neste Plenário, seja nas sessões, seja nas audiências públicas, seja nas reuniões que realizamos com vários setores da sociedade.

Enfim, a Bancada do PT atuou de forma integrada, de forma distinta, denunciando aqui tudo que era de seu conhecimento e propondo também tudo aquilo que entendia necessário.

Lamentavelmente, ao final dos trabalhos - e tivemos a oportunidade de denunciar isso desta tribuna -, nós votamos algo que não era do conhecimento da maioria dos Srs. Parlamentares, e não certamente por inércia de cada Deputado ou Deputada, mas, infelizmente, pela forma que nós tivemos acesso às informações, especialmente relativas ao último projeto que aqui tramitou. Mas a Bancada do PT, de qualquer forma, vem sendo reconhecida pela população em função da maneira como atuou.

Há pouco o Deputado João Henrique Blasi utilizou a tribuna e mencionou que cada um faz a interpretação que quiser a respeito dos fatos que são colocados à sua frente. Isso é lógico. E vendo aqui o expediente desta sessão ordinária, do dia de hoje, deparei-me com algumas questões que irei interpretar como quiser, e uma delas é a sanção ao projeto de lei que institui a meia-entrada para as pessoas portadoras de deficiências nos estabelecimentos culturais, esportivos, de lazer e entretenimento.

Ao mesmo tempo, quero lembrar que houve um veto ao projeto que não amplia direito, como está sendo ampliado por essa lei. Houve um veto governamental ao projeto que simplesmente determina que os estabelecimentos divulguem o cumprimento dessa lei. E cada um interpreta como quer. Eu interpreto que pelo fato de o projeto anterior ter sido de minha autoria, ou seja, da Bancada do PT, ele recebeu veto do Sr. Governador. E esse projeto, por ser um projeto da base governista, teve sanção.

Então, esta é a forma como estou interpretando a condução do trabalho vindo da Casa Civil e do Governo do Estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o Sr. Deputado Joares Ponticelli, Líder da Bancada do PP, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, agradeço pelo tempo de 11 minutos que nos é concedido, certamente em uma homenagem ao nosso Partido e ao Presidente Severino Cavalcanti, de quem vamos falar também, Deputado Dionei Walter da Silva.

Nobres Colegas, quero, no primeiro horário do nosso Partido, na 1ª sessão ordinária, da 3ª sessão legislativa, da 15ª Legislatura, cumprimentar o Deputado Paulo Eccel, por sua ascensão à Liderança da Bancada do Partido dos Trabalhadores. Quero, também, em nome da nossa Bancada, em nome do nosso Partido, cumprimentar a Direção Estadual, a Bancada, as lideranças do Partido dos Trabalhadores, pela comemoração nesse mês de fevereiro, no último dia 10, dos 25 anos de fundação do Partido.

É evidente que, assim como os outros, é um Partido que também comete seus erros, Deputada Ana Paula Lima, e a eleição da Presidência da Câmara no último dia 14 de fevereiro, na madrugada do dia 15, acho que foi uma demonstração dos erros que também o PT comete. Mas com toda certeza aquele erro de encaminhamento permitirá que no futuro o Partido também possa tirar lições, tirar aprendizado e, certamente, deverá adotar outros encaminhamentos. O PT já tem uma história. Muito jovem, ainda, Deputado Celestino Secco, mas tem uma história que merece o nosso respeito.

Por isso, recebam em nome da nossa Bancada, em nome do nosso Partido, os cumprimentos pelos 25 anos desse jovem Partido, que, com toda certeza, já tem uma história de serviços prestados a esta Nação.

Quero, em nome da nossa Bancada, em nome do nosso Partido, também enaltecer o grande trabalho de articulação empreendido pelo Deputado Severino Cavalcanti e pela nossa Bancada no Congresso Nacional, com especial destaque para a atuação do Deputado Leodegar Tiscoski, que inclusive passou o final de semana em Brasília, juntamente com os demais integrantes da nossa Bancada, na articulação positiva que foi coroada com a eleição do Deputado Severino Cavalcanti para a Presidência da Casa Legislativa Nacional, ou seja, a Câmara dos Deputados.

Deputado Celestino Secco, Deputado Antônio Carlos Vieira, o nosso Partido tem sido insistentemente insultado como um Partido pequeno, um Partido em extinção e com outros adjetivos extremamente diminutivos e pejorativos, utilizados pelo Governador do Estado, Luiz Henrique da Silveira. Sua Excelência, com relação ao nosso Partido, não tem perdido uma oportunidade sequer de tentar diminuir, de tentar agredir, demonstrando pouco culto à democracia, pouco respeito às instituições partidárias. Mas certamente também o Governador Luiz Henrique da Silveira deve ter tirado lições dessa eleição da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados.

Tenho ouvido o Governador repetir com muita frequência que ele exerce influência muito forte junto à Bancada Federal do seu Partido, junto às lideranças nacionais do PMDB.

Quero, nessa oportunidade, também agradecer a Sua Excelência, o Sr. Governador do Estado, porque a participação dele deve ter sido decisiva em favor da eleição do Deputado Severino Cavalcanti, se é que de fato ele exerce tanta liderança sobre as lideranças nacionais do PMDB, sobre os Deputados Federais do PMDB. Com toda certeza deve ter empreendido esse esforço em favor da eleição do Deputado Severino Cavalcanti, eis que a maioria esmagadora dos Deputados do PMDB votou a favor do Deputado Severino Cavalcanti para a Presidência da Câmara dos Deputados.

Por isso, quero agradecer àquele que insistentemente nos insulta por ter nos ajudado a conquistar o terceiro cargo na hierarquia de poder da República deste País. Afinal de contas, a Presidência da Câmara dos Deputados representa o terceiro maior cargo de expressão nacional.

Nobres Pares, para quem pertence a um Partido tão insultado por Sua Excelência, o Governador do Estado, conquistar esse espaço certamente é um motivo de comemoração, de celebração, e a nossa Bancada e o nosso Partido estão extremamente satisfeitos com esse resultado.

Quero também, Sra. Deputada, Srs. Deputados, reportar-me ainda, neste primeiro horário do período ordinário, àquilo que aconteceu por ocasião do encerramento da convocação extraordinária, na última sexta-feira.

É comum ouvir de Sua Excelência, o Governador do Estado, que ele tem muito respeito pela Casa Legislativa, que é um parlamentarista convicto, que respeita o Parlamento, até por ser a sua origem, mas parece-me que desde que assumiu o comando do Executivo de Santa Catarina esqueceu todo esse aprendizado e abandonou toda essa sua prática legislativa, uma vez que esta Casa, nesses dois anos e tanto de mandato do atual Governo, tem sido por várias vezes desrespeitada, tratorada e impedida de exercer efetivamente o seu papel. Se não fosse assim, nós teríamos tido um outro comportamento, por parte do Executivo,

com relação a algumas matérias da convocação extraordinária, em especial àquela que trata da reforma administrativa, eis que teria nos sido concedido o tempo necessário para que a sociedade catarinense, através dos seus representantes, pudesse no mínimo conhecer a matéria, no mínimo saber o que estava sendo votado.

Em um programa de televisão, do qual participei ao vivo, na última segunda-feira, e também participaram os Deputados Afrânio Boppré e Jorginho Mello, eu disse naquela oportunidade e repito nesta tribuna, sem nenhum constrangimento, que duvidava, e continuo duvidando, que além do Relator da matéria qualquer outro Deputado tivesse, efetivamente, conhecimento sobre aquilo que foi deliberado, na sexta-feira, no final da tarde, em especial no que se refere à matéria da reforma administrativa.

Acho humanamente impossível que qualquer um dos integrantes desta Casa, em menos de dez minutos, tivesse tido a oportunidade de ler, de entender, de interpretar e de poder se posicionar responsabilmente sobre um relatório de quase 300 páginas. Nem uma leitura dinâmica, Deputado Celestino Secco, seria possível ser realizada nesse período.

Por isso, quero, nesta primeira oportunidade do período ordinário, lamentar mais uma vez a forma truculenta, a forma desrespeitosa com que o Executivo tratou este Parlamento na última sexta-feira, não permitindo que uma matéria tão complexa pudesse ser discutida dentro do período ordinário dos nossos trabalhos.

O Sr. Deputado Celestino Secco - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Ouço o meu companheiro de Bancada, Deputado Celestino Secco.

O Sr. Deputado Celestino Secco - Muito obrigado, Deputado Joares Ponticelli, isso é tão verdade que ao longo dos últimos dias tenho recebido ligações, tenho recebido questionamentos pessoais de diversos Srs. Deputados, perguntando-me se essa ou aquela emenda integraram a lei aprovada ou se foi retirada, ou seja, é a manifestação clara e expressa de que os Deputados, quando firmaram o seu juízo, entre aspas, a respeito da benesse da lei, da utilidade da lei e das suas conseqüências, dela não tinham efetivo e real conhecimento - nem da lei nem da benesse nem da utilidade nem das conseqüências.

Isso é ruim não apenas para o Parlamento, é ruim para a administração pública, é ruim para a sociedade de Santa Catarina, que sem sombra de dúvidas vai pagar um preço pela incoerência da imprensa, que gerou imperfeições na construção desse arcabouço jurídico, que vai permanecer para fazer maldade.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Obrigado, Deputado Celestino Secco, incorporamos a sua manifestação ao nosso pronunciamento.

Sr. Presidente, estamos hoje na primeira sessão deste período legislativo que se iniciou no dia de ontem. E em decorrência da aprovação da CPI do Balé Bolshoi, na última sessão legislativa do exercício de 2004, que deverá ser instalada na próxima semana, quero, nesse tempo final que resta ao nosso Partido, solicitar a V.Exa. que abra os prazos para que os Partidos façam as indicações dos nomes, uma vez que a nossa Bancada, reunida no dia de ontem, deliberou pela indicação do Deputado Antônio Carlos Vieira como nosso representante.

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Obrigado, Deputado. Eu estou buscando no comércio uma sapatilha com o meu número, mas está um pouco complicado.

O Sr. Deputado, acho que precisaríamos, dentro do seu pronunciamento, com relação aos projetos que foram aprovados, que a Assembléia, ao elaborar a redação final para encaminhar ao autógrafo do Sr. Governador, encaminhe também aos Srs. Deputados Estaduais uma cópia da redação final que irá sofrer o autógrafo do Sr. Governador do Estado, para que pelo menos nós saibamos pela redação final, e não pela publicação no Diário Oficial, aquilo que foi aprovado nesta Casa.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira, esta Presidência informa que já está tomando as providências e determinando a entrega de cópia dos autógrafos a todos os Srs. Líderes partidários que têm assento nesta Casa.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica ainda que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações nºs 0001/2005, de autoria do Deputado Reno Caramori; 0002/2005, de autoria do Deputado Celestino Secco; 0003/2005, de autoria do Deputado Reno Caramori; 0004/2005, de autoria do Deputado Francisco de Assis, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. Presidente, se permitir o Deputado Celestino Secco, não sei se é possível, mas já que as luzes que iluminam a Serra do Rio do Rastro encontram-se apagadas há mais de 90 dias, que na Indicação nº 0002/2005 pudéssemos incluir também a recuperação da iluminação da Serra do Rio do Rastro.

Eu gostaria de fazer esta sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Sr. Deputado, há necessidade de se elaborar um novo texto para que se possa inserir a sua sugestão. Esta Presidência concorda com a solicitação, com a aquiescência do Sr. Deputado Celestino Secco, desde que haja uma nova redação, para que se possa inserir, além da Serra Dona Francisca, também o trecho da Serra do Rio do Rastro, onde há necessidade de uma iluminação mais adequada.

Sobre a mesa requerimento de autoria do Sr. Deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica à Rádio Luz e Vida, de Orleans, cumprimentando-a pelos 15 anos de sua fundação.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao CDL de Tubarão, cumprimentando-o pela decoração natalina de 2004.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Restaurante Dom Camilo, de Tubarão, cumprimentando-o pela inauguração das novas instalações.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Deputado Reno Caramori, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Prefeito e Presidente da Câmara Municipal de Tangará, felicitando-os pelo aniversário do Município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da Bancada do PP, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos Deputados Federais Severino Cavalcanti e Ciro Nogueira, parabenizando-os pela eleição, respectivamente, à Presidência da Câmara Federal e à Segunda vice-Presidência da Mesa Diretora.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Deputado Onofre Santo Agostini, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Dr. Flávio Martins, de Fraiburgo, enviando votos de pesar pelo falecimento de seu filho.

A Presidência defere de plano.

Requerimentos de autoria do Deputado Narcizo Parisotto, com o mesmo teor, que solicitam o envio de mensagem telegráfica aos Prefeitos e Presidentes das Câmaras Municipais de Joinville, Bom Jardim da Serra, Palmitos, Videira, Xanxerê, São Carlos, Xaxim, Garopaba, Tangará, Piratuba, Vidal Ramos e Capinzal, felicitando-os pelo aniversário dos Municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Deputado Herneus de Nadal, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Prefeito e Presidente da Câmara Municipal de São Miguel d'Oeste, felicitando-os pelo aniversário do Município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Deputado Onofre Santo Agostini, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Deputado Antônio Ceron, enviando votos de pesar pelo falecimento do seu irmão.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Deputado Cesar Souza, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos familiares de Paulino de Bem, de Guaramirim, enviando votos de pesar pelo seu falecimento.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Deputado Cesar Souza, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos familiares de Roberto José dos Santos, de São José, enviando votos de pesar pelo seu falecimento.

A Presidência defere de plano.

Requerimentos de autoria do Deputado Cesar Souza, com o mesmo teor, que solicitam o envio de mensagem telegráfica aos Prefeitos e Presidentes das Câmaras Municipais de Xavantina, Urubici, Presidente Castelo Branco, Taió, Ituporanga, Itapiranga e São Miguel d'Oeste, felicitando-os pelo aniversário dos Municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Deputado Sérgio Godinho, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Superintendente da Caixa Econômica Federal em Santa Catarina, pedindo informações sobre a arrecadação dos valores provenientes das loterias federais em cada Município catarinense nas últimas quatro semanas.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Ministério dos Transportes e ao Coordenador da 16ª UNIT/DNIT, pedindo agilização na tramitação do processo referente ao projeto já existente sobre melhorias na SC-280, trecho entre Corupá e Canoinhas.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Joares Ponticelli, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Sr. Mário Petrelli, Diretor Presidente da Rede SC/SBT, cumprimentando-o pelo sucesso do lançamento da Rede SC/SBT Blumenau, Canal 9.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Deputado do Deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de Tubarão, Léo Rosa de Andrade, cumprimentando-o pelas inúmeras ações empreendidas à frente daquela Pasta.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Diretor da Alcoa Alumínios, unidade de Tubarão, fazendo menção à contribuição social da empresa para a região.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Padre José Eduardo Bittencourt, cumprimentando-o pela nomeação para a Paróquia Imaculada Conceição de Imbituba.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Sr. Dirley Corrêa Nunes, Presidente do Clube de Caça, Tiro e Pesca José Siebert, cumprimentando-o pela posse da nova diretoria executiva da entidade.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Deputado Herneus de Nadal e outros, pedindo a constituição de um Fórum Permanente para debater os reflexos da Medida Provisória nº 232, emitida pelo Governo Federal, sobre os segmentos produtivos da economia catarinense.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção de autoria do Deputado Herneus de Nadal, a ser enviada ao Presidente da República e aos Senadores e Deputados Federais, solicitando providências cabíveis que visem a supressão e exclusão do art. 6º, da Medida Provisória nº 232, que aumenta os impostos de pessoas físicas e jurídicas prestadoras de serviços, além da contribuição social sobre o lucro líquido dos pequenos e microempresários.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do Deputado Herneus de Nadal, a ser enviada ao Presidente da República e aos Ministros da Agricultura e da Fazenda, solicitando providências cabíveis que visem a supressão e exclusão do art. 6º da Medida Provisória nº 232, que aumenta os impostos de pessoas físicas e jurídicas fornecedoras de insumos, além da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido dos pequenos e médios produtores do segmento agrícola.

Em discussão.

O Sr. Deputado Dionei Walter da Silva - Peço, a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Com a palavra o Sr. Deputado Dionei Walter da Silva.

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Sr. Presidente e Srs. Deputados, a questão da Medida Provisória nº 232 vai ser amplamente discutida no Congresso Nacional. Agora, tem discussões e discussões. Nós temos todos os elementos de que o que se tenta, pelo menos em parte, com esta medida provisória é começar a fazer um pouco de justiça tributária. Nós temos a questão, e vou mostrar um exemplo prático, de um profissional liberal que ganha R\$ 10 mil por mês e tem, hoje, a contribuição de setecentos e poucos reais para o Imposto de Renda. E um trabalhador com carteira assinada, que tenha o mesmo salário, vai pagar R\$ 3 mil reais de Imposto de Renda. Com a majoração, aquele profissional passa a pagar próximo de R\$ 900,00 e o trabalhador continua pagando R\$ 3 mil.

Então, ela não é uma medida de discussão simples. O aumento de alíquota vai para quem tem o lucro presumido. Por que não se faz pelo lucro real? Que lucro presumido é esse? Creio que não é simplesmente a supressão ou não. Eu respeito, logicamente, V.Exa., mas quero dizer que votarei contrário a esta moção.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Eu gostaria de parabenizá-lo pela moção e de dizer que V.Exa. está totalmente coberto de razão de encaminhá-la ao Presidente da República, uma vez que chega de impostos! Queremos a revisão dos impostos em nosso País!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Srs. Deputados, só para esclarecimento, queremos dizer que nós estamos tratando unicamente do art. 6º, pedindo a sua exclusão.

Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovada por maioria.

Pedido de informação de autoria do Deputado Afrânio Boppre, a ser enviado ao Governador do Estado, contendo quesitos referentes à implantação da rede de esgoto sanitário do centro de Florianópolis.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do Deputado Afrânio Boppre, a ser enviado ao Governador do Estado, contendo quesitos referentes à implantação da rede de esgoto sanitário da Barra da Lagoa, em Florianópolis.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do Deputado Francisco de Assis, a ser encaminhado ao Governador do Estado, solicitando informações acerca dos valores utilizados em propaganda e publicidade pelo Estado.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do Deputado Francisco de Assis, a ser encaminhado ao Governador do Estado, solicitando informações acerca dos critérios utilizados na escolha dos órgãos para discutirem o preço do fumo.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do Deputado Antônio Carlos Vieira, a ser encaminhado ao Diretor-Presidente da SCGás, solicitando cópia do processo de licitação, Modalidade Dispensa de Licitação nº DL 154/2004, bem como do contrato firmado.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do Deputado Antônio Carlos Vieira, a ser encaminhado ao Governador do Estado, solicitando cópia do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 50/2004 - SCC, bem como do contrato firmado com Domenico Di Masi.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira a ser enviado ao Presidente do Tribunal de Contas, solicitando cópia do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 136/2004, bem como do contrato decorrente desse processo.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do Sr. Deputado Afrânio Boppré a ser enviada ao Governador do Estado, contendo quesitos referentes aos usuários da Casan e da Celesc, em Schroeder.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do Sr. Deputado Wilson Vieira a ser enviado ao Governador do Estado, contendo quesitos referentes ao Prêmio Cinemateca Catarinense - Decreto nº 5.535/2002.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira a ser enviado ao Diretor-Presidente da Imbituba Administradora da Zona de Processamento de Exportação S/A, solicitando cópia do contrato e dos aditivos firmados com a empresa Orbenk - Administração e Serviços Ltda.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira a ser enviado ao Diretor Presidente da Imbituba Administradora da Zona de Processamento de Exportação S/A, solicitando cópia do contrato e dos aditivos firmados com o Sr. Aloísio Cirilo Moreira.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira a ser enviado ao Comandante-Geral da Polícia Militar, solicitando cópia da Concorrência nº 120/2004, bem como do Contrato nº 221/2005, firmado com a empresa Helisul Táxi Aéreo Ltda.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Sras. Deputadas e Srs. Deputados, temos ainda na Ordem do Dia duas matérias, uma que trata sobre a CPI:

"A Presidência, cumprindo o que determina o § 2º do art. 41 do Regimento Interno, informa o número de vagas que cabe a cada Bancada na Comissão Parlamentar de Inquérito, que visa investigar a denúncia dos Ministérios Públicos Estadual e Federal de graves irregularidades administrativas no Instituto Escola de Teatro Bolshoi no Brasil, com sede no Município de Joinville.

Cabe à Bancada do Partido dos Trabalhadores, segundo cálculos efetuados com base no Regimento Interno, duas vagas; à Bancada do PSDB, uma vaga; à Bancada do PP, uma vaga, à Bancada do PFL uma vaga, à Bancada do PMDB uma vaga, às Bancadas do PTB e PL, uma vaga.

Declaro aberto, portanto, o prazo de duas sessões para que os Srs. Líderes indiquem o nome dos Parlamentares que representarão as respectivas agremiações nas Comissões.

Sala das Comissões, em 16 de fevereiro de 2005."

Foi feito o comunicado ao Plenário, às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados: (Passa a ler)

"A Presidência, cumprindo o que determina o art. 30 e §§ do Regimento Interno, informa o número de vagas que cabe a cada Bancada nas Comissões e declara aberto o prazo de cinco sessões para que os Srs. Líderes indiquem os nomes dos Parlamentares que representarão as respectivas agremiações na sessão legislativa que se inicia.

Sala das Sessões, em 16 de fevereiro de 2005."

A assessoria, Srs. Deputados, tomará providência para que chegue às mãos de cada um dos Srs. Líderes das respectivas Bancadas o número de integrantes de cada Partido que ocupará espaço nas Comissões Técnicas, como também para que se possa fazer a conferência do método regimental aplicado na obtenção do número de integrantes por cada grei partidária.

Comissão de Constituição e Justiça: cabem ao PT duas vagas; ao PSDB uma vaga; ao PP uma vaga; ao PFL uma vaga, ao PMDB uma vaga e ao PTB, juntamente com o PL uma vaga.

Uma observação: três Partidos estão empatados em todos os critérios, é o que se verifica quando o PFL é integrado por sete Srs. Deputados, quando o PP é também integrado por sete Srs. Deputados e quando o PMDB também é integrado por sete Srs. Deputados.

Portanto, com certeza, com a convocação de uma reunião de Líderes, teremos condições de encontrar um caminho que nos permita equacionar essa situação, tendo como base a legislação, o regimento vigente. Portanto, há duas vagas nessa Comissão a serem divididas entre três siglas Partidárias, já citadas, que encontraram empate técnico em todas as situações.

Passo, agora, à Comissão de Finanças e Tributação. É também uma Comissão composta, Srs. Deputados, de nove vagas. Cabem ao PT duas vagas; ao PSDB uma vaga; ao PP uma vaga; ao PFL uma vaga; ao PMDB uma vaga; ao PTB e ao PL, em conjunto, uma vaga. Duas vagas também encontram-se na mesma situação da Comissão anterior, que é a Comissão de Constituição e Justiça.

Passamos, agora, à Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, com um total de nove vagas. Cabem ao PT duas vagas; ao PSDB uma vaga; ao PP uma vaga; ao PFL uma vaga; ao PMDB uma vaga; ao PTB e ao PL uma vaga.

De acordo com o que já foi informado anteriormente, duas vagas encontram-se em empate técnico com três Partidos que têm assento nesta Casa, cada um com sete integrantes - PFL, PMDB e PP.

Demais Comissões, Segurança Pública, cabem ao Partido dos Trabalhadores todas elas.

A assessoria que nos auxilia nos dá a seguinte informação: que além da Segurança Pública, também as Comissões de Saúde, Educação, Cultura e Desporto, Economia, Ciência e Tecnologia, Minas e Energia, Turismo e Meio Ambiente, Transporte e Desenvolvimento Urbano, Direitos e Garantias Fundamentais de Amparo à Família e à Mulher, Legislação Participativa, Agricultura e Política Rural, Trabalho, de Administração e Serviço Público, Relacionamento Institucional e Comunicação, Relações Internacionais e do Mercosul, também estão divididas, as vagas, da seguinte forma: cabem ao Partido dos Trabalhadores duas vagas, ao PSDB uma vaga, ao PP uma vaga, ao PFL uma vaga, ao PMDB uma vaga e, conjuntamente, ao PTB e ao PL uma vaga.

Com relação à composição das Bancadas em 1º de fevereiro de 2005, encontramos a seguinte situação: Partido dos Trabalhadores, nove membros; PFL, sete membros; PMDB, sete membros; PSDB, seis membros; PP, sete membros; PTB, dois membros; PL um membro; sem Partido, Deputado Nilson Machado.

Cálculo da proporcionalidade efetuado de acordo com o § 1º do art. 30 do nosso Regimento Interno.

O Sr. Deputado Paulo Eccel - Pela ordem, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Paulo Eccel.

O SR. DEPUTADO PAULO ECCEL - Sr. Presidente, só para informar que a nossa Bancada, nos termos do art. 24, inciso VI, do Regimento Interno, já fez chegar à Mesa a nominata dos Deputados que integrarão as Comissões.

Quero informar também a V.Exa. que os dois Deputados que integrarão, em nome da Bancada, a CPI do Bolshoi, serão os Deputados Dionei Walter da Silva e este Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Feita a comunicação, esta Presidência acolhe-a.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. Presidente, da mesma forma quero comunicar que esta Liderança já remeteu expediente à Presidência desta Casa informando que o nosso representante na CPI do Balé Bolshoi será o Deputado Antônio Carlos Vieira e já encaminhamos expediente remetendo a relação dos nomes dos nossos Deputados que integrarão as Comissões Permanentes. Sendo que para as Comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Tributação e Ética e Decoro Parlamentar, esta Liderança encaminhou, em nome da Bancada do Partido Progressista, dois membros para cada Comissão. Evidente que estamos diante de um impasse regimental e teremos que, numa reunião de Líderes, discutir esse encaminhamento. Mas quero me antecipar e fazer uma proposta também. Em nome da nossa Bancada, abro mão da segunda vaga na Comissão de Ética para que a nossa Bancada possa ter dois representantes na Comissão de Justiça e de Finanças.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Com certeza, Sr. Deputado, Líder da Bancada do PP, na reunião de Líderes teremos todas as condições para discutir esse tema que me parece tornou-se palpante.

A Sra. Deputada Odete de Jesus - Pela ordem, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Com a palavra, pela ordem, a Sra. Deputada Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - V.Exa. comentou que a reunião de Líderes será feita hoje?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Sra. Deputada, deveremos, formalmente, fazer a convocação e aguardamos a decisão do Sr. Presidente desta Casa, Deputado Julio Garcia, que deverá coordenar esse evento entre os Srs. Líderes Partidários.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. Presidente, a imprensa tem divulgado em diversos jornais - A Notícia, Diário Catarinense - sobre os Presidentes das Comissões. V.Exa. sabe algo a respeito? Houve alguém desta Casa que informou à imprensa sobre os Presidentes das Comissões?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Sra. Deputada, cabe a esta Presidência tomar todas as providências para que, formalmente, os Partidos indiquem os seus integrantes, mas as negociações com relação aos espaços na Presidência e vice-Presidência das Comissões é um entendimento que deverá ser celebrado ou que foi celebrado entre os Partidos Políticos.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Mas V.Exa. ainda não deixou esta Deputada bem esclarecida. É correto o que a imprensa divulgou ou não?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Esta Presidência não pode lhe afirmar, Sra. Deputada, porque não pertence mais a condição de Líder. Portanto, é um assunto que os Líderes Partidários vão ter que tratar.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Segundo o que a imprensa divulga, existem 14 Comissões e todas já estão com suas devidas Presidências, e o Partido Liberal não participou de nenhuma negociação! Creio que deveriam respeitar os Partidos menores, fazendo com que ocupem uma Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Esta Presidência está de pleno acordo com V.Exa. Acredito que os Líderes terão sensibilidade para contemplar também V.Exa. num espaço reservado ao PL.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Muito Obrigada!

O Sr. Deputado Dionei Walter da Silva - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Dionei Walter da Silva.

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Em tom de descontração, eu acho que essas Presidências podem estar à mercê de um Severino Cavalcanti, na eleição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Observação feita por quem tem acompanhado de perto a evolução dos fatos e dos acontecimentos.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. Presidente, em defesa do que a Deputada Odete de Jesus falou, a Deputada levantou essa questão na última reunião de Líderes, e o encaminhamento do Deputado Julio Garcia foi para que fizéssemos outra reunião e chegássemos a um entendimento.

Por essa razão estou aqui defendendo a Deputada, em nome do PL, evidentemente, pelo direito de ter a Presidência de uma Comissão. O compromisso feito com os demais Líderes foi o de encontrar uma saída para a questão.

Gostaria de fazer uma proposta para o Deputado Joares Ponticelli. Nós ficamos com as duas vagas das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e entregamos as demais. S.Exa. fez uma proposta e eu estou fazendo uma muito mais poderosa. S.Exa. apenas quis trocar um Deputado a mais por uma outra Comissão, eu estou dando a de todas as Comissões para que fiquem à vontade para negociar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Feita a manifestação do Sr. Líder do PMDB, Deputado Manoel Mota, que com certeza será ratificada no encontro de Líderes. E aproveito o ensejo, Sras. Deputadas e Srs. Deputados para comunicar que a reunião se realizará às 18h do dia de hoje, segundo informação do Sr. Presidente desta Casa, Deputado Julio Garcia.

O Sr. Deputado Jorginho Melo - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Jorginho Melo.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MELLO - Sr. Presidente e Srs. Deputados, até para sair um pouco da questão das Comissões, porque esses acordos já foram feitos, não há mais riscos de o Severino Cavalcanti encarnar por aqui, quero registrar as presenças dos meus companheiros Vereadores de Herval D'Oeste nesta Casa - Vereador Euclides Filipini, do PSDB, Vereadora Janete Couto, professora e educadora, Vereador Adelar José Provençi, já no segundo mandato, e Vereador Odacir Cavalli. Estão visitando Florianópolis atrás de trabalho, de recursos, de ajuda ao nosso querido Município. Inclusive, juntamente com o Vereador Olacir Cavalli, agricultor, com quem tivemos uma audiência com o Secretário Moacir Sopelsa sobre a dificuldade da agricultura, sobre a seca que assola o Oeste de Santa Catarina.

Então, a visita dos senhores é muito honrosa no nosso meio e pela preocupação que têm em trabalhar e desempenhar seus mandatos como representante do povo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Feito o registro do Sr. Deputado, nós desejamos a todos os senhores visitantes que se sintam em suas próprias casas, pois esta é a Casa de todos, é a Casa do Povo de Santa Catarina.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Pela ordem Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Com a palavra pela ordem, o Sr. Deputado João Henrique Blasi.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sr. Presidente, quanto ao assunto anterior, apenas também para ratificar as palavras do Deputado Manoel Mota, na última reunião de Líderes, de fato, a Deputada Odete de Jesus fez uma ponderação quanto à participação do PL na Presidência de uma das Comissões da Casa, e este assunto ficou reportado para essa reunião que o Presidente Julio Garcia, em boa hora, está convocando para hoje, às 18h. Apenas para deixar assentado que esta matéria começou a ser tratada na reunião anterior dos Líderes desta Casa.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Feito o registro do Sr. Deputado, passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, Deputado Joares Ponticelli, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, é claro que não me foi possível ainda fazer a leitura detalhada de toda a mensagem e de todo o resumo das atividades executadas pelo Governo durante o exercício de 2004, uma vez que apenas ontem essa mensagem nos foi entregue, e quando da presença de Sua Excelência, o Governador do Estado, cumprindo dispositivo constitucional, aqui se fez presente para fazer a leitura da mensagem anual.

É evidente também que o resumo das atividades na base Parlamentar na nossa região de atuação é o que primeiro desperta atenção nesse relatório, e eu assim que o recebi, tratei de folhear, à página 120, onde consta o resumo das atividades da Secretaria de Desenvolvimento Regional, com sede no Município de Tubarão.

Pude constatar, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, nesse balanço dos trabalhos aqui apresentados, que o discurso que fizemos durante todo o ano é confirmado agora pelo Governo na sua mensagem anual. Tenho dito e reiterado, e esta é a posição da nossa Bancada, que essas Secretarias não têm função outra a não ser de garantir bons cargos, bons salários para destacados, renomados e privilegiados peemedebistas por este Estado afora. Esse relatório traduz a realidade.

Para V.Exa. ter uma idéia, Deputado Antônio Carlos Vieira, no conjunto de fotografias de obras apresentadas da minha região, as três principais fotografias já demonstram a inutilidade absoluta da tal Secretaria Regional. Mostram, em uma das fotografias, como realização da tal Secretaria Regional, o asfaltamento da avenida Felipe Schmidt, no Município de Braço do Norte. É verdade que a Avenida Felipe Schmidt foi asfaltada, só que foi asfaltada com o empréstimo do Badesc, que o meu Prefeito, do nosso Partido, Luiz Küerten, o nosso companheiro Tilico, vai ter que pagar durante os quatro anos de sua gestão! Uma obra financiada, Deputado Afrânio Boppé, que o PMDB não pagou - quem vai pagar é a atual administração, que é do meu Partido - está sendo apresentada neste relatório como obra da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Tubarão. É um empréstimo que o Prefeito Luiz Küerten, do Partido Progressista de Braço do Norte, ganhou de herança todo o financiamento para pagar, e o Governo a apresenta como obra da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Tubarão.

A segunda obra que apresenta, "o artesanato regional é encontrado no Portal do Lazer de Tubarão", e aí a fotografia do Portal Turístico de Tubarão. A impressão que fica para quem não conhece a região e olha essa fotografia, é que o atual Governo construiu o Portal Turístico. Quem o construiu, Deputado Reno Caramori, foi o saudoso Prefeito Estener Sorato, que nos deixou, que partiu prematuramente, no último mês de janeiro. O Prefeito Sorato construiu essa obra no início dos anos 90. O que o atual Governo fez foi colocar essa placa com a bandeira tremulante! Somente, isso! Nada além disso! Uma placa que custa R\$200,00 ou R\$300,00. E a foto está aqui. Quem lê, quem vê, quem não sabe pensa que foram eles que fizeram.

E a terceira foto, "A locomotiva Santa Fé foi recuperada e integrada ao acervo do museu ferroviário de Tubarão". É verdade. A nossa Ferrovia está comemorando 120 Anos. O Governo participou com R\$40.000,00 na recuperação dessa ferrovia - R\$1.000,00 de cada Deputado. Essa é a grande obra que o Governo fez para a minha região - R\$1.000,00 para cada Deputado. É um grande investimento para um Governo!

Então, são as três fotos. O custo de R\$40.000,00 é o valor de um dos menores cargos da Regional por ano; é o que custa o menor cargo de cada Regional. O menor cargo recebe R\$2.000,00 por mês. Seus encargos mais as diárias, passa de R\$40.000,00, para manter um cargo desse. E ele apresenta como uma obra a placa na obra do finado Prefeito Estener Sorato e o empréstimo para a pavimentação da Avenida Felipe Schmidt, em Braço do Norte, que o Prefeito vai ter que pagar.

Mas aí eu fui ler o relatório. Transportes e Obras. Qual é o resumo das obras? Pavimentação da Avenida Felipe Schmidt, que o Prefeito vai ter que pagar, e mais R\$752.000,00 para atender a uma região com 15 Municípios.

Na área de turismo, o que o Governo fez? Patrocinou a 1ª Corrida Rústica de Aventura da Serra do Corvo Branco. Deve ter sido R\$5.000,00 de investimento. Saneamento básico, olhem o que está de investimento no saneamento básico, "as ações atenderam 1.800 usuários, num investimento total de R\$10.200,00. Isto é, muito menos do que um Deputado recebeu para estar aqui convocado extraordinariamente no mês de janeiro! Esses foram os investimentos de saneamento básico e meio ambiente em toda uma região, que o Governo fez durante o ano inteiro.

Cultura: o que é que o Governo fez? O que consta do relatório? Fez a Orquestra Sinfônica se apresentar na região e realizou um encontro de corais em Rio Fortuna. Isso é o investimento de cultura na minha região - consta do relatório do Governo.

Educação: investimentos de R\$838.000,00 na construção de escolas e R\$1.005.000,00 no transporte escolar - obrigação do Governo! É repasse Federal! E R\$830.000,00 na recuperação de escolas em toda uma região.

Desenvolvimento Tecnológico (agora vem dinheiro grosso para a região): R\$209.000,00 em projetos numa região de 15 Municípios.

Esportes - Aí tem coisa boa! Realização do primeiro festival de futebol de campo feminino, com participação de equipes dos Municípios de Capivari de Baixo, Rio Fortuna e Grão Pará. Que grande investimento!

Eu somei tudo isso, Deputado Antônio Carlos Vieira, Deputado Dionei Walter da Silva, e dá menos de R\$3 milhões para uma região.

Papel bonito, capa dura, material bem apresentado, fotografias belíssimas! Só propaganda enganosa, como tem ocorrido, todos os dias, na televisão e nos jornais. Até guardei uma reportagem que passou durante três dias em todos os jornais de Santa Catarina: SC-431, um novo caminho para o crescimento de São Martinho e Gravatá. Sabem o que eles fizeram? Pintaram a faixa. Nós entregamos a obra faltando somente a faixa para ser pintada. BID-IV - três dias seguidos de propaganda nos jornais.

Deputado Antônio Carlos Vieira, o seu slogan de campanha estava certo. É muito papo, é muita propaganda, é muita mentira e nada de obra. É uma enganação oficial permanente. E agora até o Chefe Maior do Executivo se constituiu, ao apresentar essa mensagem, num garoto-propaganda enganosa, num garoto-propaganda falaciosa, num Governo que não existe, a não ser para contemplar, com bons salários, os seus espalhados por toda Santa Catarina. Lamentavelmente!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hemeus de Nadal) - Concedemos a palavra ao Sr. Deputado Pedro Baldissera, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero aproveitar este momento para trazer a esta Casa a grande preocupação das regiões Meio-Oeste, Oeste e Extremo Oeste do nosso Estado, que mais uma vez passam por um dos piores momentos no que diz respeito à questão da nossa agricultura e que afeta também o setor urbano, que é a estiagem mencionada há pouco pelo Deputado Jorginho Mello.

Fiz questão de trazer o tema a esta Casa porque foram inúmeros Municípios daquela região que, além de decretarem estado de emergência, já estão renovando o próprio decreto devido à grave situação que assola toda aquela região ou grande parte da região do nosso Estado, afetando as diferentes culturas que lá se cultivam na agricultura familiar, de maneira especial.

Alguns desses nossos agricultores já perderam na safra de milho, nas culturas do cedro, devido à própria estiagem que lá tem acontecido. E agora nessa safra tardia volta novamente a ficar comprometido o próprio plantio de milho, de soja, de fumo, de feijão e, além disso, a pastagem do gado leiteiro.

Portanto, Deputado Reno Caramori, é uma situação angustiante, e além desse desespero que toma conta da vida do pai de família, da mãe de família, dos nossos jovens que lá querem permanecer e continuar naquela atividade, nós teremos, com certeza, um acelerado número de pessoas que irão deixar a sua atividade no campo.

Então, esta situação preocupa os Prefeitos de toda aquela região, preocupam as famílias, as autoridades e nos preocupa também, mas com certeza iremos levar esta grande preocupação também ao Executivo Estadual, ao Executivo Federal, para que possamos tomar providências, para que possamos pelo menos amenizar um pouco a situação daqueles agricultores.

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Pois não!

O Sr. Deputado Reno Caramori - Deputado Pedro Baldissera, V.Exa. que conhece, tanto nós aquela região, mais profundamente a região Oeste, e que tem convivido com eles, tem presenciado aquela desgraça.

Nós tivemos, na segunda-feira, a inauguração e a abertura de um *show room* da Fecoagro, na Rua Tiradentes, onde estavam todos os Presidentes das cooperativas que estão associadas à Fecoagro, com suas representações. E todo o setor cooperativista, principalmente naquela região onde os pequenos agricultores são cooperativados, está entrando em processo de desespero, porque o leite, por exemplo, que estava sendo o carro-chefe do pequeno produtor, já está entrando em colapso porque não tem mais pastagem, silagem para as vacas produzirem as quantidades costumeiras ou de capacidade de produção.

A situação do abastecimento de água para os aviários, para os chiqueiros, para as pocilgas está sendo ameaçada. Nem se fala do milho. E agora, na região do Vale do Rio do Peixe, está começando a desgraça da parreira. Se não chover em tempo hábil, a uva vai começar a perder qualidade e também a não produzir a quantidade necessária porque ela irá sofrer o problema de maturação e uma série de problemas. Se bem que temos lá alguns parreirais modernos que já estão sendo irrigados desde o seu início de produção, mas a grande maioria ainda está no sistema convencional. Mas nós vamos sofrer um grande prejuízo, não só o produtor, como também o Estado de Santa Catarina. Então, nós temos que encontrar uma solução.

Nós, que deveremos assumir a Comissão de Agricultura, já estamos preocupados e com a nossa assessoria trabalhando em cima, porque não é fácil fazer chover, não é, Deputado Pedro Baldissera. Mas temos que encontrar uma solução para minimizar a situação daquela nossa gente.

São financiamentos de curto, médio e longo prazo. Nós temos o problema da perda de produção. Por exemplo, as regiões de Caçador, Lebon Régis, que são regiões de grande produção de tomate, também já começam a sofrer as consequências da seca, se bem que o tomate é irrigado por baixo da terra. Então, enquanto tem água nos açudes ou nos poços, que não é tomada água do rio, é tomada água dos açudes, de represas, de reservatório, eles vão levando. Mas a nossa situação não é boa. Não é tão ruim quanto a do Rio Grande do Sul, pois lá há regiões que estão em situações piores, mas a nossa também não é boa.

Por isso eu o cumprimento, Deputado Pedro Baldissera, pela sua preocupação, porque realmente temos que encontrar uma solução imediata, principalmente para o pequeno produtor que vive minguadamente daquilo que produz em sua propriedade.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Obrigado, Deputado Reno Caramori.

Se nós tivéssemos a prerrogativa do controle do tempo, de fazer chover na hora que é preciso, com certeza resolveríamos esse grave problema.

Por outro lado, existem iniciativas que nós poderíamos tomar no sentido de, quem sabe, daqui a 20, 30 anos, resolvermos este grave problema.

Eu coloco isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, porque encaminhei, nesta Casa, um projeto de lei que institui o programa das matas ciliares, no sentido de dar pelo menos uma direção para que a médio e a longo prazos nós possamos amenizar a situação que assola e degrada o meio ambiente.

Nós temos que ter medidas drásticas nesse sentido, para que o meio ambiente possa ser recuperado com o tempo e, conseqüentemente, tenhamos, quem sabe, amenizada também a questão da estiagem e de certas intempéries que acontecem ao longo da história, porque, na verdade, destruiu-se tudo isso.

Nós não temos mais nenhuma política pública para que se possa fazer a preservação de fontes, de rios, exatamente no sentido de trazer o equilíbrio do meio ambiente, para evitar essas situações com que se confrontam os nossos agricultores, hoje, no Estado de Santa Catarina.

Então, peço, aqui, faço a minha locução, o meu pedido a cada um dos nossos Deputados, no sentido de que quando chegar a esta Casa o veto do Sr. Governador com relação a esse projeto de lei nós possamos dizer um não! Pelo menos à luz desse projeto de lei que institui o programa das matas ciliares, nós possamos, através do Estado, estabelecer parcerias com os Municípios, com as famílias, para podermos aos poucos implementar políticas públicas relativas ao meio ambiente. Não vamos resolver tudo, mas vamos amenizar a situação e, em longo prazo, vamos resolver esse desequilíbrio que temos com relação ao meio ambiente.

É preciso que nós tenhamos, enquanto Executivo, Legislativo, propostas para, pelo menos, a médio ou em longo prazo, resolvermos ou amenizarmos essa situação.

Era este o meu pronunciamento, nesta tarde, diante da grande preocupação dos Prefeitos dessas regiões. Inclusive recebi, hoje, em meu gabinete, o Presidente da Associação da Ameosc, do Extremo Oeste do Estado, Airtton Fontana, quando trazia exatamente a preocupação da grave situação da estiagem em que passam aqueles Municípios e que não é diferente no Meio-Oeste e em todo o Oeste do Estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Reno Caramori - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. Presidente, só gostaria de reafirmar que, em solidariedade à seca, estamos sem ar condicionado, sentindo na pele o que é um calor incontrolável.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Registrada a manifestação do Sr. Deputado, esperamos que logo possamos contar com esse serviço restabelecido. Concedo a palavra ao Deputado Dionei Walter da Silva, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Boa-tarde a todos, Sr. Presidente, Srs. Deputados e telespectadores.

Quero fazer o meu pronunciamento originário de duas manifestações de Deputados do PSDB. Infelizmente, nenhum deles está presente no Plenário, neste momento. Uma delas foi feita em tom de ironia, outra de forma mais raivosa, com relação à questão da Medida Provisória nº 0232, que tramita no Congresso Nacional.

Todas as discussões que nós ouvimos, que nós participamos sobre a carga tributária, neste País, não temos dúvidas de que é alta, de que é exagerada, de que precisa de reformulações, de medidas para que diminua. Mas nós também sabemos que o que faz a receita e o que garante as despesas de um Governo é a arrecadação que se faz, principal, fundamental ou quase que totalmente através da carga tributária.

Então, herda-se um passivo e uma arrecadação em que se vai ter que ir promovendo ajustes para que, em curto ou em médio prazo, essa situação comece a se resolver. Agora, ouvir de integrantes do PSDB, o Partido que por oito anos conseguiu passar a carga tributária brasileira de próximo a 26% para quase 36%, críticas à carga tributária é uma ofensa à memória do nosso povo!

Eles não têm moral alguma para vir aqui falar em carga tributária. Lembrem do que eles fizeram, do que eles apoiaram e aí façam o seu mea-culpa do que fizeram no passado. Eles não podem vir aqui criticar ou discutir carga tributária, pois eles foram os autores, os mentores e os executores dessa nefasta contribuição para a nossa sociedade brasileira.

Dentre as ações do nosso Governo e mesmo esta Medida nº 232, nós precisamos separar o que esta medida tenta fazer e as ações anteriores que foram em número de 21 medidas, Deputado Antônio Carlos Vieira, de desoneração da carga tributária em nosso País, exemplo que já citei no aparte que fiz ao Deputado.

Um profissional liberal, com uma arrecadação de R\$10 mil mensais, vai ter uma contribuição próxima a R\$700,00 de Imposto de Renda. Se for um trabalhador com carteira assinada, vai pagar próximo a R\$3 mil. Isso há muito tempo é assim. Com esse ajuste, esse profissional liberal passaria a pagar próximo a R\$900,00 e o trabalhador continuaria pagando próximo a R\$3 mil.

Então, ainda não se está fazendo justiça. Há o ataque ou o aumento que se diz ter.

Sobre o lucro atinge tão-somente aqueles que fazem a sua declaração pelo lucro presumido. E precisamos discutir todos os efeitos, a maneira de se fazer, muitas vezes, as declarações e descobrir o jeitinho que muitas pessoas têm para sonegar.

Então, precisamos, sim, ter regras mais claras, e precisamos fazer com que essas medidas sejam discutidas. Entendo que a medida proposta pelo Deputado Francisco Küster, de discutirmos no âmbito da Comissão de Finanças, é importante, mas temos que discutir a medida inteira e não apenas discutir "a" ou "b" e fazer com que um simples remendo fosse consertar a nossa carga tributária.

Dentre as medidas de desoneração e de estímulo à produção, ao desenvolvimento do nosso País, nós já tivemos a desoneração de bens de capital, reduzindo a alíquota de IPI de 5% para próximo ou para 2% apenas sobre bens de capital e o alongamento de prazos do PIS e Cofins, que antes eram de dez anos e hoje em apenas 24 meses já se pode resgatar os créditos.

Citamos também a depreciação acelerada de bens de capital para deduzir da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, à razão de 25% e uma série de outras ações nesse sentido; estímulo à formação de poupança de longo prazo, com redução de alíquotas, conforme o prazo de aplicação, tanto para poupanças como para formação de fundos de pensão; instituição da conta-investimento sem CPMF; modificação do tratamento tributário para aplicações financeiras, inclusive com a redução de 20 para 15% em aplicações em bolsa, para incentivar aplicações financeiras de médio e longo prazo.

Quanto ao estímulo à agricultura, nós tivemos alíquota zero do PIS/Cofins, para hortifrutigranjeiros, ovos, arroz, feijão, farinha de mandioca, farinha de milho e leite; também para adubos e fertilizantes, defensivos, sementes, vacinas de uso veterinário, além de concessão de crédito presumido de PIS/Cofins para a agroindústria, inclusive para cooperativas de produção de vinho.

Foi concedida isenção de Contribuição Social sobre Lucro Líquido para cooperativas, várias medidas para estímulo à construção civil, redução de alíquota de Imposto sobre Operações Financeiras para operações de seguro de vida, além de tantas outras medidas que aos poucos estão sendo implementadas.

Sobre as medidas de redução e simplificação, nenhuma manifestação nós vemos dos criadores da nossa carga tributária. Mas quando querem argumentar, eles fazem aquele barulho, como se a população catarinense e brasileira não tivesse memória, não lembrasse do legado que nos deixaram.

Quanto à fala do Deputado Gilmar Knaesel, que ironicamente perguntava ao Sr. Presidente se teria bolo, hoje, na Assembleia Legislativa, nós podemos também entender como uma falta de memória do Deputado, que a população eu entendo que não tem, Deputado Pedro Baldissera.

Eu poderia lembrar aqui, com certeza absoluta, de mais de dez escândalos nacionais no Governo deles, mas não foi aberta CPI em virtude da maioria que tinham no Congresso Nacional e também nenhuma medida investigativa foi tocada adiante por aquele Governo.

Literalmente, jogava-se, escondiam-se debaixo do tapete as ações, e posso citar algumas delas: a suspeita (não foi levantada por nós, mas a imprensa trouxe à tona) da compra de votos para aprovar a emenda da reeleição. Que atitude o Governo tomou para investigar, além de abafar a CPI? O escândalo, também denunciado, das privatizações com o dinheiro público. Que atitudes tomaram para investigar, além de abafar a CPI? Aqueles documentos que circularam sobre contas nas Ilhas Caimãs de integrantes da cúpula do Governo; a CPI também foi abafada e nenhuma investigação foi feita. Podemos falar de escândalos como o do Fonte Sindan, do Proer e de tantos e tantos outros escândalos, nos quais, além de impedirem a CPI, jogaram para baixo do tapete e impediram a investigação.

O caso que o Deputado Gilmar Knaesel queria comemorar era algo relacionado a um Governo Estadual. Houve uma medida pronta do Governo, no sentido da investigação, inclusive da exoneração. E a investigação continuou, a CPI estadual continuou investigando, mas nenhuma relação foi feita à ação do Governo Federal e dos seus integrantes.

Então, esta tentativa leviana de fazer comparações e insinuações precisa ter o lastro da história e da memória. Não é com insinuações, com acusações que iremos fazer com que a história apague o legado e a passagem desastrosa que tiveram no Governo Central.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Wilson Vieira, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO WILSON VIEIRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, público que nos assiste e telespectadores da TVAL, hoje pela manhã Sr. Presidente, tentamos realizar nesta Casa uma audiência pública para discutir a questão das denúncias de corrupção que envolvem a Polícia Civil de Joinville e tentar levantar fatos que possam ser levados à população, no sentido de tranquilizá-la com relação à atividade policial da nossa cidade. Mas infelizmente os delegados convocados não se fizeram presentes.

O Delegado Marco Aurélio Marcucci não foi autorizado a vir pelo seu chefe superior, da mesma forma o Delegado Zulmar Valverde, e o Delegado Ricardo Lemos Tomé poderia ter vindo, mas alegou que não pôde comparecer porque foi convidado somente ontem à tarde. Na verdade, o convite ocorreu já no dia 12 deste mês; portanto, ele teve quatro dias para se programar e participar.

Em função desse aspecto, requeremos nova reunião para ouvi-los e fizemos os convites hoje, para que não haja a justificativa de que não houve tempo hábil para fazer o planejamento para vir a este Parlamento falar sobre as questões que envolvem a Polícia Civil e as denúncias de extorsão em Joinville.

Eu quero ler o requerimento que fiz à Comissão de Segurança Pública da Assembléia Legislativa de Santa Catarina:

(Passa a ler)

"Considerando as investigações da Corregedoria da Polícia Civil sobre as denúncias de extorsão envolvendo policiais da Divisão de Investigação Criminal - DIC, de Joinville - contra arrombadores de caixa eletrônico, conhecidos como caixeiros, solicitamos que esta Comissão convoque o Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, Ronaldo José Benedet, o Delegado-Geral de Polícia Civil, Dr. Ricardo Lemos Thomé, o Delegado Regional de Polícia, Dr. Marco Aurélio Marcucci, e o Delegado Dr. Zulmar Valverde para, em audiência, no dia 23 de fevereiro/2005, às 11 horas, esclarecer os fatos aos Srs. Deputados membros desta Comissão de Segurança Pública."

Essa convocação é nova. Na outra reunião não havíamos convocado o Secretário Ronaldo Benedet, mas a situação está ficando cada vez mais grave em Joinville e precisa ser resolvida, não pode ficar nesse impasse: há quase três meses sem uma solução para a população daquela cidade.

Então, esse é um trabalho que estamos fazendo com o objetivo de tranquilizar a população de Joinville.

O Governo do Estado deve muitas respostas à segurança de Joinville, até porque nessas investigações foi constatado um acúmulo de cerca de 3.200 processos engavetados. Isso, com certeza, não acontece de uma hora para outra, é acúmulo de algum tempo. Com certeza devem existir motivos para que os delegados não tenham encaminhado e dado continuidade a esses processos. Possivelmente eles não têm estrutura de trabalho e o sistema está precário, não disponibilizando equipamentos necessários para que eles possam trabalhar e operacionalizar suas atividades com precisão.

Tudo isso precisa ser esclarecido, além do efetivo, que em Joinville é muito pequeno e não dá conta da demanda. Inclusive, por estar localizada muito perto de Curitiba, o crime organizado tem trânsito livre, entra e sai, promove seus crimes na cidade, que acabam não sendo investigados posteriormente.

Então, é necessário que se faça essa audiência, Sr. Presidente, para garantir a tranquilidade do povo da nossa cidade e elucidar de um vez por todas os fatos, quem está envolvido, quem não está, quem participou e quem não participou da extorsão, para realmente garantir ao povo de Joinville e de Santa Catarina a segurança que tanto reivindica e merece.

A situação em Joinville é de descrédito, com relação à atuação da Polícia Civil. O povo não acredita mais na Polícia, não acredita no sistema, por conta do que tem acontecido lá, por conta das denúncias que estão rolando em nossa cidade. É preciso que os delegados venham à reunião da Comissão expor com muita clareza o que está acontecendo, quais são as soluções apontadas para os problemas, buscando dessa forma melhorar a qualidade dos serviços que a Polícia presta em Santa Catarina e em nossa cidade.

É necessário que se respeite a Polícia, porque é um organismo fundamental para o Estado, presta um grande trabalho, mas não podemos deixá-la ir para o rumo que está tomando em Joinville, que é a existência de policiais comprometidos com o crime, que acabam denegrindo a imagem da Polícia cada vez mais, colocando a cidade em pânico.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO WILSON VIEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Acompanhamos bem de perto o grande problema e poderíamos dizer, a título de esclarecimento a V.Exa., que a questão da Polícia Civil em Joinville, há dois ou três anos, era muito mais difícil e muito mais complicada do que é hoje. E o Delegado Marco Aurélio Marcucci, a partir do momento em que assumiu em Joinville, conseguiu, dentro de um espaço pequeno de tempo, colocar na cadeia um número muito grande de pessoas que faziam parte do crime organizado. E V.Exa. é testemunha disso, pois nunca se prendeu tantas pessoas comprometidas com o crime organizado como no tempo desse delegado.

O problema é que pela sua maneira de ser, para muitos, é uma pessoa arrogante, para outros, prepotente, mas é um grande policial. Conseguiu dismantlar essas quadrilhas de caixeiros, o roubo de automóveis, eis que em Joinville tínhamos uma média de seis veículos furtados ou roubados por dia e hoje essa média está na faixa de três veículos. Conseguiu melhorar de maneira bastante substancial a questão da segurança em Joinville, com os Consegs que foram instalados. O problema é que tivemos o agravamento da situação de uma forma universal e tivemos o problema também do isolamento, porque esse delegado acabou ficando isolado por causa da sua forma de agir; ele criou problemas dentro do próprio meio policial. A grande maioria dos policiais civis não gosta dele, que é o Delegado Regional. Acabou uma crise de insubordinação acontecendo no bojo da Polícia Civil. E em consequência disso houve um afastamento entre a Polícia Civil e a Polícia Militar, que trabalhavam sempre juntas, desaguando, agora, nessa denúncia de policiais da sua confiança envolvidos com caixeiros, no caso, extorquindo dinheiro. Isso acabou trazendo problemas e consequências sérias.

Nós tivemos a presença do Chefe da Polícia Civil de Santa Catarina, Sr. Ricardo Thomé, e do Secretário da Segurança Pública em Joinville, demonstrando a preocupação do Governo em relação àquele problema. Agora foi afastado o Delegado Zulmar Valverde e foi afastado também o Delegado Dirceu Silveira, que era Chefe da

Polícia Civil de Santa Catarina até o ano passado, não por aqueles fatos que ficamos sabendo, mas foram afastados porque há um acúmulo muito grande de inquéritos policiais que não estão terminados. Estamos vendo, na verdade, é a nossa polícia dividida em duas facções.

O SR. DEPUTADO WILSON VIEIRA - Eu tenho uma curiosidade, Sr. Deputado, que é a seguinte: quanto aos dois delegados afastados, o Zulmar Valverde estava convocado para vir falar hoje aqui. Ele é um dos delegados responsáveis pela prisão de dois policiais acusados de extorsão.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Sim, exatamente, foram afastados por uma outra situação. Enfim, eu tenho uma coisa comigo: se eu fosse Secretário da Segurança, falo aqui, falo onde quiserem me ouvir, eu afastaria todos e começaria vida nova, a partir de zero, em Joinville, porque está instalado um processo de afastar um, afastar outro, de investigar uma coisa, de repente já é outra coisa, e a população tem, de certa forma, razão, a população fica atônita com todos esses casos que estão pululando na imprensa e que as pessoas ficam sabendo.

Agora, é bom que se diga, o Governo do Estado está preocupado. Tanto está preocupado que o Sr. Governador mandou para lá o que tinha de principal no seu Governo, ou seja, o Secretário de Segurança e o Chefe da Polícia-Geral do Estado de Santa Catarina, justamente para ver se resolvem essa questão.

O SR. DEPUTADO WILSON VIEIRA - Mas o principal, Sr. Deputado, é que eles também têm que elaborar uma força-tarefa para dar conta daquelas ações que estão encalhadas. Não dá para permitir que aquelas ações continuem emperradas do jeito que estão, sem solução.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Há um acúmulo muito grande de processos.

O SR. DEPUTADO WILSON VIEIRA - E aí o Governo teria que instituir uma força-tarefa rápida para resolver essa situação. Nós temos que tranquilizar o povo que vai registrar a queixa e que quer solução para a sua queixa-crime.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - O próximo orador inscrito é o Deputado Afrânio Boppré. Mas de acordo com as decisões adotadas pelo Parlamento e que já fazem jurisprudência na Casa, S.Exa., que já teve oportunidade de uma manifestação, poderá fazê-la novamente após a manifestação dos Deputados que estão inscritos, mas que ainda não a fizeram.

Portanto, para informação de V.Exa., Deputado Afrânio Boppré, temos ainda o Deputado Manoel Mota, este Deputado e o Deputado Antônio Carlos Vieira. Se não houver mais nenhuma inscrição, em seguida será V.Exa. Agradeço pela compreensão e concedo a palavra ao Sr. Deputado Manoel Mota, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, com todo o respeito às Sras. Deputadas, eu só quero dizer ao Deputado Afrânio Boppré que outro dia fui criticado porque não conhecia o Regimento Interno. Mas S.Exa. também não conhece o Regimento, eis que estava ali, pronto para falar. E eu estava só aguardando para pegá-lo no contrapé. S.Exa. veio para falar, então, é sinal que S.Exa. também não acompanha, não lê o Regimento.

O Sr. Deputado Afrânio Boppré - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não!

O Sr. Deputado Afrânio Boppré - Eu conheço o Regimento. O problema é que o Deputado Herneus de Nadal, que está conduzindo a sessão, disse que o próximo inscrito para falar seria o Deputado Afrânio Boppré. Levantei-me, aí ele pediu para explicar o que eu já sabia. Eu acreditava que não tinha mais nenhum inscrito. Mas vou aguardar aqui, vou assistir ao valoroso pronunciamento de V.Exa. e ficarei até a oportunidade de poder usar regimentalmente a palavra, porque conheço o Regimento, sim, inclusive neste particular.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Peguei V.Exa. no contrapé, não tem explicação que me convença, porque V.Exa. estava inscrito, mas há muito tempo me inscrevi.

Eu estava só aguardando para pegar V.Exa. no contrapé. E o Presidente habilmente fez com que não chegasse esse momento.

Quero aqui, neste momento, poder resgatar a verdade. Por que o Deputado Joares Ponticelli não leu aqui, por exemplo, que em desenvolvimento e habitação popular foram 2.95 milhões de investimento? Por que ele não leu que na Educação foi 1.05 milhão de investimento na região? Que na Saúde foram 2.54 milhões de investimentos na região? E vai por aí fora. E não vou nem colocar o que S.Exa. colocou. Evidentemente, S.Exa. vai procurar só aquilo que não interessa. Mas nós vamos buscar tudo aquilo que interessa, para que possamos resgatar a verdade, a legitimidade daquilo que o Governador apresentou.

S.Exa. disse, aqui, que a Avenida Felipe Schmidt, de Braço do Norte, foi feita com o dinheiro do Badesc. Mas S.Exa. era Líder do Governo passado; portanto, ou o Governo não o atendeu, porque não quis atender ou porque faltou competência, força política, pois não levou nem para Tubarão. Tivemos que nós, no nosso Governo, levar para Tubarão mais de R\$3 milhões para fazer aquelas obras.

Então, temos que só resgatar um pouquinho.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Apesar de V.Exa., por duas ou três vezes, deixar-me pendurado no microfone de apertes, sem me conceder um aparte, sou democrata e vou dar um aparte a V.Exa. Sou democrata como o Governo de Luiz Henrique da Silveira. Vou ouvi-lo, mas não por um tempo muito extenso.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputado Manoel Mota, tenho o maior prazer de debater com V.Exa. Só não concedo aparte a V.Exa. quando V.Exa. não pede, e hoje não pedi.

Nesta sessão legislativa quero me comprometer com V.Exa., ou seja, todas às vezes que V.Exa. me pedir um aparte eu vou concedê-lo.

Quanto a Tubarão, é verdade que o dinheiro foi liberado neste Governo, mas também é verdade, V.Exa. é um homem honesto e sabe, que todo o processo foi encaminhado no Governo passado, quando ficou tudo autorizado. O atual Governo apenas liberou, mas tentou fazer propaganda em cima. E o Prefeito Carlos Stupp tomou o empréstimo e já está terminando de pagar, já está devolvendo todo o empréstimo para o Badesc.

Com relação a Braço do Norte, não foi feito o pedido naquela época. E com relação aos dois pontos que levantou agora, o da habitação é dinheiro da Caixa Econômica, é empréstimo também, e o da Saúde, para sua informação, é repasse do Governo Federal, a quem agradecemos, ou seja, ao Governo do Presidente Lula.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Quero poder clarear, resgatar novamente o caminho da verdade. V.Exa. tenta desviar para outro caminho. Temos que buscar o caminho da verdade e da realização, porque se nós aqui resgatarmos os fatos, apesar de existirem outras regiões com maiores investimentos do que esses, o investimento da região de Tubarão, da Amurel, foi importantíssimo.

Se analisarmos o que investiu o Governo Luiz Henrique da Silveira e Eduardo Moreira nos primeiros dois anos e o que o Governo de V.Exa. investiu naqueles dois primeiros anos, não ficaria nem vermelho.

A grande verdade é que nós temos um Governador que, de repente, fez uma proposta para a população de Santa Catarina. E ela, sabendo que é um homem sério e honesto, acreditou na descentralização. Se todas essas obras aconteceram, foi fruto da descentralização. Quer dizer, se não houvesse um investimento no artesanato regional, com certeza não estaria aqui, marcado pelo Governo, que houve investimento. Não houve no Governo passado, mas há neste.

O Governo tem compromisso com cada região. Se formos à região da Amrec, talvez tenhamos que ficar uns três dias olhando as obras, os prédios, as grandes reformas feitas, porque nos entregaram as escolas... E apesar disso tudo ainda tivemos um furacão que fez muita destruição. Mas mesmo assim está quase tudo recuperado.

Se formos à região do Vale do Araranguá, então, aí, eu diria que três dias é pouco. Precisaríamos de um pouco mais de três dias para poder ver as obras feitas naquele Município. Algumas obras foram iniciadas no Governo passado, que este Governo honrou e realizou, como a questão do recapeamento da BR-101, no trecho de Praia Grande a São João do Sul. Quer dizer, já tinha sido iniciada, e o Governo atual honrou e concluiu as obras que o outro Prefeito, Dário Grepaldi, projetou.

Vocês iniciaram a obra, investiram R\$2.800 milhões, e o nosso Governo investiu R\$6 milhões e concluiu a ligação de Meleiro a Morro Grande, porque o nosso Governo não está olhando quem iniciou a obra, ele quer dar condições para que essa obra possa atender a população. Desta forma é um Governo diferente, é um Governo no qual a população tem participação, coisa que não acontecia no passado, quando em quatro paredes faziam tudo que tinha que ser feito, obra tal e tal, sem ouvir a população se aquela obra era o sentimento da população, se era aquela que o povo queria.

Agora, não! Temos um Governo no qual o conselho regional é uma peça fundamental. E o Governador não mandou escolher pessoas para esses conselhos regionais. Elas são de todos os Partidos, são todos os Prefeitos, todos os Presidentes de Câmaras Municipais, são todas as universidades. E ele não perguntou a qual Partido pertencem.

Ele pediu que criasse um conselho que fosse uma peça fundamental, e se foi uma peça fundamental no primeiro momento, no segundo momento, então, não há mais o que discutir, porque tudo o que for colocado como prioridade, dentro das possibilidades, não será mais sonho, será realidade, pois hoje, com a autonomia dessa reforma administrativa que esta Casa soberanamente aprovou, evidentemente que será realizado.

O Governo vai construir aquilo que irá ser determinado pela população de Santa Catarina por cada Regional, pelo conselho e também pelas audiências públicas.

Quanto às audiências públicas, no ano passado o próprio Deputado Afrânio Boppré foi contra. E nós tivemos que levar à Presidência da Casa para poder fazer no mínimo em dez regiões, quer dizer, dez regiões foram atendidas com as audiências públicas, porque o povo tem também participado.

É dentro desse caminho que o Governo do Estado de Santa Catarina busca um novo modelo administrativo, um novo caminho administrativo, fazendo com que o povo pague os seus tributos, pois é ele mesmo que termina decidindo as próprias questões que são fundamentais para o desenvolvimento dessa região.

Então, nós temos um Governo com uma administração moderna, com um novo modelo administrativo, que busca caminhos e soluções para novos espaços de Santa Catarina. Por que o Governo fez isso? Fez isso porque quer fazer os grandes projetos, buscar grandes alternativas. Se o País inteiro não exportava mais a carne suína, bovina, o frango para a Rússia, Santa Catarina teve um Governo competente que fez com que continuasse a exportação. Houve um respeito com o Estado de Santa Catarina, porque tinha alguém com braços fortes lá que conhece, que tem acesso, que sabe e que fez acontecer.

O Governo agora, com esse novo modelo e evidentemente com a participação da população, com cada Secretaria, poderá trabalhar nos grandes projetos de nosso Estado, gerando empregos, gerando renda, desenvolvimento, gerando melhor qualidade de vida para o nosso povo, pois é isso que o Governador Luiz Henrique quer. E é isso que nós queremos.

O PMDB sempre foi assim. O nosso espírito é de lutar por uma vida mais digna, mais justa para a população de Santa Catarina e do Brasil.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Afrânio Boppré - Pela ordem, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Djalma Berger) - Com a palavra, pela ordem, Sr. Deputado Afrânio Boppré.

O SR. DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ - Sr. Presidente, apenas para registrar a presença prazerosa de nosso companheiro, Vereador do Partido dos Trabalhadores, de Herval d'Oeste, Olacir Cavalli, que nos visita no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Djalma Berger) - Esta Presidência dá as boas-vindas ao nosso Vereador de Herval do d'Oeste. Sinta-se bem nesta que é a Casa mais democrática de Santa Catarina.

Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Herneus de Nadal, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, nós aprovamos, hoje, uma proposta da Assembléia Legislativa criando o Fórum Permanente para a discussão da Medida Provisória nº 232, que enseja grandes indagações e, ao mesmo tempo, muitas preocupações de vários segmentos produtivos do nosso Estado e, com certeza, do nosso País.

Refiro-me, Deputado Pedro Baldissera, especialmente ao art. 6º da referida medida provisória, que precisa passar por uma discussão mais aprofundada, com a participação dos produtores rurais, principalmente dos pequenos agricultores, já que são eles que movem a economia das pequenas cidades e das nossas cidades-pólos. É através deles que alcançamos uma notória especialização na produção de alimentos e um

destaque extraordinário, agora nos últimos anos, com as exportações, fazendo com que o nosso País possa, pelas expectativas divulgadas nos meios de comunicação, ocupar nos próximos anos uma posição de destaque mundialmente na exportação e na produção de alimentos.

Por isso precisamos avaliar o recolhimento antecipado do Imposto de Renda com relação à pequena propriedade e também à obrigatoriedade do encontro de contas, através da burocracia imposta na declaração do Imposto de Renda para quem tem valores reduzidos de receitas na área agropecuária, durante o exercício.

Mas é evidente que, além de discutirmos o setor primário, nós também precisamos fazer uma avaliação com relação ao setor da prestação de serviços e uma avaliação das empresas que pagam impostos de forma simplificada ou com o enquadramento, para que possamos dar a devida atenção também aos segmentos produtivo e empresarial.

E todos nós, Parlamentares, como representantes da sociedade e sem exercer aqui qualquer manifestação mais aguda no sentido de se fazer críticas mais contundentes ou com aspereza, ao que obriga a medida provisória, não podemos ficar insensíveis aos apelos da nossa base eleitoral e também aos acontecimentos que assistimos ontem em todo o País, com segmentos se reunindo e buscando, através da negociação e do contato com os Deputados Federais, que sejam viabilizadas condições para implementar medidas necessárias para que possamos ter saúde e educação, mas também, principalmente, para que possamos manter o nosso negócio, a nossa atividade, gerando vagas de trabalho, agregando valor e fazendo com que o desenvolvimento e o crescimento econômico possam ser uma realidade constante nos nossos Municípios.

Por isso é que conclamo os Srs. Deputados para que possamos ouvir a sociedade com referência a essa medida, ouvir aqueles que possivelmente terão que pagar aumento da mensalidade escolar, por conta da penalização, por conta de medida provisória na cobrança de impostos que vão encarecer as mensalidades que serão pagas pela nossa população.

Mas que também, da mesma forma, nós precisamos ouvir o nosso produtor rural e as nossas empresas, que têm dificuldades em pagar mais impostos.

Como é uma medida provisória e como o tempo é exíguo, curto, reduzido, nós precisamos empreender uma certa velocidade, um dinamismo todo especial para que possamos, cada um nas nossas respectivas regiões, ouvir esses segmentos interessados e, quem sabe, Srs. Deputados - e essa é uma idéia de trabalho -, transformar as sugestões da nossa população em documentos para que nós possamos, através das emendas parlamentares, enriquecer o projeto, fazendo com ele se torne, quem sabe, viável. Mas que ele não penalize ou venha a prejudicar estes segmentos tão importantes. Como eu disse, aqueles que geram empregos, através da produção de alimentos, aqueles que empregam, fruto da transformação da matéria-prima desses produtos e aqueles que estão em volta, que estão agregados, que são as empresas prestadoras de serviços - aqueles que pagam impostos, através do lucro presumido.

Por todas estas razões, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é que tomei a

iniciativa... O Deputado Francisco Küster, aqui da tribuna, depois que já tínhamos dado entrada ao requerimento, também fez uma solicitação, através de Subcomissão. E eu entendi que a propositura da criação de um Fórum iria nos dar melhores condições, porque através dele vamos alcançar vários segmentos, não só o da agricultura, Deputado Reno Caramori, mas também de toda a área econômica do nosso Estado. E lá estarão, com certeza, os Deputados que fazem parte das Comissões de Finanças, de Agricultura e das outras Comissões, porque esse é um tema, com certeza, palpitante.

Por isso fico feliz que o Deputado Francisco Küster tenha apresentado também uma proposta. E nós queremos andar nesta esteira: na esteira de contribuir, na esteira da construção. A nossa não é uma manifestação pura e simples de rejeição, mas para que possamos auxiliar, para que possamos fazer com que os nossos Deputados e Senadores tenham os sentimentos e os elementos suficientes e necessários para, nos próximos dias, decidir sobre a Medida Provisória nº 232, mas, especialmente, sobre o seu art. 6º, que, parece-me, causa maior preocupação dentre todos nós e dentre todo segmento produtivo do nosso Estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Baldissera) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Antônio Carlos Vieira, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, no dia de hoje nós tivemos dois assuntos principais: a discussão sobre o voto secreto e a discussão sobre o recesso Parlamentar. E quero deixar bem claro que sou a favor do voto aberto, no caso aqui da escolha do Presidente, mas gostaria de dizer que o voto secreto também é democrático. Tanto é verdade que a sociedade é chamada para, por voto secreto, escolher os seus representantes, sob pena de os grupos econômicos dominarem as suas escolhas.

Por isso, sou partidário do voto aberto em qualquer cristão, mas em algumas vezes o voto secreto é uma questão de defesa do eleitor.

No caso do recesso parlamentar, quero deixar bem claro, Deputado Presidente, que concordo com a posição da Deputada Ana Paula Lima. Na hora em que houver o consenso para votar, nós vamos votar. Eu voto com ela porque talvez, Deputado Afrânio Boppré, vai faltar espaço para o Executivo encaminhar para cá uma convocação extraordinária para aprovar 30 projetos urgentes e urgentíssimos em 30 dias. Na hora em que reduzirmos o recesso, vai faltar espaço para a convocação extraordinária. E esse é o objetivo.

O que nós pretendemos, como Deputados, é analisar as questões que chegam a nossa apreciação. O que não aconteceu nesse período agora de convocação. E faço aqui um desafio aos 40 Deputados: se nós tivermos dois Deputados que saibam as emendas que foram aprovadas, eu vou me curvar e dizer que daqui para frente votarei tudo incluso. Mas como eu tenho certeza de que nem dois Deputados sabem o que foi aprovado nesta Casa, quero dizer que sou contra a forma da convocação, a forma da decisão e que por isso, em todos os projetos, eu votei "não" porque desconhecia o que estava se votando. E tenho certeza de que não eram do interesse da própria sociedade catarinense.

Mas o Deputado Manoel Mota, com o objetivo de dar uma resposta ao Deputado Joares Ponticelli, Líder do PP, falou nos investimentos dos dois anos do atual Governo e sobre o nada de investimentos do Governo passado. Queremos dizer, Deputado Manoel Mota, que nós fizemos o maior dos investimentos no período de 1999 a 2000, que foi pagar R\$320 milhões de salários não pagos no Governo anterior ao Governo passado.

Eu quero dizer que R\$320 milhões pagos aos servidores públicos estaduais, que não foram pagos no momento adequado, foi o maior investimento que o Governo passado fez.

Deputado Manoel Mota - e se V.Exa. me provar isso, eu estarei batendo palmas para V.Exa. -, prove que, excluída a aplicação em Saúde, em Educação, que é obrigatória, e os investimentos feitos com recursos do Badesc, o Governo do Estado tenha feito algo perto de R\$320 milhões de investimentos da Fonte 00 em 2003 e 2004. Prove-me isso que daí eu vou começar a bater palmas para o discurso de V.Exa., quando fizer essa análise.

Mas, Deputado Herneus de Nadal, eu assinei com V.Exa. a criação de um Fórum para tratar do aumento da carga tributária prevista pela Medida Provisória nº 232. Ao mesmo tempo, nós ouvimos aqui o Deputado Francisco Küster apresentar uma proposição no sentido da criação de uma Subcomissão da Comissão de Finanças para discutir este assunto no âmbito daquela Comissão.

Eu quero dizer, Deputado Herneus de Nadal, que eu assino, pois penso que a carga tributária está elevadíssima e que cada vez mais ela é elevada. Mas cada um não se olha na própria fotografia, ninguém olha no seu próprio retrato. Em dezembro do ano passado, nós aprovamos carga tributária em abundância.

O que nós aprovamos de taxas estaduais aumentando cerca de 300%... E o povo vai sentir agora no emplacamento do veículo, já que a taxa de licenciamento de R\$13,00 irá passar para cinquenta e poucos reais - e todos terão de pagá-la. Esse é o aumento da carga tributária!

Então, Deputado Herneus de Nadal, eu concordo com V.Exa. que o assunto da Medida Provisória nº 232 é desastroso. Acredito que talvez o Governo Federal tenha colocado um bode na sala para começar a retirar o cheiro - e agora, no Congresso Nacional, vai conseguir retirar um pouco do cheiro que colocou.

Mas os Vereadores têm que se preocupar com a carga tributária dos Municípios; nós, Deputados Estaduais, temos que nos preocupar com a carga tributária do Estado e os Deputados Federais e Senadores também que se preocupar com a carga tributária do Governo Federal. Isso, obviamente, que nós não podemos, *en passant*, examinar e apresentar as nossas conclusões para quem vai decidir com relação à carga tributária criada pelo Município ou pelo Governo Federal.

Mas nós temos que estar atuantes e vigilantes, Deputado Herneus de Nadal, com relação às taxas criadas pelo Estado de Santa Catarina porque às vezes podemos pensar que passar de R\$13,00 para R\$50,00 não é nada. É muita coisa para muita gente. E nós temos que tomar cuidado porque estamos buscando a receita para que o Executivo promova os seus investimentos, o seu custeio, com o aumento de uma despesa não prevista no caixa de cada cidadão, daquele cidadão que precisa pagar a conta de água.

Nós tivemos uma propaganda de muito mau humor do Governo do Estado, feita pela Casan, em homenagem à inauguração de uma adutora, dando a idéia de que o aumento seria de água não de taxa. Mas não! A taxa do consumo de água foi aumentada em dezembro, a vigorar a partir de janeiro.

Então, aquela propaganda foi de muito mau gosto pois houve, efetivamente, o aumento da carga tributária derivada do consumo de água e do tratamento de esgoto.

Mas nós continuamos, Deputado Afrânio Boppré, a não olhar para a nossa imagem no espelho, nós sempre queremos olhar para o lado. Uma pessoa do Oeste dizia que nós fazemos como o porco, já que o porco gostaria de ser vesgo para comer em dois lugares ao mesmo tempo. Mas não, nós temos que olhar para um lado só! Se nós somos contra o aumento da carga tributária, nós não podemos olhar só para o cocho do Governo Federal, nós não podemos olhar só para o cocho do Governo Municipal. Nós temos que olhar para o cocho que nós representamos, que é o Estado de Santa Catarina.

Eu faço aqui um apelo, Deputado Herneus de Nadal - e farei todo o possível para participar desse fórum, pois penso que o Governo Federal realmente se equivocou - gostaríamos de que nós, Deputados Estaduais, um grupo de Deputados, independente de cor partidária - PT, PP, PMDB, PSDB ou que Partido for -, fôssemos contra qualquer aumento de carga tributária, seja em nível estadual, seja em nível municipal, seja em nível federal.

E aí vamos, sim, Deputado Manoel Mota, sem olhar a cor partidária que nós representamos... Mas se o Governo do Estado quiser aumentar a carga tributária - e seja deste Governo ou seja do próximo ou seja de qualquer um deles -, que esse grupo de Deputados seja os representantes da sociedade contra o aumento da carga tributária, que nós possamos dizer "não", Deputado Manoel Mota, embora isso não seja do agrado da nossa cor partidária, não seja do agrado do nosso Governo.

Eu quero dizer, Deputado Manoel Mota, que muitas vezes é difícil até para o Executivo controlar a sanha arrecadadora dos seus Secretários. Eu sei o quanto isso é difícil. Fui Secretário da Fazenda e nunca aumentei o ICMS, mas sei que o interesse que tinha em aumentar taxas era uma coisa de louco. E ocorreu agora, em dezembro de 2004, e vai repercutir no bolso da sociedade catarinense já em 2005.

Então, eu só faço esse desafio, Deputado Manoel Mota, para que nós possamos fazer aqui, como existe lá no Congresso Nacional a Bancada Ruralista, a Bancada dos Deputados contra a carga tributária! Deputado, vamos fazer isso e estar juntos! Nós estamos aqui de passagem, mas a nossa passagem é em defesa da sociedade.

Eu agradeço pela sua gentileza!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Manoel Mota - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. Presidente, eu quero, em primeiro lugar, com todo respeito que tenho pelo Deputado Antônio Carlos Vieira, dizer-lhe que sabe perfeitamente que ficou uma dívida para pagar. Mas cada Governo recebe um presente. E nós sabemos perfeitamente que o seu Governo federalizou o Besc, a Ipesc, a Celesc e elevou a dívida pública de quatro bilhões para oito bilhões e meio, e evidentemente que para cada um ficou um presente.

Eu quero também, com todo respeito que tenho pelo Deputado Afrânio Boppré... E esses dias eu estava na tribuna e não me deixaram falar porque não havia quórum. Como neste momento não há quórum na Casa, evidentemente que vou fazer o que fizem comigo. Portanto, Sr. Presidente, eu gostaria de saber se há quórum ou não? Se não houver, peço que a sessão seja encerrada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Sr. Deputado, faça apelo a V.Exa. para que possamos ouvir a manifestação do Sr. Deputado Afrânio Boppré, que é o próximo inscrito, e para que V.Exa. concorde com esta Presidência e dispense-a de fazer a verificação de quórum. Se V.Exa. persistir na questão de ordem, é óbvio que vamos ter de fazer a verificação de quórum e aí, com certeza, o Deputado Afrânio Boppré não terá a oportunidade de se manifestar. E parece-me que irá dispor somente de cinco minutos. Podemos fazer esse acordo, Deputado Afrânio Boppré?

(O Deputado Afrânio Boppré aquiesce.) Serão somente cinco minutos, Deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. Presidente, se forem cinco minutos, eu retiro a solicitação. Agora, esta Casa não tem quórum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Eu agradeço a V.Exa. pela compreensão, Deputado!

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - E outro dia o Deputado Antônio Carlos Vieira estava na tribuna, quando foi pedida a verificação de quórum antes de eu me manifestar. E fiquei pendurado e não pude falar!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Agradeço pela compreensão e acredito que, com seu gesto, o Deputado Antônio Carlos Vieira, na próxima oportunidade, também vai retribuir a V.Exa. e prestigiá-lo.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Pela ordem, para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, o Sr. Deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. Presidente, quero agradecer ao Deputado Manoel Mota pela compreensão porque já houve jurisprudência nesta Casa. Eu já estive na mesma situação do Deputado e os Colegas que estavam aqui, pela sua benevolência, permitiram que eu me manifestasse também por cinco minutos, mesmo sem haver quórum.

Por isso, a grandeza de V.Exa., na concordância, faz parte do nosso Parlamento. Mesmo numa minoria, estamos prestigiando o Deputado que vai usar da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Afrânio Boppré, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ - Sr. Presidente e Srs. Deputados, eu gostaria de dizer que há poucos minutos, aqui da tribuna, eu associei o Governador Luiz Henrique da Silveira como sendo um governante de plantão. E, gratuitamente, o Deputado João Henrique Blasi veio dizer que eu estava agredindo a imagem pública do Governador Luiz Henrique da Silveira, a sua carreira, porque governante de plantão era a ditadura militar, etc.

Eu tentei explicar ao Líder que não era o sentido da palavra, até porque quem dá plantão não são somente os militares. Dão plantão também o médico, o enfermeiro, os jornalistas, na redação, todos dão plantão.

Então, foi gratuita a associação. A pretensão não foi associar o Governador Luiz Henrique da Silveira aos Generais da Ditadura Militar. O Deputado João Henrique Blasi, gratuitamente, fez essa associação, a qual eu não pretendia.

Mas digo que, diferentemente do que se costuma discutir no senso comum, em que o Deputado Líder do Governo dizia que cada um interpreta do jeito que quer, com o seu caleidoscópio, olhando do seu jeito, não é esse o sentido, porque eu não estou interpretando do jeito que quero. Eu estou discutindo aquilo que está escrito e assinado, preto no branco, pelo Governador Luiz Henrique.

Fiz a leitura novamente com atenção e não tem uma outra interpretação, se não a de querer usar exemplos para dizer que aqueles que resistem às suas mudanças - dele -, na frente o tempo tardará para dizer que essas reações relevam-se erradas, quando não cômicas. E diz ainda: a história da civilização relata milhares de casos de resistências às mudanças. Como se quem resistisse às mudanças que ele está fazendo, inevitavelmente estaria promovendo uma piada, porque ele é o dono da razão. E não é bem assim, é como quem diz: "Eu falo do jeito que quero, você fala do jeito que quiser". Não é bem assim!

Na área da engenharia, por exemplo, quando vai-se construir uma estrada, não se diz: "Ah, eu faço a estrada do jeito que eu quero". Não! A estrada tem parâmetros técnicos e científicos que precisam ser obedecidos.

Na área da física, quando vai-se estudar os astros, também tem modelos matemáticos, a ciência está presente. E penso que quando vai se construir uma casa, também não é do jeito que cada um quer, porque ali tem fundamentos matemáticos e científicos para a edificação.

E não aceito a idéia de que na política cada um interpreta do jeito que quer. Não! Também não é assim! A política também é uma ciência, tem limites, padrão, orientações e balizamentos éticos e morais. E não vale escrever e depois dizer: "Não, eu não queria dizer isso, não é o que está escrito!"

E tem que ser dito aqui ao Governador Luiz Henrique da Silveira que, no meu modo de entender, quero sempre fazer questão de resistir às suas mudanças porque elas estão dentro de paradigmas, de fundamentos e de diretrizes que considero exatamente opostas às mudanças que entendo que devam ser feitas.

Então, eu vou estar aqui para dialogar, para resistir, e não aceito a técnica discursiva de buscar dizer que está na entrelinha. Não está! Está na linha, está no preto e no branco, está escrito, está assinado! E o Governador Luiz Henrique, neste caso, busca negar o direito da Oposição, busca negar o direito da minoria, quando diz de maneira divergente.

Quero aqui estabelecer exatamente esta oportunidade de dialogar sempre que necessário, com as orientações governamentais do Governador Luiz Henrique.

Muito obrigado, Sr. Presidente, respeitando os cinco minutos!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Agradecemos a V.Exa. pela compreensão.

Não há mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os Srs. Deputados.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Herneus de Nadal) - Deputado Reno Caramori, agora vou ter de pedir a compreensão de V.Exa. É claro que nós não temos mais quórum, pois já estamos próximos das 18h. Peço, portanto, a sua compreensão e amanhã, pela manhã, V.Exa., com certeza, poderá fazer uso da palavra.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 002ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA REALIZADA EM 17 DE FEVEREIRO DE 2005 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às nove horas, achavam-se presentes os seguintes Srs. Deputados: Afrânio Boppré - Ana Paula Lima - Antônio Carlos Vieira - Celestino Secco - Dionei Walter da Silva - Djalma Berger - Francisco de Assis - Francisco Küster - Genésio Goulart - Gilmar Knaesel - João Henrique Blasi - Joares Ponticelli - Julio Garcia - Manoel Mota - Nilson Gonçalves - Nilson Machado - Pedro Baldissera - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Sérgio Godinho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

O Sr. Secretário, Deputado Pedro Baldissera, procederá à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida a ata.)

Em discussão a ata que acaba de ser lida.

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Sr. Presidente, parece-me que houve um equívoco na ata, não é Medida Provisória nº 323, e sim nº 232.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Proceda-se à retificação.

Em votação a ata com a retificação requerida.

Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos Srs. Deputados.

Antes de entrarmos no horário das Breves Comunicações, esta Presidência comunica aos Srs. Parlamentares que, em reunião dos Líderes Partidários na noite de ontem, no Gabinete da Presidência, foi resolvido o impasse em relação à participação dos Partidos nas Comissões.

Ficou assim estabelecida a participação nas grandes Comissões, ou seja, as Comissões com composição de nove Srs. Deputados:

1 - Comissão de Constituição e Justiça

PT - dois representantes;

PSDB - um representante;

PP - dois representantes;

PFL - um representante;

PMDB - dois representantes;

Pequenos Partidos - um representante;

2 - Comissão de Finanças e Tributação

PT - 2 representantes;

PSDB - um representante;

PP - um representante;

PFL - dois representantes;

PMDB - dois representantes;

Pequenos Partidos - um representante.

3 - Comissão de Ética e Decoro Parlamentar

PT - dois representantes;

PSDB - um representante;

PP - dois representantes;

PFL - dois representantes;

PMDB - um representante;

Pequenos Partidos - um representante.

Com esta decisão dos Srs. Líderes, fica resolvido o impasse, e a Presidência aguarda o prazo regimental tão-somente para a indicação dos membros que irão representar os Partidos nas Comissões desta Assembléia.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, Deputado Reno Caramori, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, eu estou chateado ainda com o que tem ocorrido em Santa Catarina, principalmente na região do Oeste: conflitos entre colonos, "índios" (entre aspas), assentados que procuraram sobremaneira buscar naquela região um assento à terra.

Mas o que me preocupa, Sr. Presidente e Srs. Deputados, com todo o direito e com justiça, é que, no dia de ontem, foi promovido um protesto pela não-punição dos culpados que praticaram o assassinato, em Abelardo Luz, do nosso querido e respeitado sindicalista Olices Stefani, que, com 51 anos, foi morto, à lh da madrugada, do dia 16 de fevereiro do ano passado.

Deputado Afrânio Boppré, até hoje não se tomou, por parte da Justiça, qualquer providência. Os suspeitos e, quase que comprovadamente, os assassinos moram a poucos quilômetros da empresa de propriedade da família do sindicalista, naquela região.

Autoridades da área da agricultura, municipalistas, Vereadores e autoridades ligadas à agricultura de todo o País, praticamente, estavam presentes nesse ato, com o fechamento da SC-467 por quase duas horas, onde se estendeu uma fila de carros por mais de cinco quilômetros. Portanto, mais de mil pessoas estavam presentes nesse protesto pacífico, doloroso, com a participação dos familiares e amigos, lamentando a ação da Justiça talvez tão lenta, tão demorada.

É muito difícil, Deputado João Henrique Blasi, nós analisarmos caso a caso. Por outro lado, com o assassinato da irmã lá no Pará, estão mobilizando o Exército Brasileiro, a Polícia Federal, a Polícia Militar e a Polícia Civil, com o desembarque de 140 homens lá no aeroporto de Altamira, levados por um avião Hércules da Força Aérea Brasileira. Qual a diferença da morte de uma irmã e de um sindicalista? São dois seres humanos. Ela, uma religiosa sim, abnegada americana que veio para o Brasil e aqui convivia há tantos anos junto aos pequenos agricultores daquela região da floresta do Pará. Talvez, é óbvio, produzindo ou auxiliando na produção e na permanência daquela gente na terra.

Mas qual é a diferença para a Justiça e para sociedade brasileira entre essas mortes? E vejamos que se tratava de um homem sindicalista, que comandava um sindicato com harmonia, com

honestidade, orientando para o trabalho, para a produção. Uma pessoa de família tradicional, que nunca teve um deslize na sua vida profissional íntegra, foi morta à lh da madrugada, numa emboscada. Sabe-se quem foi. Houve tantos conflitos. E pela pacífica atuação dos colonos, não houve lá uma guerra, uma carnificina, porque aqueles que assassinaram Stefani estavam preparados para qualquer coisa. Mobilizaram "índios" (entre aspas) de várias regiões do Rio Grande do Sul, Deputado Antônio Carlos Vieira, para lá procederem, pensada, premeditadamente a esse assassinato.

Ninguém faz nada! Que tal se fosse um branco, um italiano, um alemão, um português, um espanhol, um nativo, na formação de outras etnias, que tivesse assassinado um índio? O que estaria acontecendo? Isso é bom para reflexão.

Um ano se passou e não se teve uma solução. Na tarde de ontem, após o encerramento do ato público, foi criada uma comissão para assuntos indígenas na Faesc, pois somente lá no Oeste temos cinco áreas com conflitos entre brancos e índios.

Já no Governo passado houve várias audiências públicas, discussões, com participação de autoridades competentes e até hoje nada foi resolvido. O problema talvez não seja do Estado, mas da esfera federal, onde a Funai tem a grande responsabilidade no assentamento e no amparo aos silvícolas. Quero crer que com essa comissão nós possamos minimizar os problemas dos conflitos entre índios e brancos naquela região.

Presente ao ato, ontem, estava o Presidente da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo, Fábio Meirelles, que salientou e mostrou a existência de leis brasileiras que são eficientes, mas que na prática não são cumpridas:

(Passa a ler)

"Para ele, falta mais vontade política e ação governamental para garantir o acesso à terra para quem realmente a trabalha e produz. 'Da forma que está sendo conduzido o cenário nacional, em pouco tempo estaremos convivendo com atividades terroristas no campo', alertou."

Essa é a grande preocupação na nossa região, porque os colonos estão lá há 70, 80 anos! As terras vêm de bisavô para avô, para pai, para filho, para neto, com propriedades organizadas e, de repente, surge alguém dizendo que as terras são dos índios. Se são terras indígenas e estão ocupadas, há tantas outras terras que podem ser permutadas e adequadamente entregues aos índios para que tenham a sua vida e a sua cultura! Não há necessidade de tomarem as terras dos colonos, que estão lá há tantos anos produzindo, organizados, naquela região.

Então, mais uma vez estamos vendo um futuro não muito bom, porque se aproxima mais um ano de eleição. O próximo ano é um ano eleitoral. Tenho certeza de que os conflitos serão iniciados de novo. Houve, sim, agora, uma trégua, Deputado Francisco de Assis, pois não é ano eleitoral. Mas no próximo ano, tenho certeza absoluta, os conflitos vão-se multiplicar.

Temos conhecimento de que na nossa região já estão-se arregimentando, organizando-se para o pior. Se a Justiça não tomar providências para coibir, para abortar esses movimentos com antecedência, nós teremos - e faço esse registro no dia de hoje - conflitos e estaremos sujeitos a uma guerrilha sangrenta.

Tenho certeza de que os proprietários das terras vão-se cansar de tentar buscar pacificamente uma solução, e aqueles que se dizem donos da terra, que vêm das mais diversas regiões do País, em ônibus, caminhões e comboios para engrossar as fileiras naquela região, vêm para criar problemas para aqueles que produzem.

Se os índios, se os silvícolas, se os nossos primitivos têm direitos, vamos buscar áreas propícias, áreas mais condizentes com a cultura daquela gente, para que os nossos colonos continuem produzindo, Sr. Presidente e Srs. Deputados, com harmonia e com tranquilidade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Francisco de Assis, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS - Sr. Presidente, colegas Deputados, funcionários desta Casa, pessoas que acompanham esta sessão, venho hoje a esta tribuna porque ontem, na sessão da Câmara de Vereadores de Joinville, da qual já tive honra de participar como Vereador, foi apresentada uma moção pela Vereadora do PP, Carmelina Barjona, por sinal minha conterrânea, pois nasceu em Imaruí, repudiando o descaso do Governo do Estado com as escolas públicas estaduais situadas na minha cidade, Joinville, no total de seis, pela interdição que estão sofrendo, com prejuízo para as crianças, para os alunos.

A Vereadora Carmelina Barjona, reeleita, que tem uma boa atuação naquela Câmara, com certeza, é conhecedora do assunto porque é professora. Ela apresentou a moção, a qual ainda não tive acesso, e na mesma sessão um Vereador do PMDB, que já tentou por algumas vezes ser Deputado, mas foi sempre derrotado porque tem voto apenas para Vereador, mas é insistente, ocupou a tribuna, Deputado João Henrique Blasi (ele é do seu Partido, mas é um derrotado, e se não chegou é porque não tem mérito e o povo de Joinville sabe que não é um bom Parlamentar, pois se fosse já teria conseguido, pois se candidatou por várias vezes), tentando desqualificar o nosso trabalho disse: "O que o Deputado Francisco de Assis está fazendo em Florianópolis?".

Ora, como um Vereador, que sabe qual é o papel de um Parlamentar, que é o de legislar e fiscalizar, cobra de um Deputado ações que devem ser do Governo dele, do Governo do PMDB, do Sr. Luiz Henrique da Silveira, que é da sua cidade e que foi Prefeito de Joinville? Esse Vereador tem que ser desmascarado! A sociedade joinvilense tem que saber quem são as pessoas desleais, injustas, que não sabem fazer política e que querem depositar a culpa em quem não tem, quando deveriam culpar o seu Governador, o Sr. Luiz Henrique pelo descaso com a segurança, com a educação, com os funcionários públicos.

Por que esse Vereador do PMDB não fala isso do Governo do Estado? Por que ele não vai para a tribuna e tem a honra e a humildade de dizer: O meu Governo, do PMDB, está fazendo esse descaso com a minha cidade.

Então, é lamentável que um Parlamentar despreparado, que não tem qualidades, porque se tivesse já teria conseguido chegar a esta Casa, e se não chegou é porque não tem preparo, porque é desqualificado, como tem demonstrado, utiliza a tribuna para atacar um colega, quando esse não está lá para se defender. É lamentável que nos quadros do PMDB ainda existam pessoas que conseguem, à custa de muito dinheiro, uma vaguinha para ser Vereador em Joinville. Esta é a realidade.

Infelizmente, esse cidadão não tem a humildade de criticar o seu Governo, o Governo de Luiz Henrique da Silveira. Daqui para a frente vamos começar a denunciar todas as questões que o Governador está deixando de fazer, não apenas em Joinville, mas em todo o Estado de Santa Catarina, porque é dessa forma que nós estamos sendo tratados naquele Município.

Nós estamos aqui trabalhando todos os dias, apresentando projetos, ajudando, mostrando caminhos para melhorar a sociedade catarinense, mas muitas vezes são vetados pelo Governador. Temos que dizer isso, claramente, para a sociedade, porque essas pessoas, que não têm caráter, que não têm dignidade, não podem representar um povo na Câmara de Vereadores, como esse sujeito vem fazendo em Joinville.

Mas nem tudo, Sr. Presidente, é má notícia. Na mesma área da educação, quero dizer desta tribuna, para fazer um contraponto ao descaso desse Parlamentar joinvilense, que, na nossa cidade de Joinville, uma escola pública foi premiada pelo MEC com o título de segunda melhor escola do País, entre dez.

Estou apresentando uma moção, Sr. Presidente, no dia de hoje, e peço licença para lê-la, assim como também depois, no horário definido, colocá-la em discussão e votação, para que nós possamos aprová-la. A moção enaltece e parabeniza a direção da escola por esse bellissimo trabalho que está sendo feito.

(Passa a ler)

"Considerando que a escola participa da história de Joinville há mais de 30 anos, desde 29/03/1972, contribuindo assim para o crescimento intelectual e cultural da sociedade joinvilense e catarinense;

Considerando que a atuação dedicada e esforçada da equipe de pais, professores, alunos e demais funcionários levou a Escola Anna Maria Harger a receber o prêmio da segunda melhor escola pública do País, concedido pelo MEC - Ministério da Educação e Cultura;

Considerando que foi a única escola de Santa Catarina a receber notória gratulação - segunda colocada no ranking das dez melhores escolas públicas do Brasil e com divulgação em nível nacional, inclusive com matéria na revista Veja desta semana, elevando a todos os catarinenses;

Considerando que a Escola atende 925 alunos de 1ª a 8ª séries e dos 33 professores que constituem o corpo docente, 30 têm curso de pós-graduação..."

Quero dizer que a Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, aprovando esta moção, parabeniza a Direção da Escola Anna Maria Harger e toda a equipe pela grande conquista e pelo trabalho que vêm realizando no resgate e no gosto da leitura.

Faço isso porque, sendo joinvilense e tendo uma escola do Município recebendo tamanha gratulação e reconhecimento do MEC por esse trabalho, tenho o dever e a obrigação, Deputado Antônio Carlos Vieira, de fazer aqui o registro e o pedido para que seja aprovada, pelos 40 Deputados, essa moção, reconhecendo esse bellissimo prêmio.

Então, nem tudo, apesar de alguns não quererem, é má notícia. Existem, sim, coisas positivas, coisas boas, que sempre faço questão de trazer a esta tribuna, tanto do Estado como da minha cidade e do Brasil, por que não.

Parabenizo toda a equipe da Escola Anna Maria Harger, de Joinville, pelo bellissimo trabalho que vem fazendo na nossa cidade, pelas crianças dos trabalhadores de Joinville, que aprendem nos bancos escolares a ter uma vida digna, ética, cidadania, porque é a partir da escola que se aprende tudo o que vai servir para o resto de nossas vidas. As escolas de Joinville, de maneira geral, estão dando esse parabéns.

Com certeza a Escola Anna Maria Harger não está sozinha nesse contexto. Todas as demais escolas públicas de Joinville têm bons profissionais e caminham para ter essa excelência na educação, que é o objetivo da educação no Estado, no Brasil e, por que não, na nossa cidade.

Parabéns, mais uma vez.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Registramos, com muita alegria, a presença, no Plenário desta Casa, da Sra. Léa Lopes, vice-Prefeita de Imbituba, que muito nos honra com a sua visita. Seja bem-vinda.

Com a palavra o Sr. Deputado Sérgio Godinho, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO GODINHO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, funcionários desta Casa, povo catarinense, Deputados Antônio Carlos Vieira, Celestino Secco, Joares Ponticelli, Reno Caramori, Francisco de Assis, Francisco Küster, Pedro Baldissera, João Henrique Blasi, Dionei Walter da Silva, Afrânio Boppré e grande Presidente desta Casa, Deputado Julio Garcia, é a primeira vez que assomo à tribuna de forma mais *light*, mais tranqüila, reportando-me e fazendo considerações com relação à minha passagem na Secretaria de Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente.

Agradeço ao Governador pelo convite que me fez, pois tive a oportunidade, Deputado João Henrique Blasi, de conhecer um pouco o serviço público, de trabalhar com as questões sociais do Estado de Santa Catarina e de conhecer e trabalhar, também, com as questões relativas ao meio ambiente.

Foi um momento importante, foram oito meses de aprendizado, de conhecimento, e agradeço muito ao Governador por esta oportunidade, como também aos funcionários daquela Secretaria, que tiveram comigo todo carinho e toda compreensão para que eu pudesse, nesses oito meses, ter aquela Secretaria sob a minha responsabilidade.

Volto a esta Casa, após oito meses, para continuar o meu trabalho na Assembléia Legislativa. E tão logo voltei, pedi à Liderança do nosso Partido, Deputado Narcizo Parisotto, para que eu pudesse fazer parte da Comissão de Meio Ambiente. Abrindo mão de uma vaga que nós teríamos na Mesa, eu serei o Presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente, e com isso vou dar, meu querido Deputado Francisco Küster, continuidade àqueles trabalhos que nós estávamos fazendo na Secretaria, ou seja, os trabalhos referentes ao meio ambiente, com os quais nos identificamos muito, trabalhos que começamos dentro da Secretaria e que poderemos aqui dar continuidade.

Dentre eles, eu destaco um trabalho muito grande que ocorrerá no Brasil, que é a VIII Conferência de Biodiversidade Biológica e também o III Encontro do Protocolo de Cartagena. Ontem, inclusive, eu estive em Brasília para mais uma vez lutar por esse evento.

Essa VIII Conferência, que é o COP-8, será um evento de uma magnitude incrível, comparado somente à Eco-92. Estarão participando desse evento, em Florianópolis, 190 países, os quais discutirão o tema da biodiversidade e o da segurança biológica, reunindo mais ou menos cinco mil pessoas.

Eu digo Florianópolis, porque estou contando que seja escolhida a Capital de Santa Catarina para sediar esse evento. Nós estamos concorrendo com Curitiba. Nós tínhamos cinco cidades em que gostaríamos de sediar esse evento. Como três já foram eliminadas, nós estamos, hoje, apenas com duas cidades: Florianópolis e Curitiba.

Ontem, em Brasília, eu estive no gabinete da Senadora Ideli Salvatti, a qual está sendo a nossa ligação, juntamente com a Secretaria de Articulação Nacional, para que esse evento ocorra na cidade de Florianópolis, evento esse que trará para Santa Catarina o tema, Deputado Joares Ponticelli, da biodiversidade e também o da segurança da biológica.

Então, será um encontro magnífico, será um encontro que, além de trazer para cá milhares e milhares de pessoas, fará com que Santa Catarina e Florianópolis sejam divulgadas para o mundo. Será a maior oportunidade que teremos, em Santa Catarina, de mostrar as nossas potencialidades, de mostrar a nossa estrutura para eventos dessa natureza. E também este Estado, que vai sediar o evento, que é um Estado de uma biodiversidade muito grande, tem também como tema pontual, em nosso Estado, a preservação da nossa biodiversidade.

Então, isso será para nós um motivo de orgulho, um motivo de muita satisfação a conquista desse evento. E a situação em que se encontra, hoje, é que a Ministra, até o final do mês, vai definir, Deputado Francisco Küster, a cidade que irá sediar esse encontro, ou seja, a VIII Conferência de Biodiversidade.

Então, essa conferência, repito mais uma vez, é de uma importância muito grande para o turismo, para o meio ambiente e para o País. E a conquista, a escolha do Brasil deu-se por ocasião da VII Conferência de Cartagena, onde a Ministra fez um apelo para que a VIII Conferência fosse realizada em nosso País. E na Comissão de Turismo e Meio e Ambiente, em que eu seria o Presidente, coloquei da importância desse evento em favor do turismo, da sua necessidade e também da capacidade e da estrutura da rede hoteleira de Santa Catarina. E, provavelmente, Florianópolis irá sediar o evento, porque nós estamos lutando para que isto aconteça.

Florianópolis tem, hoje, uma estrutura hoteleira de quase 30 mil leitos; em cerca de dez quilômetros de território, nós temos essa estrutura de hotelaria. Nós temos uma estrutura no aeroporto internacional, no qual nós vamos fazer uma sala Vip, já cedida pela Codesc, ao lado do aeroporto. Será uma sala grande, com uma estrutura básica para receber todas essas 196 autoridades desses países que virão para cá.

Então, teremos uma sala Vip, estruturada, montada, dentro do hangar da Codesc, cedida pela Codesc, e esse hangar vai completar, de uma forma magnífica, a estrutura onde iremos receber os convidados para esse evento. Eles terão entrada e saída privativa com toda a segurança.

Assim sendo, seremos também contemplados, em Florianópolis, pelo magnífico Centro Sul, que é um centro de eventos que permite que as pessoas possam locomover-se do aeroporto até ele em apenas dez minutos. Temos a condição de, no caso de alguma emergência, em caso de segurança máxima ou numa situação de algum transtorno, fazer o transporte marítimo do Centro Sul até o aeroporto.

Florianópolis é uma cidade que tem também, além dessa estrutura da rede hoteleira, aeroporto e centro de eventos. Com isso, nós temos quase certeza, Deputada Ana Paula Lima, de que poderemos sediar esse grande evento, comparado à Eco-92, do COP-8, que é um evento das partes, um evento que foi instituído a partir da Eco-92, criando-se esse referendo para que os países se reunissem, de tempo em tempo, para discutir as questões ambientais.

Então, esse COP-8, que é um evento de Biodiversidade, essa VIII Conferência de Biodiversidade Biológica, Deputado Pedro Baldissera, acontecerá, queira Deus - esse é o apelo que estamos fazendo ao Governo Federal e à Ministra, no sentido de que definam em favor de Santa Catarina -, trará benefícios para todos nós, para o turismo, para as questões do meio ambiente, onde teremos a participação de todas as universidades catarinenses, a participação do Ibama de Santa Catarina e também de Brasília, mas pontualmente do Ibama do nosso Estado; teremos a participação efetiva da Universidade Federal de Santa Catarina e teremos a participação da Fatma na organização desse evento magnífico.

Nós criamos uma comissão pró esse evento, na Assembléia Legislativa, presidida por este Deputado, que compõe todos esses organismos, essas entidades que citei - Governo do Estado, Prefeitura Municipal, Udesc, Universidade Federal, entidades hoteleiras, Convention e Visitors Bureau e todas as CDLs.

Então, todas aquelas entidades organizadas com relação ao comércio, à indústria, à rede hoteleira estão participando dessa comissão em prol de uma organização decente, no sentido de se fazer aquilo que prometemos, que assumimos como compromisso quando preenchemos um *check-list* e o levamos até a Ministra, que é a resposta de tudo aquilo que o Governo Federal solicitou, de tudo aquilo que a ONU, mais precisamente, solicitou.

Esse evento é um evento organizado e coordenado pela ONU. Então, exige-se um compromisso, exige-se o cumprimento e a resposta do *check-list*, no sentido de que o Governo do Estado e o Governo Municipal se comprometam em sediar esse evento. E creio que será realizado em Florianópolis.

Quero também ressaltar aqui que esta Casa fez uma moção, aprovada pelo Deputado Narcizo Parisotto, à Ministra, pedindo o deferimento para que esse grande evento fosse realizado na Capital do Estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, a Sra. Deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. Presidente, quero registrar, com muita satisfação, nesta Casa, a visita do Prefeito de Rio do Oeste, Odeni Belisário, do Partido dos Trabalhadores, e também do Vereador do Rio do Oeste, Humberto Pessati.

Sejam muito bem-vindos à Casa do Povo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Baldissera) - Passaremos aos horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o Deputado Francisco Küster, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER - Sr. Presidente, Deputado Pedro

Baldissera, Sra. Deputada, Srs. Deputados, senhores que nos assistem, telespectadores da TVAL, quero, nesta manhã, em primeiro lugar, fazer, mesmo que *en passant*, um rápido comentário em torno da importância do espaço conquistado pelo meu conterrâneo, Deputado Sérgio Godinho, na Comissão de Turismo e Meio Ambiente. O Deputado Sérgio Godinho destacou-se, quando da sua passagem pela Secretaria, num cargo do Executivo, pela luta em torno das causas ambientais.

Indiscutivelmente que o meio ambiente vai monopolizar os grandes debates no mundo todo, nos próximos anos. São as guerras. Mas o sanguinário Bush não vai ficar muito tempo, são só quatro anos. Esperamos que diminua o ritmo das guerras. Agora, as questões ambientais, esse debate é de fundamental importância e de inteira responsabilidade de quem tem algum tipo de responsabilidade com a sociedade.

E quero cumprimentá-lo, Deputado Sérgio Godinho, pela condição dessa comissão, a qual já antevemos exitosa porque conhecemos o seu dinamismo.

Os países mais desenvolvidos do mundo, à exceção dos americanos, aderiram ao Protocolo de Kioto, que é um grande avanço, uma coisa extraordinária para a humanidade, porque as gerações vindouras dependem muito da nossa responsabilidade no presente, na condição dessas questões.

Ato contínuo, quero congratular-me com a Escola Ana Maria Harger pela honraria conferida, alvo aqui do pronunciamento do Deputado Francisco de Assis. Conheço algumas pessoas que militam naquela escola. E também, de igual forma, quero fazer coro ao registro da presença da vice-Prefeita de Imbituba, Sra. Léa, uma liderança extraordinária naquele Município. Ela é vice do Prefeito Beto, que é do PSDB.

E, por último, Sr. Presidente, quero falar da necessidade da reforma política. Eu começo pelo que foi aquela coisa tragicômica a eleição do Presidente da Câmara. Não pela eleição do Deputado Severino Cavalcanti. Em absoluto! Tenho respeito pelo Deputado Severino Cavalcanti que, para os seus amigos, é mais conhecido como Severino Xique Xique. Mas ele é um obstinado. Ele procurou, perseguiu, obstinadamente, e chegou lá, apesar do processo em si, um processo envelhecido, rançoso, num ritmo esclerosado de atuação na Câmara dos Deputados. E aqui faço uma afirmação de inteira responsabilidade nossa. Não fora o instituto das famigeradas medidas provisórias, o Governo brasileiro estaria literalmente parado; o Governo Federal estaria parado, tal o ritmo dos trabalhos na Câmara dos Deputados.

A eleição para a Presidência da Câmara, com quinhentos e poucos eleitores, foi uma noite inteira de um processo lento, cheio de equívocos, que mais parecia um espetáculo circense, voltado para oportunizar a pessoas versadas aos cambalachos promoverem nas internas grandes negociatas. Não sei se houve, mas pelo que assistimos na televisão, que foi de cansar, podíamos imaginar o que estava ocorrendo nos bastidores, o que estava ocorrendo em nível de bastidores.

Portanto, a Câmara dos Deputados precisa urgentemente passar por uma sacudida interna, por uma reforma interna. Mas eu acho que o que vai fazer com que isso efetivamente aconteça será a reforma política, que é um imperativo de necessidade para este País. É preciso dar consistência aos Partidos Políticos, fazer com que os Partidos sejam verdadeiramente a organização para permitir a construção de projetos voltados para os

anseios da sociedade. Que o político, que o eleito, que o Parlamentar, que o detentor do mandato exerça o mandato do Partido. É preciso que o mandato seja do Partido. Ai as coisas acontecerão com mais responsabilidade.

Se o Congresso Nacional não fizer essa reforma política e se o Governo Federal, se o Presidente Luís Inácio da Silva, não der um empurrão na reforma política, se ele não fizer isso, ela não sai. Se ele fizer, é até possível que saia a reforma política.

Com certeza absoluta o Governo Federal está cometendo um grave equívoco em não aproveitar a oportunidade para a realização de uma grande, de profunda reforma política, que dê consistência aos Partidos Políticos, que atribua mais responsabilidade ao detentor do mandato, porque o mandato dessa feita passará a ser do Partido, com a introdução de outras inovações, e talvez, aí, implante-se o financiamento público, porque está ficando cada vez mais difícil disputar uma eleição.

Hoje dei uma entrevista dizendo que persistindo a situação atual, não tenho mais condições de ser candidato a nada, porque as eleições estão muito caras e cada vez mais candidatos mais afortunados se apresentam. Então, com o financiamento público, nós teremos no mínimo um freio ético a essa ganância no período eleitoral.

Quanto à adoção da lista, eu não sei se é o melhor remédio, mas é um avanço, indiscutivelmente que é, porque aí o eleitor vai votar no Partido, Deputado Reno Caramori. O eleitor votará no Partido, porque o mandato será do Partido. E outros avanços haverão de ocorrer, se essa reforma efetivamente acontecer. Espero que o Presidente Luís Inácio Lula da Silva acione todo o poderio que hoje ele detém, para fazer com que os que o seguem ajudem na efetivação dessa reforma política. É claro que se o Governo Federal não desejar, ela não vai sair. Mesmo assim, se sair, ela vai sair com alguns casuísmos, mas com certeza absoluta será bem melhor do que a realidade que estamos tendo hoje.

Por isso, tenho uma preocupação muito grande, eis que, se tiver que acontecer a reforma política, terá que ser imediatamente, terá que iniciar imediatamente, porque, senão, a partir do segundo semestre, teremos o início do calendário eleitoral do próximo ano. São os prazos de filiação, que são de 12 meses antes da eleição do próximo ano, e aí dificilmente vai acontecer. Em não acontecendo agora, estaremos perdendo uma grande oportunidade de aprimorar o processo político-eleitoral do nosso País e de dar uma contribuição para a consolidação da democracia, que é evidentemente uma obra inacabável.

Persistindo a situação atual, o festival de mudanças parlamentares, Deputado, eis que saem de um Partido, vão para outro, depois voltam, enfim, é um festival de mudanças, acontecerá um descrédito da classe política muito grande. E se o mandato for do Partido, ele até pode sair, tem todo o direito de sair, mas o mandato fica com o Partido.

Imaginem tudo o que aconteceu na véspera da eleição da Presidência da Câmara. E até quero fazer um registro do respeito que eu tenho pelo Deputado Greenhalgh, pela sua história, advogado de presos políticos, uma figura extraordinária, que pagou um tributo muito alto. Não me atrevo a comentar mais nada, porque é uma questão interna do Partido dos Trabalhadores. É evidente que um Partido que tinha dois candidatos em uma Casa e que dependia do apoio de outros Partidos não poderia ter tido um resultado diferente.

Já tivemos no PSDB, Deputado Reno Caramori, três Deputados candidatos à Presidência da Assembléia Legislativa. Se tivéssemos nos fixado em um candidato naquela oportunidade, teria sido ele o Presidente. Mas de repente tínhamos três Deputados, e um não abria mão para o outro. É uma impertinência absurda, descabida.

Acho que a reforma política vai ensinar que a Câmara dos Deputados se modernize, porque ela parou no tempo, ela engessou, esclerosou. Imaginem votar um projeto importante naquela Casa!

Sr. Presidente, aí encerro como comecei, dizendo que tenho a convicção de que se não fossem as medidas provisórias tão condenáveis, o Governo Federal estaria parado, porque, se dependesse da deliberação na Câmara dos Deputados, não aconteceria absolutamente nada de bom. Porque fica um passo para frente e dois, três para trás. Então, a Câmara dos Deputados precisa sofrer uma sacudida, uma reforma, uma reestruturação interna, para que possa agilizar e responder às demandas da sociedade brasileira.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o Deputado João Henrique Blasi, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sr. Presidente e Srs. Deputados, tenho ouvido com frequência pela mídia, e também desta tribuna, manifestações, as mais diversas, a respeito do poder de veto que é constitucionalmente deferido ao Governador do Estado.

Esse veto não é uma invenção de agora. Esse veto é um instrumento que faz parte do regime democrático e que vem ao encontro daquela idéia inicial, intuída há muitos séculos por Rousseau e sistematizada por Montesquieu, assentada no princípio da tripartição dos Poderes. Ou seja, como nenhum Poder pode tudo, é preciso que haja a divisão de poderes entre eles.

Nesse sentido situa-se também o processo legislativo, com o seu sistema de freios e de contrapesos. Vejamos, por exemplo, a questão da medida provisória. No regime autoritário de outrora, de triste memória, havia os decretos lei. E o decreto lei o que é que era? Uma excepcionalidade conferida ao Presidente da República, de baixar ele próprio um decreto lei, com força de lei, prescindindo, dispensando a apreciação do Poder Legislativo. Ou seja, uma excepcionalidade em que se desconsiderava a função de um Poder, o Legislativo, e o Presidente da República, aí sim, Deputado Afrânio Boppé, de plantão, exercia ele próprio o Poder Legislativo.

Quanto à medida provisória, não! A medida provisória é também um instrumento da essência do regime democrático. Podemos até criticá-la, às vezes, pela pouca parcimônia, pelo excesso no uso ou pelo descabimento nesse ou naquele caso que não tinham a relevância e a urgência exigidas. Mas a medida provisória, baixada com força de lei, precisa necessariamente ter o referendo, precisa imperativamente ter a chancela do Poder Legislativo. E de igual modo, ao contrário senso, ocorre no processo legislativo ordinário, em que o Poder Legislativo se desincumbe dessa missão e elabora um projeto de lei, que pode ser de gênese sua, do Poder Executivo, de outro Poder ou de outra instituição, conforme catalogado pela Constituição. Mas confere ao Chefe do Poder Executivo a possibilidade, dentro desse contexto, de um sistema de

freios e contrapesos de poder ele exercer o direito de veto, ou seja, nenhum Poder pode tudo sozinho, há que haver um equilíbrio na relação dos Poderes.

Nobre Pares, o Chefe do Poder Executivo Estadual, a teor do art. 54 da nossa Constituição, detém o poder de veto, podendo fazê-lo sem considerar que a matéria, ou o projeto aprovado, tem eiva de inconstitucionalidade ou é contrária ao interesse público. Então, o Governador tem não apenas o direito como também o dever de, ao deparar com um projeto de lei e nele vislumbrar alguma inconstitucionalidade ou contrariedade ao interesse público, exercer o veto, opor o veto ou, ainda, apor o veto, como preferem alguns. Não significa dizer que a manifestação governamental através do veto signifique uma diminuição detrimetosa ao Poder Legislativo, de modo algum. É antes, pelo contrário, o exercício de um dever de alguém que, examinando o texto, considerou-o contrário à Constituição ou ao interesse público.

Nós vamos, nos próximos dias, enfrentar aqui, na Assembléia Legislativa, diversos vetos, colocados pelo Sr. Governador, e vamos examiná-los como esta Casa tem feito até o presente momento. Agora, o que não se pode é querer acoirar um governante de ilegítimo, de arbitrário e autoritário, por fazer aquilo que é da sua obrigação, ou seja, vetar uma matéria por nela vislumbrar inconstitucionalidade ou contrariedade ao interesse público.

O Sr. Deputado Sérgio Godinho - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Pois não!

O Sr. Deputado Sérgio Godinho - Eminentíssimo Deputado João Henrique Blasi, eu estou na condição de aprendiz nesta Casa, mas existem momentos que alguma decisão do Governo extrapola a razão.

Em Santa Catarina morrem cerca de duas a três crianças, por ano, eletrocutadas por eletrificação de casas ou cercas, que são feitas arbitrariamente, por algum morador que energisa a sua cerca ou o seu portão, tentando impedir, Sr. Presidente Deputado Julio Garcia, que o ladrão roube a sua propriedade.

Nós fizemos aqui, nesta Casa, e foi aprovado por unanimidade, o projeto de lei que regulamenta essa questão da eletrificação de residências, eis que de duas a três crianças morrem por ano, Deputado Celestino Secco, porque os moradores eletrificam as cercas e os portões das casas. Como uma medida de segurança colocam energia, Deputado Reno Caramori, de 220 volts no portão, para inibir a ação de ladrões.

Esta Casa aprovou um projeto de lei, de minha autoria, regulamentando e remetendo isso ao Crea, para que seja criada uma maneira de organizar essa eletrificação de cercas, que teve aqui hoje um veto do Sr. Governador do Estado.

Essa é apenas uma colocação minha: vão continuar morrendo de duas a três crianças, pelo veto do nosso Governador. E o PTB apóia, o PTB trabalha com o Governador, e temos aqui um veto assinado por Sua Excelência, que recebi hoje pela manhã.

Pontualmente é uma situação que V.Exa., que é o Líder do Governo, está colocando. E o PTB apóia o Governo, votou com o Governo, mas isto aqui extrapola a razão dos fatos, pois duas ou três crianças vão continuar morrendo no Estado de Santa Catarina porque não existe uma lei que regulamente essa questão da eletrificação de residências e cercas.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Deputado Sérgio Godinho, o veto governamental, neste caso, deveu-se a uma questão de competência, em que no elenco de atribuições de competências dadas ao Estado, enquanto órgão da Federação, para legislar, não se encontra nenhuma que permita ao Estado legislar nesta matéria, sobre eletrificação, por exemplo.

Por esta razão, o Sr. Governador não teve outra alternativa, a não ser a de vetar. E o veto apostado a este projeto de lei evidencia a impessoalidade de que quaisquer matérias, independente de onde venham, sejam elas de Deputado de Oposição, sejam elas de Deputados que emprestam apoio político ao Governo, são invariavelmente vetadas à luz do mesmo entendimento. E foi o que aconteceu com V.Exa. Ou seja, não se pode considerar de quem partiu o projeto. Há que se considerar se ele é inconstitucional - e foi o que aconteceu neste caso. E daí cabe ao Sr. Governador, repito e concluo, não o direito, mas o dever de promover o necessário voto.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o Sr. Deputado Celestino Secco, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO CELESTINO SECCO - Sr. Presidente, Sra. Deputada e Srs. Deputados, antes de adentrar ao tema que desejo abordar, quero dizer que recebi há pouco a notícia, pelo Deputado Sérgio Godinho, de que na sessão de abertura, na terça-feira, integrantes do Governo do Estado chamaram o fotógrafo para me fotografar, sob o argumento de que eu estava dando as costas para o Sr. Governador.

Os Srs. Parlamentares desta Casa sabem que faço Oposição, mas faço-a com o maior respeito às pessoas, às instituições e, especialmente, às autoridades legítimas e legalmente constituídas.

Quero afirmar agora que dei as costas para o centro do Plenário porque nessa posição estava o Coral da Assembléia Legislativa entoando o Hino Nacional e o Hino do Estado de Santa Catarina. Aos que desconhecem o protocolo oficial, permito-me dar-lhes uma pequena aula...

O Sr. Deputado Francisco Küster - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CELESTINO SECCO - Pois não!

O Sr. Deputado Francisco Küster - Antes de V.Exa. discorrer sobre essa questão do protocolo, já que é um profundo conhecedor dela, quero dizer que conheço bem o Governador Luiz Henrique da Silveira e que isso não é da sua índole. Talvez alguém fotografou aquele momento, mas não foi só V.Exa. que esteve naquela posição. Outros fizeram coro à posição protocolar adotada por V.Exa.

Então, quero crer que houve um mal-entendido, uma má interpretação, pois isso não é da índole do Sr. Governador. E V.Exa. desfruta do mais profundo respeito por parte de todos os Srs. Deputados, pela forma séria e responsável com que conduz o seu trabalho, fazendo Oposição firme, mas com muita responsabilidade.

Era este o meu registro, Sr. Deputado!

O SR. DEPUTADO CELESTINO SECCO - Muito obrigado, Deputado. Mas quero dizer que o Deputado Sérgio Godinho ouviu claramente a orientação para fotografar o Deputado Celestino Secco, que estava de costas para o Governador. Evidentemente que não estou dizendo que foi a orientação do Governador, até porque ele estava aqui em cima. Eu falei integrantes do Governo.

O Sr. Deputado Sérgio Godinho - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CELESTINO SECCO - Pois não!

O Sr. Deputado Sérgio Godinho - Como eu estava dizendo a V.Exa., a pessoa que falou esse fato, que foi verídico - e outros também presenciaram -, eu não sei se foi um funcionário do Governo. Mas alguém correu e pediu que a sua postura e a de outros Deputados fossem fotografadas. Eu achei até cômico isso e na hora entendi que V.Exa. olhava para o Coral, que estava dando uma atenção especial ao Coral. Mas eu tenho certeza de que não era um integrante do Governo, porque eu desconhecia a pessoa que chamou a atenção sobre isso.

Era isso que eu queria explicar a V.Exa.!

O SR. DEPUTADO CELESTINO SECCO - Eu desejo concluir, informando que o Protocolo Oficial Brasileiro determina o seguinte: quando a música for instrumental, o participante da solenidade deve voltar-se à Bandeira Nacional ou à Bandeira do Estado. Quando a música, o Hino Nacional ou o Hino do Estado for executada ou cantada - e o executando do hino é, para os símbolos da Nação, tão forte quanto a Bandeira -, o cidadão deve ficar de frente ao executante do hino. E foi isso que fiz.

Portanto, os que desconhecem o protocolo, deveriam se informar antes de ir bater uma fotografia.

Este era apenas um registro que desejava fazer. E quem sabe de ora em diante toda vez que eu ficar de costas para alguém, não considerem nem descortesia nem falta de respeito, mas apenas respeito à regra, que não fui eu que escrevi, do protocolo nacional.

Mas hoje, em nome do Partido, devo refazer um pequeno passo do que aconteceu, em especial, na sexta-feira da semana passada. O Deputado João Henrique Blasi, que é um extraordinário advogado e jurista, talvez conheça - e seguramente conhece - muito mais do que este ou de qualquer outro dos Srs. Deputados, o que seja ativismo judicial.

O ativismo judicial se constitui numa decisão, numa deliberação do Juiz sobre uma causa, calçada, baseada, fundamentada na sua visão ou na sua convicção de natureza política e não com base na lei. Ou seja, estabelece o direito, ao invés de fazer cumprir o direito. Não sei se extrapolo um pouco na avaliação do que seja o ativismo judicial, mas basicamente é isso.

Na sexta-feira da semana passada, penso que os Parlamentares praticaram aqui um pouquinho de ativismo judicial, quando, não com base na Constituição, não com base na lei - porque o próprio Ministério Público e a própria Procuradoria-Geral da Assembléia, estudiosos dos muitos projetos que para cá foram encaminhados para a análise num curtíssimo espaço de tempo, apontaram inconstitucionalidades e ilegalidades sobre essa condição que o Parlamento tem como primeira análise, e obrigatória, a análise da inconstitucionalidade, da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da eficiência, da moralidade e da regimentalidade -, desconsideraram e praticaram aqui efetivamente uma votação não com base na lei, na Constituição, mas numa visão política ou numa determinação política.

A força de uma instituição está muito mais na sua capacidade de articulação do que na imposição. E penso que esta Casa perdeu a grande oportunidade da demonstração da sua força, do seu dinamismo e do

seu necessário cumprimento, quando deixou de lado essa capacidade de articular para receber a vontade política da introdução de uma outra instituição que, usando do seu caráter de força, fez com que praticássemos o tal ativismo judicial.

A integração institucional é absolutamente necessária, mas não foi o que vimos aqui na convocação extraordinária. Não houve aqui uma integração institucional que nos levasse para uma convergência de normas para que ela nos coordenasse não para competirmos, mas para darmos a Santa Catarina um arcabouço jurídico para um melhor serviço público.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Partido dos Trabalhadores.

Com a palavra o Deputado Dionei Walter da Silva, por até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, senhores que nos visitam e telespectadores da TVAL, neste ano, nesta nova retomada dos trabalhos após a turbulência do período extraordinário, nós começaremos a discutir e a vislumbrar os trabalhos que cada um dos Srs. Deputados apresentarão nas Comissões.

Nós, da Bancada do PT, a partir deste ano, estaremos com quatro Comissões. Vamos estar com a Presidência da Comissão de Legislação Participativa, cuja proposta de criação foi de minha autoria e aprovada pelos Srs. Deputados e que terá o Deputado Francisco de Assis na Presidência.

E vejamos que essa é uma Comissão de fundamental importância no trabalho de aproximação do Legislativo, conhecido como Casa do Povo, mas que muitas vezes dificulta o acesso do povo diretamente no processo legislativo. E com essa Comissão nós simplificamos e criamos um verdadeiro canal para que a sociedade, através das suas entidades representativas, possa legislar, possa fiscalizar, possa convocar autoridades, possa propor emendas. Ou seja, todo o trabalho legislativo pode ser exercido diretamente pela sociedade.

O Sr. Deputado Francisco de Assis - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Pois não!

O Sr. Deputado Francisco de Assis - Deputado Dionei Walter da Silva, quero parabenizá-lo por termos na Assembléia Legislativa essa Comissão de iniciativa de V.Exa., talvez a Comissão mais democrática que a Assembléia já teve em toda a sua história. Por que é a mais democrática? Porque permite que a sociedade catarinense, de forma organizada, através de todas as entidades organizadas do nosso Estado, possa apresentar sugestões, projetos, proposições em todos os sentidos, desde um pedido de informação até uma indicação. Dessa forma, uma Comissão que permite isso, que tira a necessidade de ter os 5% de assinaturas para que a sociedade possa apresentar um projeto, sem dúvida alguma é a Comissão mais importante, mais democrática da Assembléia.

Eu vou ter a honra, depois de criada, onde V.Exa. foi o primeiro Presidente, de presidir essa Comissão, se não houver aqui um Severino Cavalcanti, como V.Exa. andou citando. Mas tudo indica que pelo acordo feito entre as Bancadas, eu vou ter a honra de

presidir essa importante Comissão da Assembléia Legislativa. E conto com V.Exa. para divulgar essa Comissão lá fora, porque é importante que a sociedade catarinense, Deputado Dionei Walter da Silva, saiba que ela existe, até para que tenha uma demanda bastante grande, para que apareçam muitas sugestões e que possamos fazer um bom trabalho, como V.Exa. fez no primeiro ano.

Era esse o meu aparte, mais para parabenizá-lo pela iniciativa, pela idéia, porque vem democratizar ainda mais o trabalho na Assembléia Legislativa.

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Muito obrigado, Deputado!

A outra Comissão que estaremos presidindo, juntamente com o Deputado Afrânio Boppré, é a de Trabalho, Administração e Serviço Público. É uma Comissão que terá pela frente um grande trabalho, porque este Governo já mostrou que a discussão sobre os servidores públicos é muito setorizada, muito discriminada, e nós precisamos fazer a verdadeira discussão, fazer a articulação com os servidores e com as suas entidades representativas. E ainda a Comissão de Finanças será presidida pelo Companheiro Wilson Vieira, que também tem um grande trabalho pela frente.

Nós precisamos fazer, de fato, com que a participação popular, que acontece através do Orçamento Regionalizado, seja cada vez mais garantida através da legislação, para que o Governo tenha a obrigação de cumprir aquilo que foi deliberado. Precisamos garantir uma democracia, uma participação cada vez maior, principalmente o verdadeiro acompanhamento pelos Srs. Deputados da execução orçamentária e a fiscalização dos atos do Poder Executivo.

A Comissão de Segurança Pública, que eu estarei presidindo este ano, também tem, frente ao histórico da Segurança Pública de nosso Estado, diversas reclamações, que aparecem na imprensa, da sociedade, dos próprios praças, dos sindicatos, inclusive o dos policiais civis, do acúmulo excessivo de boletins de ocorrências, que acabam não sendo investigados e de tantas e tantas ações, índices de violência, de criminalidade no nosso Estado, que precisaremos discutir com um olhar para a estrutura, mas com um olhar muito mais para a eficiência desses serviços, que precisa ser necessariamente a segurança do cidadão. E ter a visão e a compreensão de que a Segurança Pública não anda sozinha. Ela é reflexo, muitas vezes, da falta de ação do Estado em outras áreas, que acaba refletindo na violência, na exclusão, na insegurança, que vão, depois, congestionar os órgãos de repressão.

Estarei integrando ainda a Comissão de Saúde, uma Comissão que também tem um grande trabalho pela frente. Nós tivemos um Governador eleito com o discurso da descentralização, do fim da ambulancioterapia, e nós precisamos cobrar para que isso realmente saia do caderninho, do plano, e seja transformado em projeto, em ações, para que a sociedade tenha um atendimento mais regionalizado, mais próximo de suas casas, o que também irá ajudar no desenvolvimento do nosso Estado.

Estarei integrando ainda, onde já estive nos dois primeiros anos, a Comissão de Agricultura e Política Rural, que não é menos importante do que as outras. Já fizemos nessa Comissão um trabalho bastante grande, sob a Presidência do Deputado Mauro Mariani, nesses dois primeiros anos. Temos certeza de

que, na seqüência, sob a Presidência do Deputado Reno Caramori, também daremos continuidade a um trabalho de democratização ao acesso dos agricultores aos estímulos, aos financiamentos, aos incentivos que os Governos oferecem. Estaremos articulando, fortalecendo os movimentos desses agricultores para que cada vez mais, através da organização, consigam buscar o seu espaço, melhorar os serviços prestados aos agricultores. Tenho certeza de que muito já aconteceu nesses dois primeiros anos, inclusive, com visitas, com seminários que desenvolvemos, com audiências públicas as mais diversas e visita ao Ministério, exigindo, com documentos, comprovando as dificuldades. E muitas das soluções já aconteceram graças a esse trabalho.

Também estarei integrando, juntamente com o Companheiro Wilson Vieira, a Comissão de Finanças, voltando a discutir a questão da regionalização, que aqui já falei.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, quero dizer que nós acompanhamos durante esse período extraordinário várias discussões, através de parte da imprensa, através de alguns Srs. Deputados e através de muitas conversas que ouvimos nos corredores e mesmo na sociedade. Há uma distorção na discussão que se faz sobre o período extraordinário. Penso que a grande violência do período extraordinário, Deputado Joares Ponticelli, Deputado Djalma Berger, Deputado Sérgio Godinho, não é o pagamento pelo serviço realizado, sim, de forma extraordinária, porque era para estarmos aqui naquele período! Nós deveríamos estar em nossas bases! Nós deveríamos estar fazendo o nosso trabalho, como sempre fizemos e muitas vezes muito maior do que o trabalho aqui realizado! Respeito quem tem essa discussão, mas acho que não é esse o grande problema da extraordinária.

O grande problema é a figura da convocação extraordinária. Poderia ser gratuita ou paga ou triplicado o pagamento, mas a figura da extraordinária continuaria sendo e deveria estar sendo combatida, porque na convocação extraordinária, a grande violência, é obrigar que as votações aconteçam em menos de 30 dias, de projetos que transformam a estrutura do Estado, como transformaram os que aqui estão; projetos completamente inconstitucionais, como foram os aprovados aqui, e que vamos discutir, inclusive judicialmente. O Governo constrói uma maioria nesse período e passa o rolo compressor aqui nesta Casa.

Então, isso nós deveríamos discutir para acabar com essa figura. Não é democracia? Não é um Governo que se diz parlamentarista? Que respeita o Parlamento? Que respeite, então, o seu andamento normal! Vamos discutir esses projetos durante seis meses, um ano, dois anos, o quanto for necessário, mas não fazer essa violência, que é a convocação extraordinária, sem entrar no mérito do pagamento ou não. A violência está no instituto da extraordinária!

O Sr. Deputado Djalma Berger - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Pois não!

O Sr. Deputado Djalma Berger - Deputado, quero cumprimentá-lo pela sua participação nas Comissões. Tenho certeza de que a sua participação nas Comissões desta Casa vão ser tão boas ou até melhores do que o seu desempenho nas Comissões anteriores e até na CPI da Casan, quando V.Exa. fez um trabalho extraordinário naquele processo.

Com referência à convocação extraordinária, ela já é extraordinária, como o próprio nome diz, e tem que ser num período extraordinário e para um assunto extraordinário, que mereça uma velocidade diferente daquela do período ordinário de convocação desta Casa Legislativa.

Eu vejo também que o Parlamentar tem que estar junto à sua base, tem que estar ouvindo a sociedade pela qual ele foi eleito, pela qual ele tem uma responsabilidade de prestar contas do seu mandato, mas, acima de tudo, em determinados momentos de chamamento do Poder Executivo, acho que é uma obrigação dele. Tem que estar presente, evidentemente, e não pode negar de responder à sociedade o momento em que é convocado extraordinariamente para debater um assunto de tamanha relevância, de tamanha importância, quanto foi a reforma administrativa do Estado de Santa Catarina.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Pois não.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Obrigada, Deputado Dionei Walter da Silva.

Primeiramente, ironizando um pouco, eu vejo uma Mesa que foi eleita por unanimidade, com sete homens, e vejo apenas, Sr. Presidente Julio Garcia, V.Exa. sozinho à mesa, infelizmente!

Deputado Dionei Walter da Silva, também falando sobre a convocação extraordinária, V.Exa. e todos os Deputados sabem a minha posição. Não foi a primeira vez que devolvi aos cofres públicos o valor da convocação extraordinária. Eu penso que, nós, Deputados ou no mandato do Executivo, como somos eleitos pelo povo, temos que estar à disposição 24 horas. Nós somos os representantes do povo. Não merecemos receber extraordinariamente para estar a serviço do povo!

Concluindo, Deputado Dionei Walter da Silva, V.Exa. que assinou, juntamente com toda a Bancada do Partido dos Trabalhadores, pela redução do recesso Parlamentar, olha a ironia, em apenas 30 dias nós aprovamos ou rejeitamos quase 30 projetos mandados pelo Governador do Estado - uns bons, outros ruins, uns em dúvida -, mas há 12 meses, Deputado Dionei Walter da Silva, está engavetado na Comissão de Constituição e Justiça o nosso projeto de diminuição do recesso Parlamentar!

Então, nós temos que bater, temos que fiscalizar e temos que trazer para este Plenário para aprovar esse projeto, porque ele vai dar exemplo para todos os Municípios de Santa Catarina e também para todos os Estados do Brasil.

Eu fiquei surpresa, Deputado Dionei Walter da Silva, com uma manchete no jornal A Notícia, onde diz: "Deputada criticada por devolver salário extra". Essa crítica para mim é inconstrutiva e creio que para a opinião pública também foi muito boa porque devolvi aos cofres públicos o dinheiro.

Eu tenho um versículo bíblico que diz o seguinte: "O maior problema para o justo é que o seu comportamento atrapalha o funcionamento de uma sociedade injusta".

Muito obrigada!

O SR. DIONEI WALTER DA SILVA - Agradeço pelo aparte, Deputada Ana Paula Lima.

Creio que a discussão que faço, que não é pelo fim do recesso que vai resolver, nós podemos ter recesso de 30 dias e a figura da extraordinária, Deputado Julio Garcia, vai estar presente na Constituição. Nós poderemos ser convocados durante o recesso de 30 dias e obrigados, mais uma vez, a votar algo que não se sabe até que ponto é benéfico para a nossa sociedade. Alguns, sabemos, não vão ser benéficos.

Então, essa é a discussão que eu trago. O problema do instituto da extraordinária não acaba na discussão do recesso, não acaba na discussão do pagamento ou do não pagamento. Com pagamento ou sem pagamento o Governo vai ter esse instrumento à disposição e vai continuar essa violência, que é a convocação extraordinária, contra a democracia.

Essa é a discussão de fundo e é a discussão que nós precisamos, sim, aprofundar. A inviabilização, através de mecanismos maiores do que o simples pagamento deveria estar consignada para impedir a convocação de extraordinárias pelo Governo do Estado.

Eu quero cumprimentar o novo vice-Líder do Governo pela eficiência. S.Exa. já fez, hoje, inclusive, defesa preventiva, Deputado Celestino Secco, mas com brincadeira, lógico, mas parabéns...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Francisco Küster - Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Francisco Küster.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER - Sr. Presidente, o Deputado Dionei Walter da Silva é meu conterrâneo e meu amigo. Eu ia fazer uma intervenção me contrapondo ao pronunciamento dele, mas agora, por conta dessa brincadeira que ele fez, eu desisto, vou deixar para uma outra oportunidade. O debate fica transferido *sine die*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Passaremos à Ordem do Dia.

Sobre a mesa requerimentos de autoria do Deputado César Souza, todos com o mesmo teor, que solicitam o envio de mensagem telegráfica aos Prefeitos e Presidentes das Câmaras Municipais de Capinzal, Vidal Ramos, Piratuba, Tangará e Garopaba, parabenizando-os pelos aniversários dos referidos Municípios.

A Presidência defere de plano.

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Antônio Carlos Vieira.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Sr. Presidente, não recebemos a pauta da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Esta Presidência já determinou à assessoria que entregasse a pauta da Ordem do Dia a todos os Srs. Parlamentares.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Mas não a recebemos até o momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Vai receber, Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira.

Moção de autoria do Deputado Francisco de Assis, a ser enviada à direção e à equipe da Escola Municipal Professora Anna Maria Harger, do Município de Joinville, parabenizando toda a equipe pela grande conquista e pelo trabalho que vem realizando no resgate e gosto pela leitura.

A Presidência defere de plano.

Não há mais matéria na Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, Deputado Manoel Mota, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, hoje está uma calma no Parlamento catarinense, e isso porque diminuiu a força do vento. Com certeza, depois que tudo passou, veio a calma.

Estou preocupado com o encaminhamento que atinge diretamente a minha região, dentro do movimento que o Congresso Nacional fez e está fazendo, o que vai trazer um prejuízo incalculável, um prejuízo, talvez, sem recuperação. E nós precisamos estar atentos, porque algumas pessoas que não têm conhecimento e nem a responsabilidade devida para tratar dessa matéria, estão trazendo uma preocupação muito grande à nossa região.

É a questão dos fumicultores, os fumicultores do Sul do Brasil, que dão ao Brasil, aos Estados e aos Municípios uma renda astronômica, porque o maior recurso desse trabalho está no IPI, no ICMS, deixando aos cofres públicos um recurso violento. E 90% desse produto é exportado para fora do País. Quem tem de 8 a 10 hectares de terra já sobrevive plantando com duas estufas de fumo, já sobrevive com a sua família. Mas quem tem 10 hectares de terra com um outro tipo de plantio não sobrevive. E aí ele irá vender para alguém que mora na cidade, para alguém que tem grande capital, que vai fazer uma casa bonita, para fazer um passeio no final de semana, e sua área produtiva começará a morrer. E onde vão parar os 400 mil trabalhadores de Santa Catarina, se isso for paralisado?!

O Congresso Nacional, o Senado, de tanto nós batermos, realizou uma audiência pública no Rio Grande do Sul, ainda no ano passado, apenas para prorrogar para este ano este assunto. E este ano, evidentemente, devem vir aqueles que não têm conhecimento, que não discutem com a sociedade, que não sabem o que significa isso. Estão tomando medidas para assinar uma lei, porque os Estados Unidos estão pedindo que o Brasil assinasse essa lei. Querem que o Brasil assinasse essa lei, mas eles não a assinaram.

Então, evidentemente, que nós vamos ter uma grande dor de cabeça. Quer dizer, esse pessoal que trabalha na área produtiva, não tendo como se manter dentro dos seus terrenos, virá para a cidade. E aí vamos ter mais inchaço na cidade. Não tendo mais a mão-de-obra qualificada para trabalhar nas empresas, vamos ter muitas dificuldades.

Por isso quero chamar a atenção deste Parlamento, no sentido de que levante essa bandeira, com muita força, para que possamos salvar uma área produtiva muito importante não só para Santa Catarina como para todo o Sul do País.

E quero dizer mais: se não houver o plantio de fumo no Brasil, a população vai parar de fumar ou será que o Paraguai vai invadir o Brasil? Alguém tem dúvida, Deputado Antônio Carlos Vieira, de que vão ser filas e filas de veículos puxando o cigarro contrabandeado do Paraguai? Vai ser mais gostoso, porque é mais caro. E aí vamos levar o nosso dinheiro para fora.

É por isso que eu estou chamando a atenção de V.Exas. sobre este assunto. De repente eu não sou radicalmente contra essa posição, mas é preciso que nós busquemos, primeiro, uma alternativa por 10, 15, 20 anos. Como é que nós vamos fazer para manter o homem do campo produzindo?! Área produtiva não pode parar!

É dentro dessa linha de raciocínio que eu estou lutando com preocupação. A minha região tem 200 mil fumicultores e as terras dos fumicultores são as terras menos férteis, terras de areia, que produzem o fumo ou a mandioca. E a mandioca, às vezes, leva dois anos para dar. E aí como é que vai sobreviver o fumicultor? A renda virá de onde?

Então, evidentemente, que é uma preocupação muito grande. E nós pretendemos, sim, mobilizar toda essa categoria, fazer um grande encontro em Araranguá, e convidar as autoridades, a fim de fazermos um documento nesse sentido. E com esse documento talvez embarquemos aqui num mutirão de pessoas para seguir ao Congresso Nacional, a fim de tentarmos impedir esse abuso de poder, esse não-conhecimento, essa transformação no caso do nosso Estado, porque isso representa uma economia muito grande, uma economia fundamental para os pequenos fumicultores de Santa Catarina e do Sul do Brasil.

E aí eu pergunto a V.Exas.: se o cigarro, que eu não fumo, tem moral, por que eu não fumo? Eu estou defendendo o trabalhador do campo que sobrevive com muita luta e com muito trabalho!

Estão discutindo o motivo pelo qual o cigarro mata, que o cigarro dá câncer. Mas, Deputado Antônio Carlos Vieira, V.Exa. não acha que a cachaça também mata? E a cachaça, além de matar, destrói a família. Mas tem alguém discutindo essas questões de que a cachaça também mata, destrói a família, dá câncer?! Mas ela dá um lucro astronômico para o Governo. O IPI da cachaça, do whisky é violento!

Então, nós precisamos olhar, com muita responsabilidade, para o que poderá acontecer, mas dentro de uma linha de raciocínio, onde o penalizado não seja a população, não sejam os trabalhadores, Deputado Francisco Küster. Os trabalhadores não podem ser penalizados, aqueles que têm apenas cinco hectares de terra, uma estufa de fumo, a qual está mantendo a sua família e, inclusive, dando estudo a ela. Porque se não fizermos nada, o trabalhador acabará se deslocando para a cidade.

Hoje nós temos uma dificuldade muito grande de absorver a mão-de-obra que já está no perímetro urbano, quanto mais essa mão-de-obra não qualificada que virá para as cidades. Por isso, evidentemente que estou chamando a atenção, pedindo apoio.

Este Parlamento, em todos os 13 anos de luta pela BR-101, nunca falhou, nunca foi omissivo. E agora, hoje, está conquistada. A BR-101 agora é outra bandeira de defesa da população, do trabalhador, da área produtiva do Estado de Santa Catarina, principalmente do homem do campo, que é o nosso pequeno fumicultor desassistido, às vezes, fraco, porque não são potencial, são todos pequenos plantadores.

As autoridades políticas e o Governo precisam olhar essa questão com maior atenção, principalmente o Parlamento, o Congresso Nacional, que são a ressonância do choque da voz e do som da população.

Quero chamar a atenção para que depois ninguém fique lamentando o que pode acontecer com Santa Catarina, com o Rio Grande do Sul, com o Sul do País, porque impedir essa gente do plantio é matar a galinha dos ovos de ouro, que produz tanto para Santa Catarina e para o Brasil. A nossa produção de fumo é quase toda exportada, porque a nossa produção é uma das melhores do Brasil.

É por esta razão que eu, preocupado com tudo isso, estou pedindo aos sindicatos, às Câmaras de Vereadores, às Prefeituras Municipais - a Fetaesc está ajudando - para que encaminhe o movimento.

Aqui, nesta Casa, encaminhamos um requerimento contrário, chamando atenção, radicalmente ao contrário, para que nós possamos salvar ainda essa área produtiva,

com grandes alternativas de viabilidade para manter essa população produtiva no campo, eis que a minha preocupação é muito grande.

Sr. Presidente, agradeço por esse momento de poder deixar registrado esse sinal preocupante para o Brasil.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, a Sra. Deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. Presidente, desejo fazer um registro. Não poderia deixar passar em branco um momento tão importante para o Estado de Santa Catarina, para o PT e também para todos os correntistas do nosso querido Besc, já que o jornal A Notícia, desta quinta-feira, 17 de fevereiro, tem como manchete na sua capa: Besc fecha o ano de 2004 com um lucro de 30.71%.

Sr. Presidente, vale ressaltar a importância, a honestidade, a coragem e todo o trabalho feito pelo Presidente do Besc, Sr. Eurides Mescolotto.

(Passa a ler)

"O Banco do Estado de Santa Catarina está divulgando os números do balanço no ano passado, mostrando um aumento do núcleo líquido na ordem de 30.71%, em pouco mais de trezentos milhões de expansão positiva. Também demonstra quanto o Banco foi usado e manipulado pelas administrações anteriores, a ponto de acumular prejuízo de muitas dezenas em milhões de reais. O reforço da nova administração, mesmo enfrentando percalços na intervenção e federalização, vem conseguindo colocar o Banco no primeiro time das instituições financeiras do País."

Essa eu acho que é uma boa notícia para o Brasil, para o Estado de Santa Catarina e, principalmente, Sr. Presidente, para o Presidente do Besc, Sr. Eurides Mescolotto, que não mediu esforços. E existe também o compromisso do Presidente Lula de que não iria privatizar o nosso Besc.

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Dentro da linha colocada pela Deputada Ana Paula Lima, gostaria de dizer o seguinte: quanto mais notícias alvissareiras do Besc mais eu me entusiasmo pela posição que nós tomamos no período que fomos Secretário da Fazenda e Presidente do Conselho de Administração.

Foi graças, sim, à capitalização do Besc, através do financiamento do Governo do Estado com a União, que desaguou na federalização que o Banco recebeu R\$1,5 bilhão, dos quais, R\$800 milhões em títulos federais, ainda carteira do Besc, para cobrir determinadas provisões de difícil liquidação. Esses R\$800 milhões, só à base de Selic, 18%, já dá uma rentabilidade anual muito satisfatória.

Fico satisfeito, agora o meu desejo é que o Governo, o Partido dos Trabalhadores, cumpra a promessa de tirar o Besc do processo de privatização, devolvendo, talvez, ao Governo do Estado. Quero verificar e quero ainda assistir no atual Governo a essa solução.

Não adianta jogar com a barriga, Deputada Ana Paula Lima, e daqui a dois anos dizer: agora entrou outro Governo, e ele vai ser

obrigado a fazer a privatização. Não! Eu desejo que quem quer que o faça agora. Quer dizer, quem deseja agora que o Banco continue um banco público, um banco que seja do Governo Federal ou do Governo Estadual, sem ter o risco da sua privatização, que o faça agora, no seu mandato, no seu direito de exercer o seu poder e não deixando para o outro Governo a consequência final.

Essa foi a nossa posição, Deputada Ana Paula Lima. Infelizmente, em 1998 foi feito um contrato com o Governo Federal e o Governo Estadual, através do qual o Banco não seria federalizado para a sua privatização. Acontece que naquele Governo, embora com um contrato existente, nenhuma providência foi tomada para o saneamento, através da capitalização. Deixou-nos, sim, só o osso, porque não tínhamos carne suficiente para fazer a interface, através da capitalização do Governo do Estado. Tínhamos, sim, ou fecha ou pega o dinheiro emprestado para capitalizar, com a consequente federalização para privatizar.

Essa é a minha preocupação. Sou correntista, sou acionista do Besc, sou acionista fundador! Em 1962 fui um dos primeiros a comprar ações do Besc, que tenho até hoje, graças a Deus. Tenho minha conta bancária até hoje, ao contrário de muita gente, inclusive de Deputados, que correram do Banco do Estado de Santa Catarina. Mas eu mantenho tudo até hoje e gostaria de tê-lo, sim, como um banco público.

Estou aqui à disposição, Deputada Ana Paula Lima, para sempre que for necessário conversarmos, inclusive, sobre as saídas legais para tirar o Banco do Estado dessa situação, sobre a possibilidade de um edital de leilão para a sua privatização. Sou contra a privatização, sim, do Banco do Estado. Agora, também sou contra a sua extinção, o seu fechamento, com prejuízo dos salários dos servidores, com prejuízo dos poupadores, com prejuízo dos seus depositantes, dos seus investidores. Nisso sou contra! Sou contra, e por isso é que houve a federalização. Agora, se pudermos fazer com que o banco seja público e não corra mais o risco da sua privatização, eu bato palmas. O que nós evitamos, Deputada Ana Paula Lima, foi a sua extinção, o seu fechamento. E hoje compete ao atual Governo conseguir o segundo passo, ou seja, evitar a sua privatização.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Como a Deputada Ana Paula Lima foi citada, concedo a palavra a S.Exa., pela ordem.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, Sr. Presidente. Mas como o Deputado Antônio Carlos Vieira falou que na administração anterior tiraram a carne e deixaram o osso, gostaria de dizer que quando o Presidente Eurides Mescolotto assumiu o Besc não tinha nem mais o osso, Sr. Presidente. Ele foi um guerreiro.

O Presidente Lula também defendeu, veio ao Estado de Santa Catarina dizer que o Besc não iria ser privatizado. Eu acredito muito nessa instituição e acredito no que o Deputado Antônio Carlos Vieira disse quanto a alguns correntistas. Mas eu tenho a minha conta no Besc, sim. Acredito no Besc, não tirei a conta do Banco. Acredito no Besc e fiquei muito feliz, Sr. Presidente, porque em apenas dois anos de administração tenho a notícia de que o Besc deu lucro.

O Banco do Estado de Santa Catarina é o banco dos catarinenses. O Presidente Lula garantiu isso e Eurides Mescolotto está cumprindo com o seu dever, porque está fazendo a administração do Banco - e muita gente colocou a mão lá para tirar dinheiro -, está fazendo uma administração séria, transparente, coerente como todos os catarinenses queriam.

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Também fui citado, Sr. Presidente, por isso peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Antônio Carlos Vieira, já que foi citado.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Eu só peço ao atual Governo do Presidente Lula, a quem eu muito respeito, duas coisas.

Não é crítica, mas o problema é que entre a promessa e a prática há uma distância muito grande, eis que prometer que o Banco seria público ele prometeu. Mas nós temos que colocar na lei, porque sem a lei o Banco vai ser privatizado, Deputada Ana Paula Lima, neste Governo ou no próximo. Agora, quanto a que nós deixamos osso sem carne, eu devo dizer que nós deixamos um bocado de títulos de obrigação do Governo Federal no caixa do Banco, com o impedimento de ele ser extinto, com o impedimento de não ocorrer com o Banco do Estado o que aconteceu com o Banco Santos.

Se a Sra. Deputada Ana Paula Lima examinar o que aconteceu com o Banco Santos, a sua intervenção e futura liquidação, foi exatamente o que aconteceu no Banco do Estado de Santa Catarina. E os processos contra os maus administradores estão tramitando no Banco Central, todos os processos.

Quando àquele apelo que o Sr. Governador do Estado fez, inclusive, ao Banco Central, para evitar punições aos administradores do Banco do Estado de Santa Catarina, os processos estão andando. E nós precisamos, sim, tomar conhecimento e ter as decisões em relação a essas pessoas que geriram mal os recursos públicos.

O Sr. Deputado Sérgio Godinho - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Sérgio Godinho.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO GODINHO - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, eu trago aqui uma notícia muito importante para a Região Serrana.

O Governo do Estado prometeu a doação de R\$5 milhões para conclusão da obra da BR-282. E eu vou ler só o final aqui, onde mostra esse recurso, através da Cide, que será repassado ao Governo Federal para concluir a obra de Lages/São José do Cerrito.

(Passa a ler)

"Os recursos do Concedente para despesas no exercício 2004 correrá pelo Código Orçamentário 28.782.0233.10DR.0002 - Construção de Rodovias Federais no Estado de Santa Catarina - Natureza da Despesa 44.90.51.00 - Fonte de recursos 111000000 - Nota de Crédito nº 2004NCO00845, emitida em 04/06/2004, no valor de R\$2.027.532,12 - UG emitente 393003 - Gestão emitente 39252.

Os recursos do Interveniente no valor de R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) correrá pelo Projeto 5325.267826203.033/Elemento 4.4.90.51.00(15), do Orçamento do Estado no corrente exercício, vinculado à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Cide, suplemento através do Decreto nº 2.236, de 21/06/2004.

Parágrafo único: Os recursos financeiros constantes do orçamento do DNIT e do Interviente, Secretaria de Estado da Infra-Estrutura do Estado de Santa Catarina, e por eles transferidos através deste Convênio, deverão ser incluídos no orçamento do Conveniente, para o presente exercício, na forma prevista pelo art. 35, da Lei nº 10.180, de 06/02/2001."

Então, esse convênio, Sr. Presidente, era o que faltava para que o Governo pudesse fazer a transferência desse recurso de R\$5 milhões da Cide, para a conclusão da rodovia 282, Lages/São José do Cerrito. Esse documento estava sendo uma agonia, esse termo aditivo de ratificação ao convênio de delegação, que entre si celebraram o Departamento Nacional de Infra-Estrutura e também o Governo do Estado, estava sendo um entrave para que esse recurso de R\$5 milhões fosse liberado para a conclusão da BR-282, Lages/São José do Cerrito.

É uma tranquilidade para o povo catarinense, para o povo da Região Serrana, já que o Governo do Estado poderá disponibilizar esse recurso, através desse convênio com o Governo Federal.

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Antônio Carlos Vieira.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Eu gostaria de fazer uma indagação ao Deputado Sérgio Godinho para saber quando foi assinado esse convênio.

O Sr. Deputado Sérgio Godinho - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Sérgio Godinho.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO GODINHO - Esse convênio foi assinado em 31.12.2004 e publicado no dia 21.01.2005.

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Antônio Carlos Vieira.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Eu só gostaria de comunicar ao Deputado

Sérgio Godinho que da Cide veio para Santa Catarina algo em torno de R\$45 milhões, no ano de 2004. Não foram apenas R\$5 milhões destinados para que o Estado aplicasse em obras, sejam elas conveniadas com a União, com o Município ou obras estaduais.

O Sr. Deputado Sérgio Godinho - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Sérgio Godinho.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO GODINHO - Então, R\$5 milhões desses R\$45 milhões foram destinados à BR-282, para o término da obra Lages/São José do Cerrito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Não há oradores inscritos.

Libre a palavra a todos os Srs. Deputados. (Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência antes de encerrar a presente sessão convoca outra, ordinária, para terça-feira, à hora regimental.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 369, de 02/02/2005

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 040/92,

NOMEAR, **MARIA DA G. BRASIL DOS SANTOS**, matrícula nº 2360, para exercer, em comissão, o cargo de Assessor Legislativo Parlamentar, código PL/DAT-1, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/02/05 (Gabinete da Presidência).

Deputado Júlio Garcia - Presidente
Deputado Pedro Baldissera - Secretário
Deputado Lício Silveira - Secretário

Republicado por incorreção

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 489, de 21/02/2005

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: Art. 1º **Designar** o Diretor da Divisão de Recursos Humanos, Diretor da Divisão de Taquigrafia e o Coordenador do Grupo Taquigráfico das Comissões, para, sob a presidência do primeiro, nos termos do art. 15 e seus §§, e art. 16, parágrafo único, todos da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, integrarem a Comissão de Avaliação, a qual incumbirá realizar os procedimentos de aquilatação do desempenho funcional no decurso do estágio probatório dos servidores aprovados no Concurso Público nº 001/2002 e investidos nos cargos de Taquígrafo do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa.

Art. 2º Aos servidores ocupantes dos cargos de que trata o artigo anterior, aplica-se o benefício previsto na Resolução nº 1.359/94 c/c as alterações definidas na Resolução nº 1.043/01.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2005.

Art. 4º Ficam revogados os Atos da Mesa nºs. 445, de 03/05/04 e 642, de 08/06/04 e demais disposições em contrário.

Deputado Júlio Garcia - Presidente
Deputado Pedro Baldissera - Secretário
Deputado Lício Silveira - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 490, de 21/02/2005

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **BENONI JOSÉ GARCIA**, matrícula nº 4146, do cargo de Chefe de Apoio Parlamentar, código PL/DCA-2, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/02/05 (2ª Secretaria).

Deputado Júlio Garcia - Presidente
Deputado Pedro Baldissera - Secretário
Deputado Lício Silveira - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 491, de 21/02/2005

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015/99 e alterações previstas nas DP's nºs. 039/01 e 016/02,

NOMEAR **CLARICE PORTELLA DE LIMA**, matrícula nº 4160, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-07, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/02/05 (Deputado Julio Garcia).

Deputado Júlio Garcia - Presidente
Deputado Pedro Baldissera - Secretário
Deputado Lício Silveira - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 492, de 21/02/2005

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **SANDRA MARIA SOUSA SILVA**, matrícula nº 4433, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-11, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 15/02/05 (Deputada Odete de Jesus).

Deputado Júlio Garcia - Presidente
Deputado Pedro Baldissera - Secretário
Deputado Lício Silveira - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 493, de 21/02/2005

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **MARIA ISABEL GONÇALVES ARCEÑO**, matrícula nº 4445, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-10, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 15/02/05 (Deputada Odete de Jesus).

Deputado Júlio Garcia - Presidente
Deputado Pedro Baldissera - Secretário
Deputado Lício Silveira - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 494, de 21/02/2005

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015/99 e alterações previstas nas DP's nºs. 039/01 e 016/02,

NOMEAR **NATANAEL PIRES**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-10, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 15/02/05 (Deputada Odete de Jesus).

Deputado Júlio Garcia - Presidente
Deputado Pedro Baldissera - Secretário
Deputado Lício Silveira - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 495, de 21/02/2005

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015/99 e alterações previstas nas DP's n.ºs. 039/01 e 016/02,

NOMEAR **VANESSA MAIA ANTUNES DOS SANTOS**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-11, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 15/02/05 (Deputada Odete de Jesus).

Deputado Júlio Garcia - Presidente
Deputado Pedro Baldissera - Secretário
Deputado Lício Silveira - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 496, de 21/02/2005

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **GILBERTO DEL'POZZO**, matrícula nº 3453, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-07, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/02/05 (Deputado Vanio dos Santos).

Deputado Júlio Garcia - Presidente
Deputado Pedro Baldissera - Secretário
Deputado Lício Silveira - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 497, de 21/02/2005

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015/99 e alterações previstas nas DP's n.ºs. 039/01 e 016/02,

NOMEAR **GILBERTO DEL'POZZO**, matrícula nº 3453, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-06, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/02/05 (Deputado Vanio dos Santos).

Deputado Júlio Garcia - Presidente
Deputado Pedro Baldissera - Secretário
Deputado Lício Silveira - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 498, de 21/02/2005

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **GINA MARA SILVEIRA BARBOSA**, matrícula nº 4536, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-01, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/02/05 (Deputado Vanio dos Santos).

Deputado Júlio Garcia - Presidente
Deputado Pedro Baldissera - Secretário
Deputado Lício Silveira - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 499, de 21/02/2005

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015/99 e alterações previstas nas DP's n.ºs. 039/01 e 016/02,

NOMEAR **GINA MARA SILVEIRA BARBOSA**, matrícula nº 4536, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-06, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/02/05 (Deputado Vanio dos Santos).

Deputado Júlio Garcia - Presidente
Deputado Pedro Baldissera - Secretário
Deputado Lício Silveira - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 500, de 21/02/2005

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **TIAGO ROMAGNANI SILVEIRA**, matrícula nº 4518, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-10, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/02/05 (Deputado Vanio dos Santos).

Deputado Júlio Garcia - Presidente
Deputado Pedro Baldissera - Secretário
Deputado Lício Silveira - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 501, de 21/02/2005

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015/99 e alterações previstas nas DP's n.ºs. 039/01 e 016/02,

NOMEAR **TIAGO ROMAGNANI SILVEIRA**, matrícula nº 4518, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-09, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/02/05 (Deputado Vanio dos Santos).

Deputado Júlio Garcia - Presidente
Deputado Pedro Baldissera - Secretário
Deputado Lício Silveira - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 502, de 21/02/2005

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **NEIVA PILON MACHADO**, matrícula nº 4539, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-12, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/02/05 (Deputado Vanio dos Santos).

Deputado Júlio Garcia - Presidente
Deputado Pedro Baldissera - Secretário
Deputado Lício Silveira - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 503, de 21/02/2005

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015/99 e alterações previstas nas DP's n.ºs. 039/01 e 016/02,

NOMEAR **NEIVA PILON MACHADO**, matrícula nº 4539, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-13, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/02/05 (Deputado Vanio dos Santos).

Deputado Júlio Garcia - Presidente
Deputado Pedro Baldissera - Secretário
Deputado Lício Silveira - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 504, de 21/02/2005

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **LUIZ JOSÉ TENFEN**, matrícula nº 4548, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-01, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/02/05 (Deputado Vanio dos Santos).

Deputado Júlio Garcia - Presidente
Deputado Pedro Baldissera - Secretário
Deputado Lício Silveira - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 505, de 21/02/2005

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015/99 e alterações previstas nas DP's nºs. 039/01 e 016/02,

NOMEAR **LUIZ JOSÉ TENFEN**, matrícula nº 4548, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-07, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/02/05 (Deputado Vanio dos Santos).

Deputado Júlio Garcia - Presidente
Deputado Pedro Baldissera - Secretário
Deputado Lício Silveira - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 506, de 21/02/2005

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **ILDEFONSO CARDOSO**, matrícula nº 2692, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-06, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/02/05 (Deputado Vanio dos Santos).

Deputado Júlio Garcia - Presidente
Deputado Pedro Baldissera - Secretário
Deputado Lício Silveira - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 507, de 21/02/2005

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015/99 e alterações previstas nas DP's nºs. 039/01 e 016/02,

NOMEAR **ILDEFONSO CARDOSO**, matrícula nº 2692, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-07, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/02/05 (Deputado Vanio dos Santos).

Deputado Júlio Garcia - Presidente
Deputado Pedro Baldissera - Secretário
Deputado Lício Silveira - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 508, de 21/02/2005

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **ROBERTA APARECIDA CARDOSO DE ARAUJO**, matrícula nº 4519, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-01, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/02/05 (Deputado Vanio dos Santos).

Deputado Júlio Garcia - Presidente
Deputado Pedro Baldissera - Secretário
Deputado Lício Silveira - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 509, de 21/02/2005

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015/99 e alterações previstas nas DP's nºs. 039/01 e 016/02,

NOMEAR **ROBERTA APARECIDA CARDOSO DE ARAUJO**, matrícula nº 4519, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-08, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/02/05 (Deputado Vanio dos Santos).

Deputado Júlio Garcia - Presidente
Deputado Pedro Baldissera - Secretário
Deputado Lício Silveira - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 510, de 21/02/2005

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015/99 e alterações previstas nas DP's nºs. 039/01 e 016/02,

NOMEAR **ADILTON JOSÉ DE PAULA**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-09, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/02/05 (Deputado Vanio dos Santos).

Deputado Júlio Garcia - Presidente
Deputado Pedro Baldissera - Secretário
Deputado Lício Silveira - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 511, de 21/02/2005

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015/99 e alterações previstas nas DP's nºs. 039/01 e 016/02,

NOMEAR **DIRCEU LUIZ DRESCH**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-07, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/02/05 (Deputado Vanio dos Santos).

Deputado Júlio Garcia - Presidente
Deputado Pedro Baldissera - Secretário
Deputado Lício Silveira - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 512, de 21/02/2005

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015/99 e alterações previstas nas DP's nºs. 039/01 e 016/02,

NOMEAR **IRACI APARECIDA MACHADO**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-14, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/02/05 (Deputado Vanio dos Santos).

Deputado Júlio Garcia - Presidente
Deputado Pedro Baldissera - Secretário
Deputado Lício Silveira - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 513, de 21/02/2005

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015/99 e alterações previstas nas DP's nºs. 039/01 e 016/02,

NOMEAR **LINETE BRAZ MARTINS**, matrícula nº 2604, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-04, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/02/05 (Deputado Vanio dos Santos).

Deputado Júlio Garcia - Presidente
Deputado Pedro Baldissera - Secretário
Deputado Lício Silveira - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 514, de 21/02/2005

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: de acordo com os artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Lei nº 11.431, de 06/06/2000,

NOMEAR **ROSE MARY PAZ PADILHA**, matrícula nº 3307, para exercer, em comissão, o cargo de Assessor Operacional de Comunicação, código PL/AOC-1, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 15/02/05 (Divisão de Imprensa).

Deputado Júlio Garcia - Presidente
Deputado Pedro Baldissera - Secretário
Deputado Lício Silveira - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 515, de 21/02/2005

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: de acordo com os artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85,

NOMEAR **GERALDO HEIL**, matrícula nº 4364, para exercer, em comissão, o cargo de Chefe de Apoio Parlamentar, código PL/DCA-2, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/02/2005 (Liderança do PT).

Deputado Júlio Garcia - Presidente

Deputado Pedro Baldissera - Secretário

Deputado Lício Silveira - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 516, de 21/02/2005

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

DISPENSAR **REINALDO JORGE DE OLIVEIRA**, matrícula nº 1542, da função de Chefia e Assistência Técnica, código PL/CAT, a partir de 15/02/05 (Deputado Clesio Salvaro).

Deputado Júlio Garcia - Presidente

Deputado Pedro Baldissera - Secretário

Deputado Lício Silveira - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 517, de 21/02/2005

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: de acordo com a Resolução DP nº 040/92, c/c Resolução nº 037, de 26/01/98,

DESIGNAR **JOHNI LUCAS DA SILVA**, matrícula nº 2096, para exercer a função de Chefia e Assistência Técnica - PL/CAT, atribuindo-lhe o percentual de 40% (quarenta por cento) de gratificação a partir de 15/02/05 (Deputado Clésio Salvaro).

Deputado Júlio Garcia - Presidente

Deputado Pedro Baldissera - Secretário

Deputado Lício Silveira - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 518, de 21/02/2005

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

DESIGNAR **JOÃO MARIA GOMES DA SILVA**, matrícula nº 0457, para exercer, em substituição, o cargo de Coordenador do Orçamento Estadual, código PL/DASU-4, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, **MARIA HELENA TEIXEIRA DINIZ**, a partir de 21/02/05 (Gabinete da Presidência).

Deputado Júlio Garcia - Presidente

Deputado Pedro Baldissera - Secretário

Deputado Lício Silveira - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 519, de 21/02/2005

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: de acordo com o art. 3º, I, II e III, do Ato nº 1.138/04, observado o disposto no art. 3º, parágrafo único da Resolução nº 03/2003,

SUSTAR, a partir de 15 de fevereiro, as férias fixadas para o ano de 2005, do servidor **JOÃO PACHECO DOS REIS**, matrícula nº 0873, e estabelecer que a fruição do período remanescente dar-se-á a contar de 01 de dezembro de 2005.

Deputado Júlio Garcia - Presidente

Deputado Pedro Baldissera - Secretário

Deputado Lício Silveira - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 520, de 21/02/2005

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: de acordo com o art. 3º, I, II e III, do Ato nº 1.138/04, observado o disposto no art. 3º, parágrafo único da Resolução nº 03/2003,

SUSTAR, a partir de 14 de fevereiro, as férias fixadas para o ano de 2005, da servidora **MARIA IVONETE LESSA**, matrícula nº 2794, e estabelecer que a fruição do período remanescente dar-se-á a contar de 01 de dezembro de 2005.

Deputado Júlio Garcia - Presidente

Deputado Pedro Baldissera - Secretário

Deputado Lício Silveira - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

AUDIÊNCIA PÚBLICA

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E DE SERVIÇO PÚBLICO PARA DISCUTIR SOBRE O PNAFE E O SIRH, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2004, AS 10H.

O **SR. VICE-PRESIDENTE (Deputado Celestino Secco)** - Dando início à audiência pública, saúdo o Deputado Antônio Ceron, o Deputado Francisco Küster e convido o Secretário Marcos Vieira para integrar a mesa dos trabalhos.

Saúdo todos os que ocorrem a esta audiência pública especialmente convocada por requerimentos de dois Deputados, por este Deputado e pelo Deputado Afrânio Boppré, solicitando a realização de audiência pública, a ter lugar na Assembléia Legislativa, no âmbito da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, para discussão do Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados - Pnafe - e do Projeto de Desenvolvimento do Sistema Integrado de Recursos Humanos para a Secretaria de Estado da Administração do Estado de Santa Catarina. Para tanto, solicitamos que houvesse a convocação do Sr. Marcos Vieira, Secretário da Administração do Governo do Estado; do Sr. Mário Capela, membro do Grupo de Gestão do Pnafe; do Sr. Luiz Carlos Maroso, Gerente de Informática da Secretaria de Estado da Administração; do Sr. Tadeu Gerent, Coordenador do Pnafe; do Sr. Eduardo Petrovic, Diretor de Recursos Humanos da Secretaria de Estado da Administração; do Sr. Luiz Antônio Dacol, Gerente de Remuneração da Secretaria de Estado da Administração; do Sr. Elício Bráulio Simas, Coordenador do Grupo de Trabalho da Comissão Permanente de Avaliação do Sistema Informatizado de Recursos Humanos; do Sr. Marcelo José Ferreira Maia, Gerente de Orientação e Controle da Secretaria de Estado da Administração; bem como conвите ao Presidente da Fundação Certi, Sr. Carlos Alberto Schneider, e seu diretor técnico.

O requerimento do Sr. Deputado Afrânio Boppré propunha a convocação do Sr. Secretário de Estado da Administração, Marcos Luiz Vieira, para fornecer informações perante a Comissão de Trabalho, Administração e Serviços Públicos sobre os termos do contrato celebrado em face do processo de licitação iniciado pelo Edital de Concorrência 105/2003.

Sr. Presidente e Sr. Deputados, está aqui presente o ex-Presidente da Comissão, Deputado Genésio Goulart, que tendo sido eleito 4º Secretário nos dá a honra da presença e da participação nesta audiência pública, que, tenho certeza, deseja pronunciar-se.

O SR. DEPUTADO GENÉSIO GOULART - Muito obrigado, Presidente, Deputado Celestino Secco.

Gostaria de manifestar a minha satisfação e alegria em participar desta audiência pública inicialmente saudando o nosso Presidente Celestino Secco, o nosso Secretário da Administração Estadual, Marcos Vieira, os Deputados Francisco Küster e Antônio Ceron, bem como todos os demais participantes, visitantes e convidados.

É muito bom estarmos aqui neste dia discutindo, juntando as nossas experiências e falando das dificuldades. Com certeza esta casa haverá de tomar as medidas devidas.

É claro que esperamos que esta conversa seja bastante proveitosa, bastante produtiva, e tenho certeza de que vai ser. Estamos aqui exatamente para ouvi-los e para explicar, para, depois, juntos, podermos tomar uma decisão, com certeza, a melhor possível, e assim atender a todos com igualdade.

Aproveito a oportunidade, Presidente, para justificar a minha saída da Comissão, a qual presidi até semana passada, oportunidade em que marcamos esta audiência pública: fui eleito para ocupar o cargo de 4º Secretário da Mesa Diretoria desta Casa. Mas tenho certeza de que esta Comissão vai estar em boas mãos, nas mãos de pessoas de grandes experiências.

Portanto, eu só tenho que agradecer aos membros desta Comissão. Com certeza foi muito bom, aprendi bastante, ajudaram-me bastante. Como sou Deputado de primeiro mandato, com certeza isso me ajudou bastante.

Então, mais uma vez, eu gostaria de agradecer aos meus caros amigos Deputados por esta oportunidade de estarmos juntos.

Muito obrigado e um bom-dia a todos.

O SR. VICE-PRESIDENTE (Deputado Celestino Secco) - Obrigado, Deputado Genésio.

Quero também registrar a presença do Sr. Fábio Carpes, Presidente do Ciasc; da Sra. Marta Vanelli, Presidente do Sinte; e do Sr. Alessandro Lima Gelbocke, que neste ato representa o Sindicato dos Empregados em Empresas de Processamento de Dados de Santa Catarina.

A metodologia que nós vamos utilizar, Srs. Deputados, senhoras e senhores, é a seguinte: inicialmente farei a leitura de textos e de uma série de questões que entendo pertinentes a esta audiência pública; em seguida, concederemos a palavra ao Sr. Secretário de Estado da Administração, que fará a sua exposição, bem como aos membros da sua equipe que desejarem participar também da exposição; depois, por requerimento já apresentado à Presidência dos trabalhos, o Alessandro, que representa o Sindicato, solicitou a possibilidade de manifestação; também vamos conceder a palavra ao Dr. Carlos, como convidado; e ao final abriremos a palavra para os demais participantes desta audiência pública.

(Passa a ler)

"Srs. Deputados, Sr. Secretário, senhoras e senhores, até a década de 80 o Estado catarinense não detinha controle satisfatório dos seus recursos humanos. Os diversos sistemas eletrônicos de dados não se comunicavam entre si, impossibilitando o controle da força de trabalho e dos gastos com pessoal, dificultando o processo de planejamento e a tomada de decisão.

Para solucionar esses problemas, optou-se pelo desenvolvimento e implantação de um sistema, condicionado à integração das informações existentes nos diversos sistemas que tratavam de cadastro de recursos humanos, de cadastro financeiro, de núcleos de recursos humanos e de folha de pagamento das empresas de economia mista, fundações e autarquias, abrangendo todos os órgãos do Poder Executivo estadual, com operacionalização descentralizada e administração centralizada na Secretaria de Estado da Administração.

Surgiu, portanto, o Sistema Informatizado de Recursos Humanos, que teve o objetivo básico de promover o controle das despesas realizadas com pessoal e de eliminar, pela padronização do trabalho e das informações, a duplicidade de rotinas e de informações, o descrédito das informações, a falta de integridade, a dificuldade de se obter informações globalizadas e a centralização desnecessária de rotinas.

O modelo na época apresentado trouxe grandes benefícios, com redução dos custos operacionais, cumprindo com o objetivo de controle dos gastos com pessoal, uniformização na aplicação da legislação e a maior apropriação da realidade.

Com a evolução da administração pública surgiram novas necessidades de informação, não somente sobre o quantitativo de cargos, da força de trabalho e do total da despesa, mas também no tocante ao perfil de cada servidor, a sua formação, experiência profissional, conhecimentos e habilidades e previsão de benefícios previdenciários (aposentadoria), para cálculo atuarial, em razão da diversidade de possibilidades apresentadas na legislação federal. Além disso, tornou-se imprescindível extrair informações gerenciais que subsidiassem os gestores na tomada de decisões administrativas e para a condução de políticas públicas responsáveis.

O Sistema Informatizado de Recursos Humanos, na forma concebida, não fornece informações de períodos anteriores sem que as mesmas sejam solicitadas ao Ciasc, que possui equipe de analistas que, na maioria do tempo, processa essas informações, não estando preparada para apresentar sugestões de novas rotinas, a não ser que solicitadas, evidenciando ser imprescindível superar essa deficiência.

Depara-se, novamente, com a necessidade de se projetar, desenvolver e implantar um sistema informatizado, provocada pela proposição de políticas mais efetivas, fornecendo informações precisas pela integração de dados com outros Poderes e pela possibilidade de reconhecer outras bases de dados, como Receita Federal, INSS, Tribunal Eleitoral, Siprev, entre outros.

Para amparar os novos requisitos de gestão de RH, o sistema deve permitir a todos os níveis gerenciais análises individuais, setoriais e globais, rápida busca e recuperação de informações, maior fidelidade e flexibilidade das informações às necessidades atuais e futuras e gestão dos processos de trabalho e do conhecimento.

Mesmo com novo cenário caracterizado por administração pública gerencial dirigida para resultados, com foco no cidadão, ênfase na qualidade e na produtividade de serviços públicos, a Secretaria não apresentou até o momento modelo de gestão focado na profissionalização do servidor, especialização, responsabilização, capacitação contínua, avaliação de desempenho do servidor e da entidade, criação de novas e estruturação das atuais carreiras e implementação de novos critérios de remuneração.

Em razão do ora apresentado, o sistema informatizado deve ter condições de ser alterado por mudança de enfoque na gestão de RH, evoluindo de gestão operacional para uma gestão estratégica; possuir interface gráfica e intuitiva para facilitar as operações; possuir cadastro e dados históricos da vida funcional do servidor, completos, eficientes, atualizados e confiáveis, que produzam todas as rotinas legais, específicas da área de RH, permitindo a geração de folha de pagamentos, exclusivamente via dados cadastrais, não possibilitando a inclusão de valores informados; permitir também o fiel cumprimento da legislação, com facilidades para manutenções adaptativas; fornecer informações gerenciais, com facilidades de cálculos retroativos a períodos passados e projeções futuras não só financeira como também da força de trabalho; permitir bases de dados distribuídas, complementares à base central, de acordo com as necessidades de cada órgão; possuir trilhas de auditorias preventivas em todos os níveis e retorno à situação anterior em caso de erro ou fraude, inibindo pagamentos indevidos antes que sejam creditados nas respectivas contas correntes dos favorecidos; e possuir módulos especiais na base central, particulares a determinados órgãos, além de outros incluídos na categoria de sigilosos.

O desenvolvimento, portanto, de alterações gerais no SIRH ou a implantação de um novo sistema deve ter como pré-requisito um suporte pela formação de equipes de trabalho multidisciplinares.

Independentemente da situação (aquisição de novo sistema ou adaptação do atual), equipes devem rever o procedimento e parâmetro utilizado pela realização de projetos específicos, com o propósito de apresentar o histórico legal e as regras das vantagens e benefícios concedidos; otimizar a tabela de cargos pela revisão geral dos planos de cargos; depurar a base de dados existentes; analisar e revisar a legislação de modo a torná-la mais clara, menos burocrática, mais racional, econômica e segura, permitindo a eliminação de diversas rotinas meramente repetitivas e a enorme massa de papéis na área de recursos humanos; consolidar as leis estaduais contendo matérias conexas ou afins, de acordo com a hierarquia dos atos, para facilitar o acesso e a aplicação.

Para haver resultados, se a opção é um novo sistema, deve ser contratada consultoria para avaliar o atual sistema em razão dos sistemas existentes no mercado, avaliar os sistemas em operação nos órgãos e entidades dos diversos Poderes, com o objetivo de identificar a viabilidade de seu aproveitamento, visando evitar gastos desnecessários e, sendo o caso, elaborar Termo de Referência com a especificação do sistema a ser adquirido, em conjunto com a SEA, com o Ciasc e com setores de RH de maior expressividade, e acompanhar o processo de aquisição."

Feito esse histórico, especialmente para os Srs. Deputados que integram a Comissão de Administração, Trabalho e Serviço Público, quero fazer uma série de perguntas, Secretário, que, tenho certeza, V.Exa. haverá de abordar na sua exposição.

(Continua lendo)

"1 - Existe diagnóstico da situação atual e necessidade de aquisição de sistema, comprovado pelo custo-benefício em razão da redução dos custos operacionais?

2 - Foi estabelecida política de RH e definido modelo de gestão pela SEA para que um novo sistema propicie conhecimento qualitativo dos pagamentos e identificação minuciosa do formato do sistema, em que a preocupação seja identificar o perfil dos servidores, de sua formação, experiência profissional, conhecimentos e habilidades e previsão de benefícios previdenciários, ou seja, aposentadoria?

3 - Foi estabelecido pela SEA quais sejam as informações gerenciais que devem subsidiar os gestores na tomada de decisões e na condução de políticas, em razão da política de RH e dos cenários nacional e estadual?

4 - Há um modelo de gestão com responsabilidade social, baseado na profissionalização do servidor?

5 - Há um modelo de gestão que tem como base a especialização, responsabilização, capacitação contínua, avaliação de desempenho, criação de novas e estruturação das atuais carreiras com a definição também dos cargos em comissão a serem ocupados por técnicos, ou seja, servidores efetivos, e a implementação de novos indicadores e critérios de remuneração que subsidiem o formato e o conteúdo do sistema, já que sem isso uma nova ferramenta não atende a nova ordem, ou seja, administração gerencial?

6 - Há um modelo que tenha condições de preparar a ferramenta para a mudança de enfoque na gestão de RH, evoluindo de gestão operacional para uma gestão estratégica?

7 - Foi mapeada entre os técnicos da Diretoria de Recursos Humanos, Ciasc e Setoriais a interface gráfica e intuitiva do sistema para facilitar as operações, prevendo o quantitativo e configurações de novos equipamentos a serem comprados pelas Secretarias, bem como a fonte de recursos e a forma de sensibilizar esses órgãos?

8 - Os históricos funcionais dos servidores públicos estão completos, eficientes, atualizados e confiáveis para produzirem rotinas legais, específicas da área de RH, permitindo a geração de folha de pagamentos, exclusivamente via dados cadastrais, não possibilitando a inclusão de valores informados?

9 - Foram estabelecidos critérios que permitirão o fiel cumprimento da legislação com facilidades para manutenção adaptativas?

10 - Foram criadas equipes de trabalho para darem suporte pela revitalização do Sistema Informatizado de Recursos Humanos para permitir sua sobrevida até que o novo sistema seja colocado em produção, agregando módulos imprescindíveis ao novo sistema?

11 - Foram criadas equipes de trabalho para darem suporte pela especificação, aquisição, customização e implantação de um novo e moderno sistema adaptado às reais necessidades?

12 - Estão sendo revistos os procedimentos e parâmetros utilizados pela execução de projetos específicos, com o propósito de apresentar o histórico legal e as regras das vantagens e benefícios concedidos, otimizar a tabela de cargos pela revisão geral dos planos de cargos, depurar a base de dados existente, revisar a legislação de pessoal, de modo a torná-la mais clara, menos burocrática, mais racional, econômica e segura, permitindo a eliminação de diversas rotinas meramente repetitivas e reunir e consolidar as leis estaduais?

13 - O Convênio nº 03973/2001-0, firmado entre a SEF e SEA, ou entre a SEF e Bird, estabelece contrapartida do Estado para implementação de um novo sistema? Sendo positivo, há dotação para este fim e qual o valor.

14 - O convênio inicial (Cláusula 5ª) previa o valor de R\$ 1.122.872,00 distribuídos em consultoria, equipamentos e capacitação. Como foram reprogramados esses recursos?

15 - Como tem sido a discussão e o envolvimento dos serviços da SEA na elaboração do modelo? Está sendo estabelecida uma cultura que incentive e reconheça a iniciativa, a criatividade, a responsabilidade, a contribuição individual e coletiva, garantindo a ética profissional e a ética organizacional?

16 - Como tem sido a atuação da Diretoria de Recursos Humanos como gestora do sistema e como o Ciasc vem participando e colaborando com esse novo processo?"

Quero saudar o Deputado Afrânio Boppré, que também é requerente. Já anunciei, Deputado, a segunda parte da nossa audiência, Deputado Paulo Eccel. Já falei também da presença do nosso convidado especial, Dr. Carlos Alberto Schneider, Presidente da Fundação Certi, que convido para integrar a nossa mesa.

Srs. Deputados, eram essas as preocupações que tive quando da requisição desta audiência pública. Tenho certeza de que agora, pelos próximos minutos, o Secretário esclarecerá toda essa questão.

Após isso ficará livre a palavra para os Deputados fazerem um primeiro questionamento ao Secretário. Temos a manifestação já requerida por escrito do representante do Sindicato dos Empregados em Processamento de Dados para fazer uso da palavra.

Com a palavra o Secretário Marcos Vieira.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO (Marcos Vieira) - Exmo. Sr. Deputado Celestino Secco, que preside esta audiência: Srs. Deputados Paulo Eccel, Afrânio Boppré, Genésio Goulart, e Francisco Küster; Sr. Fábio Carpes, Presidente do Ciasc; e Sr. Presidente da Fundação Certi.

Quero cumprimentar, em especial, todos os meus colegas do Ciasc aqui presentes. É bom vê-los. Estivemos juntos por longa jornada quando lá estive trabalhando na condição de Diretor de Administração e Finanças.

Vamos aqui hoje conversar exatamente acerca do Sistema Integrado de Recursos Humanos que a Secretaria da Administração pretende implantar no âmbito interno do Governo.

Eu vou fazer uma exposição a todos vocês e no meio dela vou contar com a participação de alguns técnicos da Secretaria, em especial, do Simas, que vai falar também acerca do processo.

O Deputado Celestino Secco, ao fazer a introdução, discorreu sobre a parte histórica do sistema. E é claro que o Estado, crescendo no ritmo que vinha crescendo, necessário se fazia implantar um Sistema Integrado de Recursos Humanos. E isso datava do início da década de 80. Finalmente, resolveu então, o Governo instalado à época, desenvolver o atual Sistema Integrado de Recursos Humanos.

Dificuldades para obter os dados, desencontro de informações, falta de integração entre as bases de dados, problemas gerenciais com a falta de confiabilidade. Foi isso, Deputado Celestino Secco, que o senhor colocou. A solução: realmente instalar um sistema integrado de recursos humanos no Governo do Estado. E aí, a partir de 1988 e com quatro anos de trabalho, foi implantado, finalmente, em 1992, o atual Sistema de Recursos Humanos do Estado de Santa Catarina.

O Sistema foi desenvolvido pelo Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina e foi realmente um dos melhores sistemas do Brasil. Está em uso há exatos 14 anos, mas hoje apresenta as deficiências naturais do tempo decorrido desde a sua criação e da sua evolução tecnológica. E nós temos de fazer uma avaliação, e é por isso que eu passo a afirmar, Deputado Celestino Secco, dos 16 questionamentos que V.Exa. fez, eu quero crer que a sua grande maioria estará contemplada nesta apresentação. E se V.Exa., como os demais Deputados, não se sentirem satisfeitos com a apresentação aqui feita, fico totalmente à disposição, como também dos senhores servidores do Ciasc, para dirimir qualquer dúvida.

Com a evolução da tecnologia, as ferramentas que sustentam o Sistema foram ficando obsoletas e passando a exigir retrabalho e redundância, mesmo para a realização das tarefas mais corriqueiras. Exemplo: armazenamento em meio magnético do prontuário médico. Atualmente os prontuários médicos são manuseados de forma arcaica, manual, exigindo uma equipe de trabalho apenas para controlar seu fluxo e encaminhamento.

A modernização da administração pública cria novas necessidades operacionais e gerenciais. Exemplo: monitoramento *on line* de inclusões, alterações, exclusões de dados; ferramenta gráfica de auxílio ao usuário do Sistema Integrado de Recursos Humanos, eliminando-se consultas a diversos manuais e tabelas para preenchimento dos campos; projeção de aposentadorias ao longo do tempo para planejamento de concursos públicos.

O nível de dependência da assistência de técnicos e analistas é incompatível com a agilidade, dinâmica e economia exigidas pelo cliente. Exemplo: cada novo relatório ou extração de dados exige não só a intervenção de um servidor da SEA devidamente treinado mas também a colaboração de um ou mais técnicos do Ciasc. Isso eleva o tempo de obtenção da informação solicitada.

A manutenção simples de uma rotina, como a criação de uma rubrica de pagamento para uma (*ininteligível*) depende de técnico do Ciasc, quando poderia ser realizada diretamente pelo gestor.

Chegou-se a um ponto em que o custo-benefício de ajustes do atual sistema ou a inclusão de uma ou outra funcionalidade torna-se desvantajoso para o Estado. O sistema acaba se transformando numa colcha de retalhos. E é isso que nós vamos constatar lá na frente a continuar com o atual sistema. Em resumo: o sistema não atende mais a todas as necessidades da administração do pessoal do Governo do Estado. E aí constatou-se, efetivamente, a necessidade de um novo sistema.

A otimização da utilização dos recursos terá um impacto significativo no Orçamento do Estado e contribuirá significativamente para o ajuste das contas públicas. Exemplo: além de obter informação mais rápida e a custo menor, é preciso poder controlar, com agilidade e precisão, situações como as criadas com o adicional de insalubridade e outros itens, nos quais não temos instrumentos adequados de gerência.

Além disso, a utilização de instrumentos de planejamento financeiro, com simulações e projeção de resultados, permitirá ao administrador uma atuação muito mais eficaz, que trará benefícios para a administração do Estado como um todo.

Desde 1999 os administradores passaram a se preocupar diuturnamente em melhorar o Sistema Integrado de Recursos Humanos do Governo do Estado. As atualizações e acréscimos possíveis foram feitos. O Governo, então, iniciou a procura por alternativas. Em 2003 a nova gestão conscientiza-se das deficiências do Sistema Integrado de Recursos Humanos e passa a estudar as alternativas técnicas; discute também as alternativas de financiamento. E aí começa, efetivamente, o Sistema de Recursos Humanos ora existente e o Sistema de Recursos Humanos que se pretende implantar.

Eu chamo para participar comigo desta palestra o servidor Simas, que é um servidor efetivo da Secretaria da Administração e que participou ativamente da elaboração e da implantação do Sistema de Recursos Humanos desde 1988 na Secretaria da Administração. E a partir do instante em que o Simas passa a fazer essa apresentação, vou tomar a liberdade, Deputado Celestino Secco, de interrompê-lo para também fazer esclarecimentos outros.

O SR. ELÍCIO BRÁULIO SIMAS - Bom-dia a todos.

O que estamos vendo no visor são as atuais funcionalidades do sistema de recursos humanos, já conhecido de todos. Dentre todas essas funcionalidades, a proposta de um novo sistema incluirá e aperfeiçoará algumas existentes, dentre as quais poderemos enumerar: no módulo cadastro e admissão não há possibilidade, hoje, de se pagar retroativamente os servidores admitidos em caráter temporário, não há possibilidade de se rescindir o contrato de trabalho e tampouco automatizar o ingresso dos mesmos.

Nas movimentações de servidores nós temos uma necessidade urgente, que é a escala de trabalho, mas uma escala de trabalho programada, onde se apure a frequência de cada servidor, o seu efetivo exercício, computando, em um banco de horas, o seu crédito ou débito, e, em decorrência dessas informações, processar uma vantagem pecuniária decorrente.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO (Marcos Vieira) - Simas, se me permite, gostaria de saber como hoje é feito o controle da hora-plantão da Secretaria da Saúde?

O SR. ELÍCIO BRÁULIO SIMAS - Manualmente.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO (Marcos Vieira) - Obrigado.

O SR. ELÍCIO BRÁULIO SIMAS - No módulo capacitação, não temos hoje o cadastro nem o controle da instituição fornecedora do curso, o controle necessário das turmas, os alunos e todo o processo que envolve a capacitação de servidor público, a fim de que o gestor tenha condições de identificar os servidores capazes ou aptos a desempenhar determinada tarefa.

Na folha de pagamento, um grande problema encontrado hoje é o processamento de eventual suplementar. Não há um módulo específico que o gestor possa, automaticamente, sem a gerência de qualquer técnico ou pessoa com conhecimento em linguagem de computação, desenvolver ou disparar uma suplementar por grupo, global ou até mesmo individual. Também não se tem um bloqueio eficaz do crédito de pagamento.

Agora nós vamos tratar de rotinas ou funcionalidades inexistentes no atual sistema de recursos humanos. Planejamento. Não temos indicadores, nem diretrizes, nem tampouco objetivos na área de recursos humanos.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO (Marcos Vieira) - Simas, o Estado tem condições de saber hoje quantas aposentadorias se processarão nos próximos cinco anos, e por categoria?

O SR. ELÍCIO BRÁULIO SIMAS - Não! *On-line*, não!

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO (Marcos Vieira) - E mais: hoje o Estado tem condições de fazer um planejamento de concursos públicos?...

O SR. ELÍCIO BRÁULIO SIMAS - *On-line*, não.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO (Marcos Vieira) - Em cima de dados colocados pelo sistema, se houvesse possibilidade de o sistema fazer as projeções de aposentadorias?

O SR. ELÍCIO BRÁULIO SIMAS - Do jeito que está, como foi arquitetado o sistema, hoje não. Teria que desenvolver um novo módulo.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO (Marcos Vieira) - Obrigado.

O SR. ELÍCIO BRÁULIO SIMAS - Não temos um processo seletivo que inicie desde a solicitação e o planejamento de novos servidores até o desenvolvimento de todas as etapas de um processo de seleção, inclusive com banco de provas.

Não temos cadastrado hoje quantos servidores ou quantos prestadores de serviço, quantos servidores ou quantos trabalhadores hoje existem no serviço público que são terceirizados. Essas informações hoje não estão contempladas no sistema informatizado de recursos humanos.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO (Marcos Vieira) - Se o Estado deseja saber quantos servidores efetivos, quantos servidores à disposição, quantos servidores terceirizados e quantos bolsistas têm na Secretaria da Infra-Estrutura, o sistema hoje nos dá essa condição?

O SR. ELÍCIO BRÁULIO SIMAS - Não.

Movimentações. Hoje, no atual sistema, se um usuário necessitar movimentar um servidor de Florianópolis para São José, ele vai precisar manipular no mínimo seis tabelas. Propõe-se a criação de um organograma gráfico, que eliminaria totalmente o uso desses manuais auxiliares.

Nos quadros lotacionais hoje, não sabemos qual é a atribuição de determinada lotação. Um exemplo: qual é função da gerência de remuneração funcional? Para desempenhar aquelas funções, qual é o perfil dos profissionais existentes? Essas informações hoje são inexistentes no atual sistema.

Diária. Não há possibilidade hoje, no atual sistema, de se processar o controle de diárias. Pode se pagar, mas com informação incluída manualmente. Agora, o controle do processo não há.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO (Marcos Vieira) - Simas, se uma Secretaria desejar conceder diárias aos servidores, há possibilidade?

O SR. ELÍCIO BRÁULIO SIMAS - Há possibilidade.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO (Marcos Vieira) - Mas a prestação de contas, há possibilidade de fazer isso hoje no atual sistema?

O SR. ELÍCIO BRÁULIO SIMAS - Informatizado, não.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO (Marcos Vieira) - O sistema pode ser preventivo, ou seja, não se concede novas diárias enquanto ele não prestar contas da anterior; o sistema prevê isso?

O SR. ELÍCIO BRÁULIO SIMAS - O futuro, porque o atual, não.

Atos oficiais. Também todas as rotinas inexistentes no atual sistema.

Projeções. Atualmente, hoje, para se fazer qualquer repercussão financeira, há a necessidade de se formar uma equipe de técnicos especialistas do Ciasc para que se tenha essas informações. Não há qualquer informação hoje em relação a fundos e orçamentos, tampouco *link* imediato para esses sistemas existentes.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO (Marcos Vieira) - Se a Assembléia Legislativa desejar obter uma projeção de reajuste para uma categoria, como os médicos da Secretaria da Saúde, o sistema atual tem condições, num lapso de tempo curto, de fornecer esses dados aos Deputados?

O SR. ELÍCIO BRÁULIO SIMAS - Não! Do sistema por si só, não. Vai depender de um grupo de técnicos processar ou elaborar programas para captar essas informações.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO (Marcos Vieira) - Então toda e qualquer repercussão de concessão de reajuste tem que ter um programinha em separado que será feito, acoplado-o ao sistema atual. É isso?

O SR. ELÍCIO BRÁULIO SIMAS - É exatamente isso.

Aposentadoria. Hoje não se tem condições de processar uma aposentadoria, tampouco fazer interface com sistemas previdenciários. Atualmente, para se incluir uma passagem para a inatividade no sistema, o usuário tem que manipular, no mínimo, sete módulos.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO (Marcos Vieira) - Nós constituímos, via Decreto nº 1.457, a Comissão Permanente de Avaliação do Sistema de Recursos Humanos, que trabalha paralelamente a implantação de um novo Sistema Integrado de Recursos Humanos - e tem sido realizado um trabalho quase que manual de levantamento do sistema de recursos humanos.

Nós constatamos, recentemente, que temos cerca de 1.400 aposentadorias concedidas que não estão dentro da legislação vigente, e são aquelas aposentadorias que foram concedidas em razão de servidores serem portadores de moléstias. Só que não se sabe se é moléstia grave ou não, porque se for grave, a aposentadoria é concedida com valor de 100% de sua remuneração, mas se não for por moléstia grave, ela tem que ser proporcional.

No levantamento manual que realizamos, são cerca de 500 mil reais pagos a maior por mês, que já montam a 29 milhões de reais. O sistema atual prevê esse controle?

O SR. ELÍCIO BRÁULIO SIMAS - Não.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO (Marcos Vieira) - O sistema futuro vai prever?

O SR. ELÍCIO BRÁULIO SIMAS - Vai.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO (Marcos Vieira) - Obrigado.

O SR. ELÍCIO BRÁULIO SIMAS - Da mesma forma não temos no atual sistema - e será proposto para o próximo - um módulo ou uma funcionalidade específica para a Previdência, dentre as quais: aposentadoria, que já foi citado; pensão previdenciária; benefícios previdenciários; projeções/simulações; cálculo atuarial; perícia médica; hoje, avaliação informatizada e concessão de benefício periciais sem necessidade de... ou eliminando retrabalho, atualmente no âmbito da gerência de saúde do servidor a compensação financeira previdenciária hoje desenvolvida é totalmente manual.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO (Marcos Vieira) - Simas, só um instante.

Como há vários Deputados para falar, e quero crer que os servidores e o sindicato também vão se pronunciar, precisamos acelerar um pouco mais a apresentação dessas telas.

Mas mantendo essa tela da Previdência, o futuro Sistema Integrado de Recursos Humanos vai estar "lincado" com o sistema de Previdência do Estado?

O SR. ELÍCIO BRÁULIO SIMAS - O novo sistema de recursos humanos vai ser um sistema previdenciário.

Todo o controle gerencial de informações, desde indicadores de pagamento, informações gerenciais para todas as rotinas que envolvem o processamento de informações no âmbito da área de recursos humanos.

Saúde do servidor. Administração com plano de saúde; a prevenção à saúde; a segurança e medicina do trabalho e as vantagens pecuniárias decorrentes; o acidente em serviço; o regime disciplinar do servidor hoje, com o acompanhamento do processo administrativo disciplinar, a sindicância; a avaliação de desempenho; a divisão do sistema em carreiras típicas, que pela sua especificidade necessitam de tratamentos diferenciados; a extração de dados, uma ferramenta adequada e de fácil assimilação pelo usuário que permita a obtenção *on-line* de informações gerenciais estratégicas; a auditoria; um módulo específico para decisões judiciais; um módulo que faça *link* com o regime geral de previdência; o pagamento de retroativos; o controle automatizado de restituição de importâncias ao erário público; a geração de arquivos legais pelo próprio usuário; interface com sistemas corporativos; correio eletrônico; ajuda *on-line* com todos os procedimentos que envolvem não só a legislação, mas o procedimento computacional e administrativo decorrente da rotina; e os históricos funcionais. São basicamente esses.

O SR. VICE-PRESIDENTE (Deputado Celestino Secco) - Enquanto o Secretário se dirige à tribuna, gostaria de dizer que a secretaria da Comissão, Secretário, depois vai solicitar esse material para que integre a ata desta reunião.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO (Marcos Vieira) - Com todo o prazer.

Serviços a serem executados: elaboração do projeto de arquitetura do sistema e da estrutura de *hardware*. Pergunta-se muito se dá para substituir a ferramenta que suporta, que dá sustentação ao sistema atual, colocando uma ou outra ferramenta? Chegamos à conclusão que não; não há essa possibilidade.

Outros serviços a serem executados: planejamento e desenvolvimento do sistema e módulos; prover interfaces para integração com os sistemas atuais; treinamento de pessoal; implantação piloto do sistema/módulos; assistência técnica pós-implantação.

Eu gostaria de fazer algumas considerações. Quando assumi a Secretaria da Administração, fui buscar no Ciasc dois técnicos qualificados para trabalharem comigo, para me assessorarem, e um deles é o Tadeu, que desempenha para a Secretaria e para o Estado duas tarefas de suma importância. Uma delas é o de Coordenador do Pnape, o Programa Nacional de Modernização da Máquina Pública. O Tadeu tem se esforçado o máximo no sentido de fazer com que o Governo do Estado obtenha cerca de 10 milhões de reais deste programa no BID - um financiamento internacional. Esse programa se originou no ano de 2000, quando o então Secretário da Administração, Celestino Secco, presidia o Consad, que é o Conselho Nacional de Secretários da Administração.

E o diagnóstico, Deputado Celestino Secco, do sistema de recursos humanos, é exatamente o levantamento feito, o diagnóstico realizado pelo Pnape. Foram dezenas de servidores, chegou-se a três ou quatro centenas de servidores públicos, do mais alto escalão até o mais simples, entrevistados, respondendo questionários elaborados pelo BID e de comum acordo com o Consad. Esse trabalho resultou num diagnóstico não só na área de recursos humanos do Governo do Estado, mas na área meio, segurança pública, saúde, educação e Secretaria do Planejamento, Gestão e Orçamento.

A segunda tarefa que o Tadeu executa no âmbito interno da Secretaria, e como funcionário do Ciasc, é a de coordenador da nova estrutura do sistema de recursos humanos. A Portaria conjunta SEA/Fazenda/Planejamento nº 13 definiu a estrutura responsável pelo desenvolvimento e pela implantação do novo Sistema Integrado de Recursos Humanos do Estado de Santa Catarina - SIRH - e adotou outras providências. O Tadeu está executando uma tarefa extremamente importante.

O segundo servidor que fui buscar no Ciasc para dar sustentação ao Governo do Estado, dentro da Secretaria, é o Luiz Carlos Maroso, que é o Gerente de Informática da Secretaria, também um técnico altamente qualificado e que hoje presta serviços na Secretaria.

O Maroso, junto com o Tadeu, também participa dessa estrutura para o desenvolvimento do novo sistema de recursos humanos; enquanto o Tadeu faz parte do grupo gestor, o Maroso faz parte do grupo de trabalho. E no grupo de trabalho também estão, além dos dois que são funcionários do Ciasc, outros dois servidores do Ciasc.

Além disso, o processo de licitação ora em curso tem na presidência da Comissão de Licitação o também Luiz Tadeu Gerent, funcionário do Ciasc, tendo também a participação do servidor Eduardo Sguarido dos Reis.

Ora, paralelamente é isso, como afirmei há pouco, o Governo do Estado editou dois decretos, sendo que um deles é o de nº 1.557, que constitui a Comissão Permanente de Acompanhamento e Avaliação do Sistema de Recursos Humanos, sendo coordenada pelo Simas. Dentre as atribuições dessa comissão, está apresentar propostas em conjunto com o Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina - Ciasc -, visando a implantação de rotinas, de controles *on-line* de entradas e saídas do Sistema Informatizado de Recursos Humanos.

O outro Decreto é o de nº 1.556, que trata da Comissão Temporária de Reestruturação do Sistema de Remuneração dos Servidores Públicos do Poder Executivo, composta por três representantes da SEA, um da Secretaria da Fazenda, um do Ipesc e dois do Ciasc.

Condições gerais: o novo Sistema Integrado de Recursos Humanos de Santa Catarina será uma solução de propriedade do Governo do Estado de Santa Catarina.

Quero deixar bem claro para os meus colegas do Ciasc que o Governo do Estado vai desenvolver um sistema integrado de recursos humanos e vai colocar dentro do Ciasc para que ele gerencie isso para todo o Estado de Santa Catarina.

Os fontes, e por isso se optou pelo desenvolvimento, os fontes serão 100% de propriedade do Estado. Não há como, e eu não admitiria isto, desenvolvemos um sistema de recursos humanos se os fontes não fossem propriedades do Estado. Alguns Estados brasileiros estão realizando a compra de soluções prontas e outros estão partindo para o desenvolvimento.

Vai-se garantir a total transferência de tecnologia para o Ciasc, para vocês. Eu sei como funciona o Ciasc, eu fui diretor, eu fui funcionário, e não abriria mão disso, até porque eu também desejo o Ciasc público, eu também desejo o Ciasc gerenciando as TIs do Estado, as tecnologias de informação.

Portanto, o Ciasc será responsável pela manutenção e evolução do sistema, e para que isso ocorra serão realizados tantos treinamentos quantos forem necessários, tantas capacitações quantas forem necessárias.

A empresa contratada vai detalhar as funcionalidades dos sistemas componentes do novo SIRH em conjunto com os respectivos usuários e analistas técnicos, aproveitando inclusive, na medida do possível e aplicável, a experiência e os sistemas corporativos disponíveis no Estado.

A empresa contratada vai implantar o novo sistema em conjunto com o grupo de trabalho do SIRH, estando lá contemplados funcionários da Secretaria da Administração, da Fazenda, do Ipesc - que tem uma folha de pagamento que faz a das pensões, e que no futuro fará a folha de pagamento de todos os inativos do Estado, tendo em vista o novo modelo de previdência -, capacitando-os a assumir sua manutenção e evolução no final do contrato. Então, como eu disse, todos que estarão envolvidos no sistema serão capacitados.

Pnape é o Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros, de abrangência nacional. São recursos do BID que estão sendo utilizados pelos Estados há muitos anos. E o fruto da aplicação desses recursos fez com que a máquina fazendária dos Estados desse um salto de qualidade. Não fosse os recursos do Pnape, os Estados brasileiros viveriam hoje as agruras da receita, que por certo não seria a mesma existente hoje em cada um dos Estados, e o Ciasc participou também do desenvolvimento de alguns dos sistemas.

E mais uma vez está aí o Deputado Celestino Secco a ser um dos precursores desse sistema, porque através do Convênio nº 3.973, de 30/03/2001, firmado entre a Secretaria da Fazenda e a Secretaria Administração pelos então Secretários Celestino Secco, da Administração, e Antônio Carlos Vieira, da Fazenda - já preocupados com o sistema de recursos humanos do Governo do Estado - foram destinados recursos do Pnape no sentido de implantar na Secretaria de Estado da Administração um novo sistema de gerenciamento e auditoria da folha de pagamento do Estado e um sistema de controle do patrimônio mobiliário e imobiliário do Estado de Santa Catarina.

Na época foram providos recursos na ordem de 900 mil reais, parte já aplicado, e hoje nós estamos num aditamento com a Fazenda na ordem de 1 milhão e 900 mil reais.

O Pnape é financiado pelo BID com a contrapartida do Estado em 40%; os recursos do Estado no Pnape poderão ser utilizados como contrapartida para os demais financiadores nesse sistema que ora se pretende implantar.

O Pnape, que é o Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e do Distrito Federal, surgiu em 2001 a partir de um diagnóstico realizado pelos Secretários de administração no Conselho Nacional de Secretários de Administração, com o objetivo de modernizar a administração pública dos Estados e do Distrito Federal, visando a melhoria da prestação de serviços para atender as demandas da sociedade. Também é financiamento do BID, financiamento internacional, com contrapartida do Estado.

Estão sendo utilizados na licitação os procedimentos previstos no contrato entre o Governo do Estado e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID -, já utilizados também pela Secretaria da Fazenda no desenvolvimento de outros sistemas informatizados.

Deputado Celestino Secco, Srs. Deputados, caros colegas do Ciasc, Sr. Presidente do Ciasc, senhores membros da direção do sindicato, esta foi a palestra apresentada e os documentos são públicos, Deputados, e serão encaminhados à Comissão. Coloco-me à disposição.

O SR. VICE-PRESIDENTE (Deputado Celestino Secco) - Obrigado. Antes de dar prosseguimento a esta audiência pública, concedo a palavra ao Deputado Afrânio Bopprré para um encaminhamento.

O SR. DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ - Sr. Presidente, a nossa Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público aprovou para o dia de hoje a convocação do Secretário Marcos Vieira a fim de tratarmos de dois assuntos: este que está em tela e um outro assunto, que é em relação ao Edital de Concorrência nº 105.

Há uma solicitação por parte do Deputado Genésio Goulart, a fim de que se tenham as condições de levar esse tema do Ciasc a sua exaustão, de oportunizar a transferência do segundo tema para uma outra oportunidade. Eu quero dizer que concordo com essa iniciativa, tendo em vista que sou o proponente do segundo tema, mas gostaria que o Secretário Marcos Vieira assumisse conosco da Comissão o compromisso de no dia 1º de junho estar aqui novamente para tratarmos do assunto Edital de Concorrência nº 105/2003.

Então gostaria, para viabilizar o debate, a continuidade desta audiência pública somente com um único tema, que o Secretário Marcos Vieira também assumisse esse compromisso conosco, no sentido de voltar a esta Casa para tratar da matéria no dia 1º de junho.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO (Marcos Vieira) - Deputado Afrânio, é obrigação do homem público comparecer às convocações feitas pela Assembléia. Portanto, dia 1º estarei aqui, com certeza absoluta.

O SR. VICE-PRESIDENTE (Deputado Celestino Secco) - Antes de dar prosseguimento, concedendo a palavra ao Sr. Alessandro Lima - e vou me negar a pronunciar o sobrenome pela dificuldade -, passo a palavra, pela ordem, ao Deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. Presidente, apenas para esclarecer que dia 1º de junho não teremos atividades aqui na Casa. Por conta do acordo de Líderes, de 31 de maio a 4 de junho esta Assembléia Legislativa estará procedendo as audiências do Orçamento Regionalizado, não teremos nenhuma atividade parlamentar aqui na Casa nesse período. Portanto, sugiro uma nova data, uma vez que estaremos nas audiências públicas do Orçamento.

O SR. VICE-PRESIDENTE (Deputado Celestino Secco) - Pode, ser Deputado Afrânio, na terça-feira seguinte?

(Orador não identificado manifesta-se fora do microfone: "Pode ser, é melhor para todo mundo.")

Dia 8?

(O Sr. Deputado Afrânio Boppré manifesta-se fora do microfone: "Está muito distante, muito distante.")

O SR. DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ - Bem, estamos diante de um problema, pois o pedido desta convocação foi solicitado no dia 20 de abril. Passamos abril, maio, junho, dois meses para conseguirmos tratar deste tema.

Mas para garantir a participação da Assembléia Legislativa nas audiências do Orçamento Regionalizado e também para assegurar o debate desta matéria do Ciasc até a exaustão, concordo com a proposta para a outra terça-feira, que seria?

O SR. VICE-PRESIDENTE (Deputado Celestino Secco) - Dia 8.

O SR. DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ - Dia 8, se também houver concordância do Secretário.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO (Marcos Vieira) - Permita-me, Deputado Afrânio.

Eu não sei a agenda do dia 8, se houver possibilidade não há problema nenhum. Mas se houver qualquer obstáculo podemos antecipar um dia? Dia 7?

(O Sr. Deputado Afrânio Boppré manifesta-se fora do microfone: "Sim, com certeza, segunda-feira.")

Ou segunda-feira? Fica, então, acordado desta maneira, Deputado?

O SR. VICE-PRESIDENTE (Deputado Celestino Secco) - Perfeito. A secretaria da Comissão vai aguardar a sua manifestação de agenda e fará a convocação devida.

Secretário, evidentemente vou deixar os Deputados e a minha própria manifestação para o final, mas neste momento quero fazer apenas uma intervenção e solicitar uma manifestação do Gerente de Informática Luís Carlos Maroso.

O diagnóstico aqui apresentado, Secretário, eu o conheço, já o vivenciei, e em 1999 já recebi diversas empresas prestadoras deste tipo de atividade. Na época tomei a liberdade e o cuidado de levar os servidores da Secretaria da Administração envolvidos nisso para uma reunião no Ciasc, e o Maroso era o assistente da administração do Ciasc - hoje ele exerce o cargo de Gerente de Informática. Eu queria lhe fazer uma pergunta e gostaria da sua resposta no microfone. À época fizemos uma extensa discussão, no auditório do Ciasc, sobre toda essa fase, esse diagnóstico aqui apresentado pelo Sr. Secretário Marcos Vieira e pelo Sr. Simas, que é gerente, assessor, diretor de grupo de trabalho, alguma coisa nesse sentido.

Na época, Dr. Maroso, o senhor foi um dos grandes defensores do Ciasc, convencendo-me que esse diagnóstico não tínhamos que encomendar com ninguém, que o Ciasc tinha competência para desenvolver um sistema desse que desejamos para a atualização. Efetivamente o senhor me convenceu disso. E naquele dia mesmo eu pedi que o Ciasc iniciasse, portanto, o desenvolvimento disso. Como hoje o senhor é o Gerente de Informática e participante do grupo de trabalho que licita, a pergunta que quero lhe fazer é a seguinte: foi o Ciasc que mudou, perdendo a capacidade que tinha, ou foi o senhor que mudou de posição?

O SR. LUIZ CARLOS MAROSO (Gerente de Informática da Secretaria de Estado da Administração) - Não, não mudei de posição. O que está sendo colocado neste momento é a modernização das ferramentas de trabalho.

Hoje existe um comitê de tecnologia no qual faço parte de um grupo de trabalho sobre gerenciamento eletrônico de documentos, que moderniza toda a parte de fluxo de documentos. Na Secretaria da Administração o maior número de solicitações é em cima do sistema de recursos humanos. Então tem que haver uma modernização, e para isso precisa de investimento.

O SR. VICE-PRESIDENTE (Deputado Celestino Secco) - Obrigado.

Com a palavra o Sr. Alessandro Lima, pelos próximos 15 minutos, já que representa neste ato o Sindicato dos Empregados em Empresas de Processamento de Dados de Santa Catarina e que oficialmente formalizou o desejo de manifestação nesta audiência pública.

O SR. ALESSANDRO LIMA GELBCKE (representante do Sindicato dos Empregados em Empresas de Processamento de Dados de Santa Catarina) - *(Passa a ler)* "Srs. Deputados, membros da Comissão Permanente de Trabalho, Administração e Serviço Público da Assembléia Legislativa, representantes do Governo do Estado de Santa Catarina, Vereadores, profissionais da comunicação, amigos e amigas, companheiros e companheiras do Ciasc e das entidades e organizações do movimento social aqui presentes.

Em primeiro lugar vimos aqui manifestar a nossa saudação aos membros desta Comissão e agradecer-lhes pelo espaço que nos foi concedido.

Entendemos que esta audiência tem um papel relevante para toda a sociedade catarinense tendo em vista que aqui hoje vão se discutir elementos fundamentais para a gestão da informação, elemento tão central na preocupação do desenvolvimento socioeconômico e sustentável do Estado. Embora saibamos que esta audiência pública tem um fim específico, que está ligado à discussão da necessidade ou não da compra do novo Sistema Integrado de Recursos Humanos para a administração pública, não queremos aqui nos limitar a isso.

Afirmamos ainda que para nós o papel do Ciasc é ser agente da política do Governo, de reestruturação e descentralização do Estado, sendo o responsável pela ação de modernização tecnológica. Segundo o Plano 15, do Governo do Estado, plano democrático que prevê a participação da sociedade, o Ciasc é peça fundamental à descentralização.

Apresentamos aqui um quadro-diagnóstico sobre a atual situação da empresa."

Por favor, prestem atenção.

"O quadro atual é de incerteza, agravado pela possível perda de clientes e serviços, e deixa a nítida impressão de que estamos sendo atropelados pelos fatos. Espanta que, apesar dos problemas serem conhecidos por todos e ainda mais previsíveis, não se adote providências para solucioná-los, ou quando feito é tardio, gerando desconfiança e frustração. Outro agravante é que os problemas são abordados isoladamente, criando paliativos e retardando a solução definitiva. Observa-se uma incongruência muito grande de procedimentos entre o que se define para fazer e o que definitivamente se faz. Isso é causado, aparentemente, pela falta de definição clara de objetivos, falta de acompanhamento ou simplesmente ineficiência na cobrança de resultados. Deve-se buscar o origem desses problemas, que podem estar na falta de crítica, submissão, visão sistemática, inexistência de planejamento ou na inércia, acomodação, ilusão etc. Como resultado desse tipo de atitude temos desconfiança, desmotivação, incerteza e, pior, o desperdício dos nossos já escassos recursos.

Grande parte dos problemas está interligada e, se abordados isoladamente, pode levar a interpretações, conclusões e decisões errôneas. Só uma solução global e planejada que elimine a raiz dos problemas e que conte com a participação e o comprometimento de todo o corpo funcional fará com que o Ciasc assuma seu verdadeiro papel de gestor e executor da política de informática do Estado.

A conclusão é que nosso modelo técnico-administrativo padece de profundas falhas, algumas congênicas e outras recentemente adquiridas, que prejudicam o bom desempenho e que, se não corrigidas prontamente, poderão inviabilizar a empresa. Somente um processo de autocrítica e discussão aberta poderá levar a uma mudança deste cenário.

Pasmem, Srs. Deputados, este diagnóstico foi feito no planejamento estratégico do Ciasc realizado em abril de 1993 pelo corpo funcional e ao mesmo tempo encontra-se em grande sintonia com o diagnóstico feito pela empresa Newfield Consulting, consultoria especializada, em setembro de 2003, 10 anos depois, encomendado pela atual direção do Ciasc.

Sendo assim, queremos apontar aqui um processo de descontinuidade, de descompromisso e de desvalorização dessa empresa que ao longo dos anos, entra Governo, sai Governo, tem deixado de investir e de fato de construir as condições e a viabilidade para que a empresa possa cumprir a sua missão para a qual foi criada. O controle da arrecadação de impostos, a elaboração do orçamento, o fundamental processo de descentralização e de gestão política e administrativa do Estado tem um conjunto de informações, essas preciosas, estratégicas, confidenciais, que fora do controle do Estado poderia ser apropriado e utilizado indevidamente por algumas pessoas ou alguns setores em benefício próprio.

Queremos aqui afirmar que sabemos que é preciso haver modernização, um amplo processo de investimento de novas tecnologias e de melhoria permanente da qualidade e do desenvolvimento da ação que é prestada. Sabemos até que esse trabalho não pode ser feito somente pela empresa Ciasc, ele é um conjunto de ações articuladas, e é para isso que foi criado o Cetec. E aproveitamos a oportunidade para denunciar aqui que o Cetec não tem efetivamente cumprido o papel para o qual foi criado neste Governo, senão só podemos crer que o Cetec também está conivente com tudo isso.

Na verdade o que está em disputa é a possibilidade de apropriação, por alguns setores, de grandes somas de recursos que devem e precisam ser destinados para a modernização do sistema de informação.

Quanto ao Sistema Integrado de Recursos Humanos do Ciasc, ele faz o controle de mais de 200 mil servidores, no que diz respeito a dados funcionais, financeiros, de formação, aperfeiçoamento, férias, licença-prêmio, afastamentos, acompanhamento de saúde, faltas, avaliação de desempenho, exercício de função gratificada, cargos comissionados, dependentes, folha de pagamento, escala de serviço dos policiais militares, bancos de talentos, exercício de disciplina dos professores, entre outros, tudo integrado e disponível em mais de 1.300 pontos em todo o

Território catarinense. Esse Sistema controla o maior gasto financeiro do Governo do Estado, em torno de 170 milhões de reais por mês, e gera 145 mil contracheques.

Como vimos, senhoras e senhores, temos a inteligência do negócio. Com treinamento, investimentos e vontade política somos capazes, sim, da reformulação e do desenvolvimento de um novo sistema de recursos humanos eficaz, com qualidade e por um custo bem menor do que qualquer outra solução de terceiros que atenda, no mínimo, as características do hoje existente.

Embora os técnicos do Ciasc venham apontando ao longo do tempo a necessidade da modernização do sistema, essa decisão, porém, cabe à direção do Ciasc, juntamente com os demais órgãos do Estado.

Queremos salientar ainda que a licitação para o novo sistema de RH, bem como o foi para o Sistema Fazendário, prevê a transferência de toda a tecnologia utilizada para os técnicos do Ciasc, responsáveis pela manutenção e evolução do sistema."

Até quero fazer aqui uma breve explicação de uma situação nossa. O Secretário acabou de afirmar que isso será feito, a passagem do conhecimento tecnológico. No entanto, no Sistema Fazendário, temos uma equipe de suporte ao Banco (*ininteligível*), que não conhece a aplicação nem mesmo o desenho das bases de dados, e um de seus integrantes - há mais de um ano na equipe - não recebeu nenhum treinamento até hoje.

(*Continua lendo.*)

"Cabe aqui perguntar que plano de contingência está previsto para o Ciasc, visto que praticamente 100 funcionários estarão aptos a se aposentar nos próximos quatro anos. Quem serão os técnicos que realmente irão conseguir dar manutenção e suporte necessários a esses sistemas?"

Estaremos entregando um material detalhado sobre o atual sistema de RH desenvolvido pelo Ciasc, bem como as soluções apontadas para modernizá-lo.

Percebam que, senhoras e senhores, é isso que nos faz vir aqui: pedir e exigir - em nome do exercício da nossa cidadania - a imediata suspensão desse processo de licitação do novo sistema de recursos humanos.

No entanto, os problemas não param por aqui. Faremos agora algumas suspeições. Vamos fazê-las na forma de suspeições porque não queremos ser levianos, mas existem fatos, provas e evidências que mostram indícios de que uma grande bandalheira esteja sendo feita através de investimentos em informática na administração pública.

É importante que o Sr. Governador se posicione com relação a isso, porque ficamos numa grande dúvida se o Governador está sendo enganado, ludibriado, iludido por seus asseclas ou é conivente com esse desfalco. Insistimos que é fundamental que a Assembleia Legislativa, o Ministério Público, o Tribunal de Contas e o Sr. Governador investiguem com profundidade os investimentos que hoje são feitos no setor de informática.

Aproveitamos para levantar algumas suspeições. A Casan, em 1996, lançou um plano de informatização que resultou em um investimento de aproximadamente 30 milhões de reais, contratando na iniciativa privada um sistema com diversos módulos. Apenas o módulo de contabilidade foi implantado, e já está descontinuado, sendo que a Casan está procurando outra solução no mercado que gerará novos custos." A Casan era nossa cliente.

"Já na Secretaria de Estado da Fazenda (SEF) o Projeto Pnafe foi lançado há 9 anos. Dos serviços licitados, os módulos Super Rede e o Sistema de Captura e Cotejamento já foram entregues com um custo de 1 milhão 750 mil reais. No caso do Sistema de Captura e Cotejamento - que tem a função de fazer o controle fiscal das operações do ICMS -, Convênio nº 57/95, esse não atende satisfatoriamente em todas as suas atribuições, tendo problemas estruturais de concepção, tendo sofrido constantes manutenções desde sua implantação, que estão sendo realizadas pelo Ciasc já que o contrato com a Unisys não previa essas manutenções. As deficiências são de tamanho impacto que por vezes é cogitado na SEF o redesenvolvimento na íntegra desse sistema.

Além desses, está em desenvolvimento um terceiro módulo, o Sistema SAT - Sistema de Administração Tributária -, pelo Ciat - Centro Interamericano de Administração Tributária -, orçado em 9 milhões de reais. Um quarto módulo está em licitação para substituir o atual Sistema de Acompanhamento e Gestão Orçamentário e Contabilidade Pública, no valor de 11 milhões 500 mil reais, todos com recursos do BID e contrapartida do Estado, em 25% do total despendido." O Secretário disse há pouco que seriam 40%.

"Os projetos informatizados geralmente são complexos e sua manutenção delicada. Incontestavelmente, o desenvolvimento efetuado por terceiros cria um nível de dependência extremamente arriscada para a continuidade de soluções. Casos mais recentes trazem à tona preocupações da maior gravidade, pelo cunho de favorecimento explícito no que se evidencia.

O Ciasc desenvolveu o Sistema de Administração Hospitalar para o Hospital Joana de Gusmão. Em 2002, ofereceu esse sistema para ser implantado nas nove unidades hospitalares do Estado, pelo valor de 252 mil reais e mais uma pequena taxa mensal de manutenção, o que foi considerado exorbitante pela Secretaria de Estado da Saúde. É bom salientar que o SAH do Ciasc foi submetido à avaliação dessa mesma Secretaria em 2003 e considerado um sistema que atendia as necessidades da mesma, mediante algumas alterações, das quais a maioria já foi implantada e outras estão em fase de implantação. No entanto, a Secretaria contratou outro sistema com funcionalidades inferiores no valor de 2 milhões 705 mil reais. A quem interessa gastar dez vezes mais recursos públicos na compra de tal sistema? Que interesses têm a direção do Ciasc e o Cetec em não defender o uso do sistema desenvolvido pelo Ciasc?"

Outro caso refere-se ao boicote que o Sistema de Rede de Governo, apresentado pelos técnicos do Ciasc, vem sofrendo. Temos um projeto que com um investimento de aproximadamente 26 milhões de reais traria uma economia de 77% nos gastos em telefonia e comunicação de dados e voz do Estado, o qual gira hoje em aproximadamente 60 milhões de reais por ano, ou seja, a economia gerada pagaria o investimento em apenas seis meses. Ao mesmo tempo o projeto de videoconferência do atual Governo vem sendo implantado como um projeto piloto pela empresa italiana Telespazio. Os equipamentos necessários já foram instalados em 29 Regionais do Estado desde 2003. Para essa implantação não temos conhecimento de qualquer processo licitatório, no entanto há notícias de que já foram investidos aproximadamente 1 milhão de reais. Há dúvida se o Ciasc pagou esse valor ou a empresa Telespazio fez 'doações' ao Governo do Estado.

Senhoras e senhores, o conjunto de evidências aqui apresentadas nos leva aos seguintes questionamentos: de fato, onde está sendo o investimento do Estado na área de informática? Será que não está havendo desperdício de recursos públicos? Se é preciso modernizar, por que não investir num plano de desenvolvimento do Ciasc, com a participação e o acompanhamento da sociedade?"

Queremos e entendemos que é necessária a modernização dos sistemas, o uso de novas tecnologias e a retenção e aquisição de novos talentos e novos recursos, mas todos os dados e todas as evidências que trouxemos aqui demonstram que não parece ser isso que está sendo feito. Gastam-se milhões em sistemas ineficazes, duvidosos e insuficientes e não se investe de fato em uma política que sem dúvida nenhuma seria muito menos onerosa e mais efetiva para a sociedade.

Essas suspeições são informações que temos recebido e precisam ser investigadas por órgãos competentes. O Sindpd/SC não tem estrutura nem competência para apurá-las.

Portanto, pedimos a imediata abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigação dessas suspeições. Exigimos da Assembleia Legislativa, do Ministério Público, do Tribunal de Contas e do Governo do Estado uma profunda investigação e uma resposta do que está sendo feito com a gestão da informação no Estado. Que projetos de desenvolvimento efetivamente o Governo tem?"

Não é possível construir uma sociedade democrática, com justiça social, com direitos e responsabilidades para todos sem que possamos discutir de forma transparente a utilização dos recursos públicos e a gestão do conhecimento da informação na sociedade moderna.

É isso o que queremos fazer. Mas para que isso se faça é importante uma total mudança de comportamento da atual Administração do Ciasc, pois a administração de uma empresa pública séria, sábia e competente não pode ser autoritária, arrogante, ineficiente, não cuidar efetivamente dos interesses dos seus trabalhadores e do interesse da gestão da própria empresa. E vamos afirmar aqui mais uma suspeição. Queremos dizer que, pelo comportamento da atual diretoria, ela nos parece conivente com este processo de desmantelamento da empresa e de descompromisso com a informação da gestão da coisa pública.

Não podemos mais conviver com isso. Não é mais possível aceitar que os trabalhadores do Ciasc sejam tratados como escravos, vagabundos, como uma coisa sem serventia. Nós, do Sindicato e do movimento social, acreditamos nas pessoas, acreditamos que esse conjunto de trabalhadores tem ampla capacidade de ajudar e de contribuir para que a empresa possa cumprir o seu papel. E não vamos mais aceitar a ingerência e a gestão de uma direção que não recebe o Sindicato, que não dialoga com seus trabalhadores e não respeita o compromisso com a democracia; que está em desacordo com o Plano 15, com o Governador do Estado e com as políticas que podem efetivamente contribuir para o desenvolvimento social e para a construção de uma nação, livre, democrática e soberana, que tanto queremos. Exigimos a imediata troca da diretoria dessa empresa e, mais ainda, que não se coloque mais lá nenhuma outra direção sem um amplo processo de discussão com os funcionários da empresa, com os órgãos de interesse e com toda a sociedade. Só assim poderemos assegurar uma boa gestão da informação, em que os investimentos em informática feitos pelo Estado sejam bem aplicados.

É esta a esperança que depositamos aqui ao participar desta audiência pública, a esperança de estarmos contribuindo para barrar o processo de bandalheira e para contribuir com a construção de uma sociedade e de um mundo melhor para todos."

Obrigado.

Esse material estará disponível, na íntegra, junto com outros documentos. (Palmas)

O SR. VICE-PRESIDENTE (Deputado Celestino Secco) - Muito obrigado.

Solicita-me a palavra, pela ordem, tendo em vista a citação, o Dr. Mário Capela, que representa aqui a Secretaria da Fazenda e que foi convidado por esta Comissão para participar desta audiência pública, e o Secretário Marcos Vieira.

Com a palavra, então, o Dr. Mário Capela.

Solicito ao Deputado Blasi que me substitua por alguns minutos nesta presidência, tendo em vista que estou sendo chamado.

O SR. MÁRIO CAPELA (representante da Secretaria da Fazenda) - Sr. Deputado Celestino Secco, que está presidindo os trabalhos desta audiência pública, demais Deputados, demais autoridades e colegas do Ciasc.

Na realidade a nossa manifestação aqui será muito breve. Ela se faz necessária em função de que a Secretaria da Fazenda foi citada pelo orador que me antecedeu. Entendemos como oportuno e válido fazer algumas breves colocações para que determinados aspectos fiquem devidamente esclarecidos.

Com relação aos sistemas de informática que a Secretaria da Fazenda vem adquirindo recentemente com recursos oriundos do Programa Pnafe, parece-nos extremamente oportuno colocar que tal programa não teve um início do nada ou simplesmente apareceu por uma vontade do administrador público em contratá-lo. Muito pelo contrário, o Programa Pnafe é um programa nacional voltado especificamente para as Secretarias da Fazenda dos Estados e que teve desde o seu início, para a sua efetiva contratação, autorização, no plano legislativo federal, do Congresso Nacional. E no plano estadual, no caso específico de Santa Catarina, existe uma lei, votada aqui nesta Casa em dezembro de 1997, se não me falha a memória, autorizando especificamente que o Governo do Estado de Santa Catarina contratasse esse empréstimo com o BID.

Com relação à participação do Ciasc no Programa Pnafe, infelizmente esse programa obedece a um regulamento operativo do Banco BID e do Ministério da Fazenda, que, digamos assim, torna possível que determinadas ações por parte da Secretaria da Fazenda possam ou não ser empreendidas. Uma das diretrizes que consta desse regulamento operativo é que a utilização de todos os recursos oriundos desse financiamento, portanto, oriundos desse programa, deva se dar através de licitação. A Secretaria da Fazenda não pode fazer nenhum tipo de contratação direta. Portanto, ainda que fosse desejo da Secretaria da Fazenda repassar recursos diretamente para o Ciasc para que ele eventualmente desenvolvesse ou realizasse algum trabalho, isso não é possível. E não sendo possível, não tem como ser feito.

Esse programa possui auditoria de missões do BID, que vêm a cada três, quatro meses a cada Estado para fazer um levantamento *in loco* - muitos dos colegas do Ciasc aqui conhecem os auditores do BID; possui fiscalização direta da Secretaria Federal de Controle, que trimestralmente também faz auditoria nos Estados tomadores do empréstimo; e ainda possui auditoria do nosso Tribunal de Contas, que é feita também nessa área. São revistos contratos, procedimentos, pagamentos, enfim, é tudo muito fiscalizado.

Então, desde o início a Secretaria da Fazenda se pautou pela execução desse programa dentro das normas que foram devidamente pactuadas e acertadas, ou seja, obedecendo estritamente o regulamento operativo.

Com relação a essa suposta transferência de tecnologia para terceiros, empresas etc., dando assim uma idéia de que estaria se desmontando esse capital tecnológico que o Estado possui na figura do Ciasc, vale salientar, agora especificamente sobre a Secretaria da Fazenda - em função do que foi citado pelo colega do Sindicato -, que nos sistemas que a Secretaria da Fazenda adquiriu com recursos do Programa Pnafe, como o Ciasc não era uma empresa pré-qualificada pelo BID, porque talvez na época não desejou participar desse processo, e tampouco participou de procedimentos licitatórios que essa Secretaria fez, a Secretaria da Fazenda, sabendo que o Ciasc não participaria, fez o quê? Tomou o devido cuidado de buscar, dentro daquilo que estabelece o regulamento operativo, a maior participação possível do Ciasc.

Como isso se deu? Só para ter uma idéia - há aqui muitos colegas do Ciasc que participaram desse processo -, na parte da capacitação e na parte de transferência de tecnologia daquilo que estaria sendo objeto de aquisição pela Secretaria da Fazenda, essa Secretaria, no tocante a esse aspecto no edital, simplesmente não redigiu nada. Quem fez toda essa parte do edital foram técnicos do Ciasc. Eu posso citar aqui, nominalmente, os colegas Ademir Rosa, Jorge Pinto e outros que participaram, muitos dos quais estão aqui.

Então, na parte de transferência de tecnologia, na parte de cursos, seja no ambiente Oracle, Dock Net, Java, enfim, tudo aquilo que envolveria essa tecnologia para o aprimoramento e para o desenvolvimento desse programa, quem definiu tudo isso foi o Ciasc, nós sequer fizemos a correção do português. O que veio do Ciasc foi introduzido no nosso edital e publicado. Portanto, se eventualmente alguma coisa do que foi contratado não está atendendo os anseios ou as necessidades, ou dentro daquilo que o Ciasc julga razoável, eu talvez possa colocar aqui, sem sombra de erro, que deva ser cobrado do pessoal dos Ciasc, porque a Secretaria da Fazenda simplesmente colocou no seu edital aquilo que foi previsto pelo Ciasc. Essa, evidentemente, dentro daquilo que estabelece o regulamento operativo, foi a forma que a Secretaria da Fazenda encontrou em conjunto com o Ciasc; o Ciasc participou desde o início da elaboração do edital. Não foi a Secretaria da Fazenda que fez o edital, foi a Secretaria da Fazenda juntamente com Ciasc.

Finalizando, só gostaria de colocar também que é público e notório para o Ciasc o volume de recursos que a Secretaria tem aportado por conta do Programa Pnafe - está lá o *storage*, as máquinas *risk(?)*, o robô de *back-up*. Enfim, tudo aquilo que é possível dentro do regulamento operativo a Fazenda tem feito, até porque o nosso negócio, o da Secretaria da Fazenda, não é desenvolver sistemas, o nosso negócio é cobrar e gerenciar tributos estaduais, e o Ciasc é e sempre foi um parceiro importante. E quando esse contrato for terminado com a empresa prestadora de serviços quem dará manutenção e quem dará todo o suporte é o Ciasc.

Obrigado, Deputado.

O SR. VICE-PRESIDENTE (Deputado Celestino Secco) - Obrigado.

Com a palavra, o Secretário Marcos Vieira.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO (Marcos Vieira) - Deputado Celestino Secco, tenho algumas considerações ainda acerca do pronunciamento do Presidente do Sindicato, o Sr. Alessandro. A Secretaria da Administração não deixará de ser cliente do Ciasc, não deixará, está fora de cogitação. Dentre outras atribuições do Ciasc, entendo que o Ciasc tem que ser o grande hospedeiro dos equipamentos e das informações do Estado. Sempre advoguei essa tese quando diretor da empresa.

Quando cheguei na Secretaria, no primeiro mês de trabalho, em janeiro, um dos principais servidores da Secretaria queimou - a manutenção era precária, o ambiente em que ele estava instalado não era adequado. Fizemos uma licitação, compramos um novo servidor, e eu determinei que esse servidor fosse hospedado no Ciasc e hoje ele está lá. O Ciasc está preparado para isso, para ser o grande hospedeiro de equipamentos e informações do Estado.

No que diz respeito à solução: não se comprará solução pronta no mercado. Trata-se de desenvolvimento de um sistema, e por se tratar de desenvolvimento todas as informações serão de propriedade do Estado e não de empresa privada. Repito, todas as informações serão de propriedade do Estado e quem detêr essas informações será o Ciasc.

O Presidente do Ciasc, Sr. Fábio Carpes, juntamente comigo e com outros, tem sido um defensor como nunca do Ciasc. Até chamo ele de corporativista demais - ele defende o Ciasc, ele quer o Ciasc público, como eu quero. Esse sistema que possivelmente se desenvolverá será como já é hoje: o maior sistema corporativo do Estado.

E, o último item, no que diz respeito ainda às afirmações do Alessandro, eu comungo com as suas preocupações. Se há bandalheira, tem que ser investigada e isso tem que vir a público. É isso que todo administrador público deseja, que qualquer tipo de dúvida seja investigada. E se você der a honra de visitar-me na Secretaria, quero recebê-lo para dar encaminhamento às colocações que você fez na tribuna.

Obrigado, Deputado.

O SR. VICE-PRESIDENTE (Deputado Celestino Secco) - Srs. Deputados, quero fazer aqui um registro: recebi do Dr. Carlos Alberto Schneider muitas orientações e muita ajuda quando Secretário da Administração. E quero fazer esse agradecimento de público à Fundação Certi por tudo que me ajudou e pelas orientações que me deu sem que eu pagasse, ou seja, dando calote o tempo inteiro.

Com a palavra, por três minutos, o Dr. Carlos Alberto Schneider.

O SR. CARLOS ALBERTO SCHNEIDER (Presidente da Fundação Certi) - Sr. Deputado Celestino Secco, Srs. Deputados-membros, Sr. Secretário, senhoras e senhores, efetivamente agradeço o convite para estar presente aqui.

Não tenho condições de fazer aqui uma manifestação sobre a questão que está sendo discutida, até porque estou tomando conhecimento nesta oportunidade. Só quero manifestar que a Fundação Certi - Centro de Tecnologia Catarinense -, que atua na área de tecnologia da informação, foi convidada em 1999 pelo Deputado Celestino Secco, que estava coordenando o programa de governo eletrônico do Estado de Santa Catarina, para ajudá-lo nesse processo. Na época, envolvendo diversas outras instituições, nós desenvolvemos um estudo que preconizava efetivamente o desenvolvimento de uma rede avançada de comunicação de dados que preconizava o desenvolvimento de diversos sistemas, inclusive o Sistema de Gestão de Recursos Humanos.

Aquele sistema tinha dois grandes objetivos: um deles, dar suporte à gestão governamental e, outro, fazer a modernização da prestação de serviços ao cidadão. Na época entendíamos que o desenvolvimento de sistemas seria interessante ser feito por empresas, pelo Ciasc, por institutos catarinenses, de uma forma pioneira, até possibilitando a oportunidade de criação de novos negócios nessa área de tecnologia da informação.

A Fundação Certi continua à disposição do Governo do Estado para a discussão dessas questões sobre os aspectos técnicos.

Obrigado, Deputado.

O SR. VICE-PRESIDENTE (Deputado Celestino Secco) - Obrigado, Dr. Carlos Alberto.

Também quero fazer o registro da presença do Dr. Fábio Carpes da Costa, Presidente do Ciasc, e passar-lhe a palavra, por cinco minutos.

O SR. FÁBIO CARPES DA COSTA (Presidente do Ciasc) - Quero cumprimentar o Deputado Celestino Secco, e em seu nome todos os outros Deputados aqui presentes; cumprimentar o meu companheiro de Colegiado Marcos Vieira; cumprimentar os funcionários do Ciasc.

Eu não poderia deixar de manifestar-me sobre dois aspectos: o primeiro aspecto é o levantamento realizado pela Secretaria da Administração, que foi extremamente coerente em relação aos problemas enfrentados pelo atual sistema; e o segundo aspecto é com relação à parte tecnológica desse problema. Há quatro anos, se o Governo que estava no poder tivesse decidido pela implantação, pela modernização do sistema de recursos humanos, provavelmente ele teria feito um sistema cliente/servidor, quando temos hoje uma tecnologia *Web*. Então, estaríamos desatualizados. Provavelmente a proposta que lhe foi feita na época deveria ter sido cliente/servidor, que era o que existia como tecnologia de ponta. Naquela época a *Web* ainda era um pouco incipiente e insegura - hoje ainda temos alguns problemas de comunicação. E provavelmente hoje estaríamos discutindo como levar essa tecnologia para a Internet.

De dois a três anos existe uma mudança muito rápida no processo da tecnologia da informação, do armazenamento e de comunicação. Isso leva ao sucateamento de empresas e ao sucateamento de processos. Conseqüentemente, a modernização do processo tecnológico é fundamental e uma coisa extremamente viva e constante da qual não podemos abrir mão. Mas ela também não é só parque operacional. Eu poderia aqui vir falar da situação dramática que vivemos hoje - passados 15 dias, e que poucos sentiram - com a parte de comunicação, pois hoje estamos usando o máximo que o Ciasc suporta - e a qualquer momento o Estado poderá ficar fora do ar. Existe esse processo, já foi comunicado ao Governo do Estado, porque o programa de rede é um problema que cada dia que passa exige mais dos operadores, da entrada de novas pessoas no circuito dos novos usos, e isso vai deteriorando os *softwares* e os *hardwares* hoje existentes na empresa.

Eu acho que isso passa muito pela discussão dos recursos humanos e, conseqüentemente, se nós temos uma desatualização tecnológica nos equipamentos e nos *softwares*, essa desatualização tecnológica também acontece nas pessoas que os operam. E isso vai para dentro do Ciasc e dentro de qualquer outra empresa.

Hoje os profissionais do Ciasc têm um grande conhecimento dos processos que adquiriram durante os 26 anos, mas existem as dificuldades das novas e modernas tecnologias de processamento, e isso leva à insegurança, a caracterizações que, às vezes, levam a defender certos projetos e certas necessidades. Isso se entende pela característica humana de todos nós. Mas existe uma necessidade extrema do Estado de Santa Catarina de modernizar os seus profissionais que atuam na área tecnológica, para que o Estado tenha um retorno. É isso que o Estado espera de uma empresa de tecnologia como o Ciasc: ter equipamentos modernos e pessoal tecnologicamente avançado.

Nós estivemos a semana passada em Brasília, e estamos desenvolvendo com a Funcitec um projeto, do governo, de qualificação dos profissionais do Ciasc. Nós tivemos apoio da Secretaria de Logística e Informação do Governo Federal e da OEA, que tenta desenvolver um projeto-padrão de qualificação da mão-de-obra envolvida em TI nos governos dos estados, não só no Brasil, mas em toda a América Latina. Inclusive os países da América Latina estavam presentes nesse encontro, e o modelo de Santa Catarina vai ser o primeiro modelo que a OEA vai tentar replicar em outros estados. Tendo sucesso aqui, ele será replicado em outros estados e em outros países.

Quanto às colocações do funcionário Alessandro, pelo sindicato, eu gostaria, Deputado, que fosse aceita a Comissão de Inquérito. Como o Marcos colocou, nós não temos nada para esconder de ninguém. Se existe suspeita, se existem colocações, que sejam feitas. Eu não vim aqui preparado para responder a todos os itens, um deles inclusive eu desconhecia, que era o da saúde. Eu não conhecia esse evento, e quero dizer que muitos deles aconteceram fora da época desta gestão. Então, fica difícil até eu ponderar alguma coisa, tanto em relação ao Pnafe da Secretaria da Fazenda quanto a um outro que ele colocou que aconteceu em 1990. Então fica difícil, às vezes, de detectar.

Quanto à gestão do Governo Luiz Henrique da Silveira e Eduardo Moreira, estão abertas todas as informações, tudo o que foi feito. Inclusive já foi respondido para a Assembléia quanto ao problema da Telespazio. Nós estamos fazendo outros testes, não só esse. Já fizemos testes com *storge*, porque somos obrigados a ver se as tecnologias que existem funcionam. Se não funcionam, não tem interesse de a gente conversar sobre elas.

Eu vou, a partir dessa base, responder aos Deputados todas as colocações que foram feitas, bem como ao sindicato, apesar de que estranho que o Alessandro, como funcionário do Ciasc, não tenha conhecimento dessa parte da Telespazio, que ele colocou. Mas nós não temos nenhuma preocupação quanto à lisura e quanto aos processos que estamos praticando. Por isso eu sugiro, Deputado, se assim for de desejo, que se abra sindicância ou uma CPI para esses aspectos serem analisados.

Muito obrigado.

O SR. VICE-PRESIDENTE (Deputado Celestino Secco) - Antes de abrimos a palavra, consulto os Srs. Deputados se desejam se manifestar.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. servidores do Ciasc e de outras empresas e órgãos estatais aqui presentes, Sr. Secretário de Estado da Administração.

Em brevíssimas palavras, quero manifestar um sentimento e um entendimento pessoal, qual seja, o de que nós temos que encontrar meios e modos cada vez mais eficazes para fortalecer o Ciasc, haja vista que é preciso que uma empresa que opera as informações do Estado, portanto informações de caráter estratégico, seja sempre e cada vez mais uma empresa pública. Que quaisquer ensaios no passado, no presente ou no futuro no sentido de privatizar essa base de dados não mereçam êxito, porque é fundamental que nós tenhamos um Ciasc público para processar com a devida responsabilidade as informações estratégicas do Estado.

É nesse sentido o meu comprometimento pessoal como Deputado aqui na Assembléia Legislativa.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. VICE-PRESIDENTE (Deputado Celestino Secco) - Com a palavra o Deputado Francisco Küster.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER - Sr. Presidente, Deputado Celestino Secco; colegas Parlamentares; Sr. Secretário Marcos Vieira; Sr. Presidente do Ciasc; Dr. Carlos Alberto; professor Carlos Schneider; Dr. Mário Capela; servidores do Ciasc; Sr. Alessandro, do sindicato.

Rapidamente, quero fazer coro com as afirmações do Deputado João Henrique Blasi. Eu entendo que a coisa pública não pode prescindir do domínio pleno dos conhecimentos que são desenvolvidos, porque isso é estratégico para o Estado. Mas também entendemos que a velocidade nesse campo é muito grande e que só mesmo os que se dedicam 24 horas por dia podem acompanhar essa velocidade.

Entendo que o Estado contemporâneo, passada essa onda toda de privatizações, essa coisa toda, tem que investir não só nos seus colaboradores para que eles possam acompanhar as evoluções, as transformações nesse campo tecnológico, como dominar esses conhecimentos e deles não abrir mão. Acho que isso é estratégico para o Estado contemporâneo, e pelo que conheço do nosso Governador, Dr. Luiz Henrique da Silveira, que foi inclusive Ministro dessa área do conhecimento logo após a Assembléia Nacional Constituinte, acho que ele também comunga desses pensamentos.

Eu estou retornado, sou agora um veterano que está se adaptando e até conhecendo as pessoas que fazem parte do Governo no seu todo, mas tenho isso como princípio: o Estado não pode prescindir (isso é estratégico) de determinadas áreas e atividades da coisa pública. Eu até diria o seguinte: há algumas coisas que são "imprivatizáveis".

O SR. VICE-PRESIDENTE (Deputado Celestino Secco) - Obrigado Deputado Francisco Küster.

Pergunto aos integrantes da audiência pública se mais alguém deseja usar a palavra ou fazer alguma intervenção.

O SR. OMAR ROBERTO AFIF ALEMSAN (ex-gestor do Programa de Modernização Fazendária) - Srs. Deputados, colegas do Ciasc, colegas da Secretaria da Fazenda, eu fui gestor do Programa de Modernização da Administração Fazendária nos quatro anos do Governo passado, e queria dizer do orgulho que eu tenho de ter participado dessa equipe constituída pelos colegas da Secretaria da Fazenda e, principalmente, do Ciasc.

Desde o primeiro dia do Governo até o último dia, todos os projetos da Secretaria da Fazenda tiveram o acompanhamento de vários colegas do Ciasc, e, na medida do possível, tudo o que foi feito era comunicado. Mesmo na transição, quando o atual Presidente chamou a equipe do Pnafe, nós fizemos uma apresentação do programa no auditório do Ciasc, e até na época todos os funcionários aplaudiram e ficaram contentes, porque é um programa que é exemplo para outras Unidades da Federação.

Nós sofremos auditoria da Secretaria Federal de Controle, das missões do BID, e nesse período tivemos avaliação positiva do programa. Se não fosse obtida essa avaliação positiva, hoje a gente não teria liberação dos recursos do BID 4 nem a liberação de outros recursos internacionais. O Deputado Celestino Secco foi Secretário na época da liberação do Parcep (?), cujo pré-requisito era a execução satisfatória do Pnafe.

Então, quero dizer que tudo foi transparente, e a gente tem o maior orgulho de passar todas as informações que forem necessárias para que alcancem toda a sociedade catarinense.

Obrigado.

O SR. VICE-PRESIDENTE (Deputado Celestino Secco) - Obrigado, Afif.

Com a palavra o Sebastião, por dois minutos.

O SR. JOSÉ SEBASTIÃO NUNES (Secretaria da Administração) - Gostaria de fazer apenas algumas reflexões. Eu creio na capacidade do povo catarinense, creio na capacidade dos profissionais da Secretaria da Administração, creio também na capacidade dos profissionais do Ciasc, e já trabalhei com vários deles, participei da elaboração do primeiro sistema integrado de recursos humanos pela Secretaria da Administração, e como o Afif colocou muito bem, sempre tivemos uma relação de união e de maturidade profissional. Não questiono hoje aqui a necessidade do desenvolvimento de um novo sistema, creio que é muito claro que o que deve ser questionado é a forma como o processo está sendo conduzido.

O Deputado Küster também foi muito feliz, assim como o Deputado Blasi, porque questões estratégicas realmente têm que ser valorizadas. E temos que ter cautela, haja vista que Santa Catarina foi referência nacional quando elaborou o primeiro sistema integrado de recursos humanos. Todos os demais estados começaram a ver o nosso modelo.

Agora, faço um questionamento, Secretário Marcos Vieira, que eu tanto admiro: os técnicos que hoje estão trabalhando com o senhor também estiveram na Secretaria da Administração em governos anteriores ocupando postos-chave, então por que será que anos atrás, ou no ano passado, não foi desencadeado um processo de mudança preventiva, porque não houve maturidade para uma solução preventiva? Por que tudo tem que ser de repente, de uma hora para outra? Isso me deixa preocupado. Penso que tanto o Deputado Celestino quanto o senhor, como ordenadores primários da Secretaria, confiaram nesses profissionais, e hoje eles deveriam ter dado um melhor assessoramento, um assessoramento mais maduro, porque a medida que está sendo sugerida hoje parece-me que é curativa. Se tivéssemos adotado uma solução preventiva, atitudes preventivas, com certeza esse povo não estaria aqui fazendo uma solicitação justa. Então é uma questão de reflexão e de maturidade profissional.

A minha colaboração, eu faço como servidor do quadro da Secretaria de Administração no intuito de colaborar com o Estado de Santa Catarina e com os catarinenses. *(Palmas)*

O SR. VICE-PRESIDENTE (Deputado Celestino Secco) - Com a palavra o Sr. Milton Pereira Monguilhott.

O SR. MILTON PEREIRA MONGUILHOTT (Ciasc) - Sou funcionário do Ciasc há 25 anos. Foi mencionado pelo Capela que o Ciasc participou de todos os processos, inclusive da elaboração do edital, então, acho que seria importante fazer uma CPI para tirar a limpo quem foi que na direção do Ciasc ou na direção da Secretaria da Fazenda disse que o Ciasc era proibido de participar daquela licitação porque o BID assim colocava. Lá dentro do Ciasc foi dito para todos nós que não poderíamos participar dessa parada.

Acho que isso deveria ser investigado, porque se foi verdade, mostra que existe uma submissão do Estado de Santa Catarina ao dinheiro internacional, que coloca já, de início, a exclusão do Ciasc.

A segunda questão, para ser bem breve, é que eu gostaria que estivessem aqui nesta audiência pública todos os servidores e pensionistas do Estado para saber como que o Governador explica que não tem dinheiro para fazer coisa nenhuma porque o Estado está endividado e agora o nosso Secretário da Administração propõe um endividamento de mais uns 10 milhões para contribuir com essa rubrica. Parece-me que tem algum problema aí. O Governador está falando uma coisa e o Estado pratica outra. O Secretário está propondo 10 milhões a mais em endividamento, e o Governador vai explicar isso como?

Acho complicada essa discussão, porque se mistura tecnologia com discurso político de para aonde se quer ir. Se estamos discutindo para aonde se quer ir, deixem o assunto para quem sabe tratar dele, porque daqui a pouco a Assembléia vai discutir como é que se faz uma cirurgia do coração! Quem foi criado no Estado para discutir tecnologia da informação? O Ciasc. O Certi está aqui ao lado como uma entidade que pode colaborar, e muito. Acho extremamente útil. Agora, se nós ficarmos aqui discutindo tecnologia com gente que não entende nada de tecnologia, aí fica difícil. O Estado tem que dizer para onde vai, e quem mostra o caminho é quem está capacitado para isso.

Então eu gostaria, inclusive para reforçar a CPI, que se buscase explicar como se gasta tanto dinheiro em informática, porque o Ciasc está cada vez mais sucateado.

Obrigado. *(Palmas)*

O SR. DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER - Sr. Presidente, eu quero fazer uma pequena intervenção por conta da falação do Milton.

Nós podemos não ter o conhecimento que os técnicos do Ciasc tem, mas nós representamos a sociedade catarinense, portanto, temos o dever e a obrigação de obter essas informações para manter a nossa gente a par das ocorrências.

O Milton fez a colocação dele, mas acho que isso aí merecia de minha parte, como representante do povo, uma observação. Podemos não dominar na plenitude, mas temos o dever de ter essas informações, o mínimo necessário.

O SR. VICE-PRESIDENTE (Deputado Celestino Secco) - Obrigado, Deputado Francisco Küster. Eu ia mesmo fazer uma observação nesse sentido, de que esta audiência pública não se destina à discussão de tecnologia mas de um ato de política pública que está sendo praticado, por isso precisa ser efetivamente questionado, discutido, investigado, e cuja transparência se torna sempre obrigatória.

Com a palavra o Dr. Ademar Dutra.

O SR. ADEMAR DUTRA (Secretaria da Administração) - Bom-dia a todos, e gostaria de fazer algumas considerações.

Eu tive a oportunidade de participar da equipe da Secretaria da Administração que, juntamente com técnicos do Ciasc, desenvolveu o atual sistema de recursos humanos.

Por parte da Secretaria da Administração, eu e o Simas conduzimos todo o processo de implantação desse sistema a partir de 1991 - o desenvolvimento desse sistema se deu a partir de 1998. Como funcionário da Secretaria e como administrador, acompanhei todas as manutenções, todos os diagnósticos para melhoria do sistema, e conheço em detalhe todas as funcionalidades.

O sistema atual está tecnologicamente defasado, desatualizado. Nós precisamos de uma nova plataforma, de um sistema atual em alta plataforma. Nós precisamos de novas funcionalidades e de um sistema que permita que o seu usuário interaja de forma fácil, de forma dinâmica.

Como administrador e como técnico, estou na obrigação de fazer essas afirmações, por conhecer a área, e por ter participado do desenvolvimento e da implantação do atual sistema.

O SR. VICE-PRESIDENTE (Deputado Celestino Secco) - Muito obrigado.

Continua livre a palavra a quem quiser se manifestar.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER - Sr. Presidente, como ninguém se manifestou, eu peço vênia e escusas. Eu deixei de citar, quando me referi às autoridades que aqui compareceram e se pronunciaram, o Secretário Marcos Vieira, Secretário da Administração, a quem cumprimento pela apresentação e por nos trazer alguns conhecimentos, principalmente para mim, que estava afastado há tempo das lides da coisa pública.

O SR. VICE-PRESIDENTE (Deputado Celestino Secco) - Obrigado, Deputado Francisco Küster.

Com a palavra o Secretário da Administração, Marcos Vieira, por cinco minutos.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO (Marcos Vieira) - Sr. Deputado Celestino Secco, demais Deputados e meus colegas de Ciasc, vou fazer algumas considerações finais.

Se vocês lerem os documentos que criaram o grupo gestor e os respectivos grupos de trabalho nas mais diversas áreas, haverão de observar que majoritariamente é constituído por servidores efetivos do Governo do Estado: da Secretaria da Administração, do Ipesc, da Secretaria da Fazenda, da Secretaria do Planejamento e também por servidores do Ciasc.

O Estado, na administração passada, autorizou o Sr. Ademar Dutra, que há pouco aqui se manifestou, a frequentar um curso e a se especializar. Responsavelmente, a atual gestão o chamou por entender - e isso é verdadeiro - que ele é um dos quadros mais qualificados. E está aí o Ademar a coordenar o grupo de trabalho da comissão que estuda a reestruturação dos vencimentos dos servidores públicos constituída pelo Decreto nº 1.556, ao qual me referi quando da palestra.

Outro servidor altamente qualificado que o Governo do Estado tem é o Gerente de Remuneração Funcional. Esse trabalha diuturnamente, trabalha no sábado, no domingo, vara madrugada para que no dia seguinte possa entregar à autoridade superior as informações solicitadas. Talvez o Dacol junto com o Ademar, o Simas e outros sejam aqueles servidores públicos que vivem as agruras do dia-a-dia do atual Sistema de Recursos Humanos.

Entendo que necessário se faz, sim, um novo sistema. Se lá em 1988, quando do início da sua concepção, e ao final na sua implantação, em 1992, o atual sistema foi modelo para o Brasil, eu não tenho dúvida de que o futuro sistema também será modelo para o Brasil. Com certeza toda Santa Catarina se orgulhará desse feito, até porque, em desconformidade com as atitudes e decisões de alguns Estados, propriamente os nossos dois vizinhos - Rio Grande do Sul e Paraná -, que partiram para uma solução pronta, que partiram pela compra de um processo já acabado, Santa Catarina optou pelo desenvolvimento. E ao fazer tal opção, faz com que todas as informações sejam de propriedade da sociedade catarinense. Quem vai gerenciar essas informações, quem vai ter o controle dessas informações, quem processará as alterações, quem processará a manutenção e quem atualizará o sistema serão vocês. Disso a Secretaria da Administração não abre mão, disso o Governo do Estado também não abre mão.

Deputado Celestino Secco e demais Srs. Deputados presentes nesta audiência, agradeço esta oportunidade que foi dada à Secretaria da Administração, juntamente com os demais técnicos, o Eduardo Pokrywiecki, Diretor de Recursos Humanos, e o Marcelo, gerente na Secretaria.

Quero dizer a todos os funcionários do Ciasc que quanto a mim podem ficar tranquilos, porque o Ciasc vai ter a Administração como cliente por muitos, muitos e muitos anos, só depende do próprio Ciasc.

O SR. VICE-PRESIDENTE (Deputado Celestino Secco) - Srs. Deputados e integrantes da Comissão de Administração, Trabalho e Serviço Público, surgiram daqui muitas informações, e como requerente desta audiência pública, pretendo organizá-las e submeter à deliberação da Comissão algumas proposições na reunião da próxima terça-feira, na sala 26.

Devo dizer, Secretário, que algumas das perguntas que formulei não foram devidamente respondidas. Já há algumas das informações aqui postas que são objeto do pedido de informação que proferi, como a questão da Telespazio. Segundo o Dr. Carpes, já foi respondido, mas a Assembléia ainda não me repassou a resposta do Ciasc.

Há outras informações aqui postas, e algumas de caráter grave, Secretário, como é o caso daquela que o nosso Presidente do Ciasc desconhecia: o *software* da saúde, o custo produzido pelo Ciasc em relação ao custo efetivo que o Estado pagou ou está pagando em cima disso. Portanto, do ponto de vista pessoal, Deputado Blasi, vou conduzir alguns pedidos de informação. Se entender que há fatos determinantes que sejam conjugados com os ditames regimentais desta Casa, vou buscar obter as assinaturas necessárias à construção de uma CPI que tenha objeto e objetivo não de fazer politicagem, porque, como disse bem V.Exa., trata-se de uma área de muita responsabilidade pública de todos nós que somos gestores públicos; portanto, buscar esclarecer essas questões é de extrema importância.

Quero agradecer a presença e a participação de todos os Srs. Deputados; do Sr. Secretário da Administração e de todos os seus auxiliares; do Sr. Carlos Schneider, Presidente do Ciasc; do sindicato e de todos os servidores do Ciasc, os quais, tenho certeza, não terão o dia descontado por estarem aqui participando da nossa audiência pública, uma audiência muito rica em informações.

Já estava encerrando, mas vou quebrar o protocolo, já que é uma audiência pública, e conceder a palavra ao Sr. Francisco Castelhain.

O SR. FRANCISCO CASTELHAIN - Sou Presidente do Sindicato do Processamento de Dados, e gostaria de solicitar à Comissão uma moção à não-repressão e à não-represália aos diretores do sindicato que são funcionários do Ciasc e aos trabalhadores que estiveram aqui presentes nesta audiência, devido às denúncias e aos encaminhamentos que o sindicato tem colocado nesta Casa.

O SR. VICE-PRESIDENTE (Deputado Celestino Secco) - Muito bem, e convoco os Deputados da Comissão para em seguida tomarmos a deliberação da eleição do novo Presidente da Comissão.

Quero agradecer novamente a presença de todos. Podem ter certeza de que esta Casa vai estar sempre aberta à discussão de assuntos de relevante interesse da administração pública estadual.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

DEPUTADO CELESTINO SECCO
VICE-PRESIDENTE

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 039/2005

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições e tendo em vista os termos do of. nº 006/05, da Comissão de Sindicância nº 009/04,

RESOLVE: com fulcro no parágrafo único, do artigo 158, da Lei nº 6.745, de 28/12/85,

Considerar Prorrogada, por 30 (trinta) dias a contar de 24/02/05, os trabalhos da Comissão de Sindicância nº 009/04, constituída pela Portaria nº 401, de 08 de dezembro de 2004.

Palácio Barriga Verde, em 21/02/2005

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 040/2005

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

LOTAR JOHNI LUCAS DA SILVA, matrícula nº 2096, no Gabinete do Deputado Clésio Salvaro.

Palácio Barriga Verde, em 21/02/2005

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 041/2005

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

LOTAR JOSÉ GERALDO DA SILVA, matrícula nº 1467, na Diretoria de Transporte.

Palácio Barriga Verde, em 21/02/2005

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor

*** X X X ***

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista os termos do Art. 1º da Resolução nº 588/94, RESOLVE:

PORTARIA Nº 042/2005 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde) a **SEBASTIÃO HEERDT**, matrícula nº 4237, ocupante do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-13, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 15 (quinze) dias, a partir de 25/01/05.

PORTARIA Nº 043/2005 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde) a **JOSÉ LUCIO BUCHELE**, matrícula nº 0295, ocupante do cargo de Administrador, código PL/ATS-12-J, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 30 (trinta) dias, a partir de 02/02/05.

PORTARIA Nº 044/2005 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde) a **ZANY ESTAE LITE**, matrícula nº 0784, ocupante do cargo de Contador, código PL/ATS-12-B, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 30 (trinta) dias, a partir de 03/02/05.

Palácio Barriga Verde, em 21/02/2005

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor

*** X X X ***

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista os termos do Art. 1º da Resolução nº 588/94, RESOLVE:

PORTARIA Nº 045/2005 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde) a **VALDEMAR DE SOUZA**, matrícula nº 0899, ocupante do cargo de Motorista, código PL/ATM-9-J, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 30 (trinta) dias, a partir de 06/02/05.

PORTARIA Nº 046/2005 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I e 63, parágrafo único da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação-Tratamento de Saúde) a **MARTIM AFONSO PALMA DE HARO**, matrícula nº 0783, ocupante do cargo de Advogado, código PL/ATS-12-J, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 15 (quinze) dias, a partir de 09/02/05.

Palácio Barriga Verde, em 21/02/2005

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 047/2005

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: *de acordo com o art. 2º, I, II e III, do Ato nº 1.138/04,*

ANTECIPAR do mês de dezembro para março, as férias fixadas para o ano de 2005, da servidora **LUCIANE FADEL DA COSTA**, matrícula nº 1994.

Palácio Barriga Verde, em 21/02/2005

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 0019/05

Institui o Fundo Estadual de Incentivo à Cultura - FUNCULTURAL, o Fundo Estadual de Incentivo ao Turismo - FUNTURISMO, e o Fundo Estadual de Incentivo ao Esporte - FUNDESORTE, no âmbito do Sistema Estadual de Incentivo à Cultura, ao Turismo e ao Esporte - SEITEC, e estabelece outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Estado de Santa Catarina, o Sistema Estadual de Incentivo à Cultura, ao Turismo e ao Esporte - SEITEC, com objetivo de estimular o financiamento de projetos culturais, turísticos e esportivos especialmente por parte de contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, na forma e nos limites estabelecidos nesta Lei.

Art. 2º O Sistema Estadual de Incentivo à Cultura, ao Turismo e ao Esporte - SEITEC, tem por objetivo prestar apoio financeiro e financiamento de projetos voltados à infra-estrutura necessária às práticas da Cultura, Turismo e Esporte, mediante a administração autônoma e gestão própria dos respectivos recursos, além de projetos específicos relativos a cada setor apresentados por agentes que se caracterizam como pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, órgãos públicos de turismo, esporte e cultura das administrações municipais e estadual.

Art. 3º Ficam instituídos, no âmbito do Sistema Estadual de Incentivo à Cultura, ao Turismo e ao Esporte - SEITEC os seguintes Fundos:

- I - Fundo Estadual de Incentivo à Cultura - FUNCULTURAL;
- II - Fundo Estadual de Incentivo ao Turismo - FUNTURISMO; e
- III - Fundo Estadual de Incentivo ao Esporte - FUNDESPORTE.

Art. 4º O Fundo Estadual de Incentivo à Cultura - FUNCULTURAL, de natureza financeira, é constituído com recursos provenientes das seguintes fontes:

I - 0,5% (cinco décimos por cento) da receita tributária líquida do Estado de Santa Catarina, na forma estabelecida no § 6º do art. 216 da Constituição Federal;

II - receitas decorrentes da aplicação de seus recursos;

III - contribuições, doações, financiamentos e recursos oriundos de entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;

IV - recursos provenientes da tributação de atividades lotéricas, constituídos para tal finalidade;

V - recursos oriundos do FUNDOSOCIAL; e

VI - outros recursos que lhe venham a ser destinados.

§ 1º É vedada a utilização de recursos do Fundo Estadual de Incentivo à Cultura para pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais, serviço da dívida do Estado ou quaisquer outras despesas correntes não vinculadas diretamente aos projetos ou programas financiados pelo Fundo.

§ 2º Fica garantido o mínimo de 60% (sessenta por cento) dos recursos deste Fundo para financiar projetos culturais apresentados por agentes que se caracterizem como pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.

§ 3º Os recursos complementares serão canalizados para financiar projetos apresentados por órgãos públicos culturais das administrações municipais e estadual e entidades vinculadas a estes.

§ 4º Dos recursos definidos no § 2º, uma parte a ser definida anualmente pelo Conselho Estadual de Cultura, deverá ser destinada a Editais de Apoio à Cultura, editais estes a serem definidos pelo próprio Conselho, e os recursos complementares financiarão projetos aprovados, de forma direta pelo Fundo ou captados por mecenasato.

Art. 5º O Fundo Estadual de Incentivo ao Turismo - FUNTURISMO, de natureza financeira, é constituído com recursos provenientes das seguintes fontes:

I - recursos oriundos do FUNDOSOCIAL;

II - receitas decorrentes da aplicação de seus recursos;

III - contribuições, doações, financiamentos e recursos oriundos de entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;

IV - outros recursos que lhe venham a ser destinados.

Art. 6º O Fundo Estadual de Incentivo ao Esporte - FUNDESPORTE, de natureza financeira, é constituído com recursos provenientes das seguintes fontes:

I - recursos oriundos do FUNDOSOCIAL;

II - receitas decorrentes da aplicação de seus recursos;

III - contribuições, doações, financiamentos e recursos oriundos de entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;

IV - recursos provenientes da tributação de atividades lotéricas na forma da Lei n. 11.348, de 17 de janeiro de 2000; e

V - outros recursos que lhe venham a ser destinados.

Parágrafo único. Os recursos provenientes do inciso IV deste artigo serão creditados diretamente à conta do FUNDESPORTE pelo agente operador da respectiva modalidade.

Art. 7º Os recursos de cada fundo serão depositados em contas correntes específicas, de instituição financeira oficial e administradas pela Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Esporte.

Art. 8º Os contribuintes do ICMS que aplicarem recursos financeiros em projetos turísticos, esportivos e culturais previamente aprovados, será permitido, nas condições e na forma estabelecida em Decreto, lançar no Livro de Registro de Apuração do ICMS, a título de crédito presumido, o valor correspondente da aplicação.

§ 1º A aplicação em projetos culturais, turísticos e esportivos, será comprovada pela transferência de recursos financeiros por parte do contribuinte diretamente aos respectivos Fundos.

§ 2º O crédito presumido de que trata o *caput* deste artigo poderá corresponder a até 5% (cinco por cento) do valor do imposto incidente sobre as operações e prestações do contribuinte a cada mês.

Art. 9º Os projetos que pretendam obter incentivos através do SEITEC deverão ser apresentados às Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional de origem que os encaminharão à Secretaria Executiva Setorial.

Art. 10. Os Comitês Gestores de cada Fundo, são órgãos executivos, subordinados à Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Esporte, serão compostos por três membros com a seguinte composição:

I - Secretário de Estado da Cultura, Turismo e Esporte, que os presidirá;

II - pelo respectivo Diretor Setorial da Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Esporte; e

III - representante da sociedade civil organizada, membro do respectivo Conselho Setorial.

§ 1º O Comitê Gestor tomará suas decisões por maioria simples, competindo-lhe aprovar os projetos da área de esporte e turismo a serem financiados pelo Fundo, em conformidade com as prioridades das políticas públicas governamentais, e na área cultural definir a aprovação dos valores finais a serem aplicados em cada projeto ou programa aprovados pelo Conselho Estadual de Cultura.

§ 2º As entidades de classe representativas dos diversos segmentos turísticos, esportivos e culturais terão acesso, em todos os níveis, à documentação referente aos projetos de sua área beneficiados por esta Lei.

Art. 11. Os projetos aprovados e seus respectivos orçamentos deverão constar em portaria expedida pela Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Esporte e publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina

Art. 12. Fica vedada a aprovação de projetos que não sejam estritamente de caráter cultural, turístico e esportivo.

Art. 13. Os benefícios a que se refere esta Lei não serão concedidos a proponentes ou financiadores inadimplentes para com a Fazenda Pública Estadual.

Art. 14. Fica vedada a utilização do benefício fiscal em relação a projetos de que sejam beneficiários o próprio contribuinte, substituto tributário, seus sócios ou titulares.

Parágrafo único. A vedação prevista neste artigo estende-se aos ascendentes, descendentes até segundo grau, cônjuges ou companheiros dos titulares e sócios.

Art. 15. Na divulgação dos projetos financiados nos termos desta Lei, deverá constar, obrigatoriamente, o apoio institucional do Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Esporte.

Art. 16. A utilização indevida dos benefícios concedidos por esta Lei, mediante fraude, simulação ou conluio, sujeitará os responsáveis a:

I - multa correspondente a duas vezes o valor que deveria ter sido efetivamente aplicado no projeto, sem prejuízo de outras sanções civis, penais ou tributárias; e

II - pagamento do crédito tributário devido, de que trata o *caput* do art. 8º desta Lei, acrescido dos encargos previstos em lei própria.

Art. 17. O art. 3º da Lei n. 9.808, de 26 de dezembro de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º O Sistema Desportivo Estadual, tem por finalidade garantir a prática desportiva regular em todas as suas manifestações, e compreenderá:

I - a Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia;

II - a Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Esporte;

III - o Conselho Estadual de Desporto - CED;

IV - o Tribunal de Justiça Desportiva - TJD; e

V - as entidades estaduais de administração do desporto, as Federações Desportivas ou equivalentes e seus filiados."

Art. 18. As alíneas "b" e "c" do inciso II do art. 16 da Lei n. 11.348, de 17 de janeiro de 2000, passarão a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 16.

II -

b) modalidade Bingo: recolher 8% (oito por cento) da renda bruta diretamente em conta específica do FUNDESPORTE;

c) modalidade lotérica Videoloteria: recolher mensalmente R\$ 55,00 (cinquenta e cinco reais), atualizado anualmente pelo Índice Nacional de Preços do Consumidor - INPC, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, por equipamento, à conta do FUNDESPORTE."

Art. 19. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a promover as alterações orçamentárias necessárias à implementação desta Lei.

Art. 20. O Chefe do Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de trinta dias a contar da data de sua publicação.

Art. 21. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 22. Revoga-se a Lei n. 10.929, de 23 de setembro de 1998, alterada pelas Leis n. 11.067, de 28 de dezembro de 1998, e n. 12.387, de 16 de agosto de 2002.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 10 de fevereiro de 2005

Deputado Jorginho Mello

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***